

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
EM EDUCAÇÃO

IMIGRAÇÃO ALEMÃ E EDUCAÇÃO CATÓLICA NA CURITIBA DE
FINAIS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX.

ITATIBA
2008

REGIS FERREIRA NEGRÃO

**IMIGRAÇÃO ALEMÃ E EDUCAÇÃO CATÓLICA NA CURITIBA DE
FINAIS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX.**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado
como requisito de conclusão no Curso de Mestrado
em Educação, Área de concentração História,
Historiografia e idéias educacionais, da Universidade
São Francisco.

Orientador: Prof. Dr. Moyses Kuhlmann Junior

**ITATIBA
2008**

37.009.81	Negrão, Régis Ferreira.
N299i	Imigração alemã e educação católica na Curitiba de finais do século XIX e XX / Régis Ferreira Negrão . -- Itatiba, 2008. 117 p.
Graduação	Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Stricto Sensu em Educação da Universidade São Francisco. Orientação de: Moyses Kuhlmann Junior.

Ficha catalográfica elaborada pelas bibliotecárias do Setor de Processamento Técnico da Universidade São Francisco.

Diretoria Acadêmica de Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação

Credenciado pela CAPES
Portaria n.º 177, de 25 de janeiro de 2002.
D.O.U. de 29 de janeiro de 2002.



Ata de Arguição Final da Dissertação do Aluno **RÉGIS FERREIRA NEGRÃO**

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e oito, às catorze horas, nas dependências da Universidade São Francisco, reuniu-se a Comissão da Banca Examinadora de Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco para avaliação do Relatório de Atividades e Pesquisa intitulado **“Imigração Alemã e Educação Católica na Curitiba de Finais do Século XIX e Início do XX”**, apresentado pelo aluno RÉGIS FERREIRA NEGRÃO, graduado em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná, que concluiu os créditos exigidos para a obtenção do Grau de “Mestre em Educação” segundo os registros constantes na Secretaria de Câmpus de Itatiba. Os trabalhos foram instalados às 14h00 pela Prof. Dr. Moysés Kuhlmann Júnior, Presidente da Banca Examinadora, constituída pelos seguintes Professores: Moysés Kuhlmann Júnior, Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo - USP, Lúcio Kreutz, Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP e Vivian Batista da Silva, Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo – USP. A Banca Examinadora tendo decidido aceitar a dissertação, passou à Arguição Pública do candidato. Encerrados os trabalhos às 15:45 horas, os examinadores, consideraram o candidato aprovado. E, para constar, eu, Prof. Dr. Moysés Kuhlmann Júnior, lavrei a presente Ata, que assino juntamente com os demais membros da Banca Examinadora.

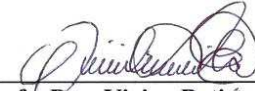
Parecer da banca: Apresenta-se um texto bem elaborado, a partir de fontes não trabalhadas em relação ao objeto de pesquisa, promovendo desta forma um avanço do conhecimento na área.
Itatiba, 15 de dezembro de 2008.



Prof. Dr. Moysés Kuhlmann Júnior – Presidente e Orientador.
Universidade São Francisco



Prof. Dr. Lúcio Kreutz.
Universidade de Caxias do Sul



Profa. Dra. Vivian Batista da Silva.
Universidade São Francisco

CÂMPUS DE BRAGANÇA PAULISTA Av. São Francisco de Assis, 218 - CEP 12916-900 Fone (11) 4034-8000 - FAX (11) 4034-1825
CÂMPUS DE CAMPINAS Rua Waldemar César da Silveira, 105 - Cura D’Ars CEP 13045-270 (19) 3779-3300
CÂMPUS DE ITATIBA Rua Alexandre Rodrigues Barbosa, 45 - CEP 13251-900 Fone (11) 4534-8000 - FAX (11) 4524-1933
CÂMPUS DO PARI - SÃO PAULO Rua Hannemann, 352 - Pari - CEP 03031-040 Fone (11) 3315-2000 - FAX (11) 3315-2036

Para Caetano e Artur

AGRADECIMENTOS

Quero registrar meu agradecimento a todos que partilharam comigo desta jornada, aos professores e colegas do Programa Minter, aos colegas de trabalho e tantos outros que de alguma forma auxiliaram.

Agradeço ao professor Moysés Kuhlmann Júnior, pelo acolhimento no seu grupo de orientandos. Meu sincero agradecimento pelos aconselhamentos sempre de forma muito responsável e competente.

Agradeço também ao professor Lúcio Kreutz, por ter aceitado compartilhar seu profundo conhecimento da história da educação e da imigração no Brasil nesta pesquisa, e à professora Vivian Batista, ambos trazendo contribuições importantes no exame de qualificação.

Meu muito obrigado à direção do Grupo Bom Jesus, na pessoa do Sr. Paulo Cunha, pelo apoio e incentivo na efetivação do Projeto Minter.

Aos amigos do Arquivo Pró- Memória do Colégio Bom Jesus, professor Ernani Straube e Sra. Edith Dias, agradeço por terem auxiliado no acesso às fontes da escola e principalmente pela atenção e gentileza com que sempre me atenderam.

Às funcionárias do Museu Paranaense, Vera e Sinthia, obrigado pela cordialidade com que recebem a todos os pesquisadores que as procuram.

Agradeço a professora Heloísa Gulchinski, pela leitura minuciosa e dedicada.

A Tere, pelo companheirismo, incentivo constante e apoio imprescindível à realização da pesquisa, obrigado sempre.

SUMÁRIO

RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
INTRODUÇÃO	01
1.0 IMIGRAÇÃO NO BRASIL: OS IMIGRANTES ALEMÃES EM CURITIBA E SUAS RELAÇÕES COM A IGREJA CATÓLICA	17
1.1 A IMIGRAÇÃO NO BRASIL.....	18
1.2 A EUROPA NO SÉCULO XIX.....	22
1.3 A IMIGRAÇÃO NO PARANÁ.....	27
1.4 OS IMIGRANTES ALEMÃES EM CURITIBA.....	44
1.5 A IGREJA CATÓLICA.....	51
2.0 UMA ESCOLA CATÓLICA PARA OS IMIGRANTES	57
2.1 IMIGRANTES E SUAS ESCOLAS.	58
2.2 UMA ESCOLA PARA OS IMIGRANTES CATÓLICOS EM CURITIBA	66
2.2.1 O Diário	69
2.3 FUNCIONAMENTO DO COLÉGIO E SUA RELAÇÃO COM A COMUNIDADE ALEMÃ E LOCAL.....	78
2.4 A NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO NO BRASIL E AS ESTRATÉGIAS DO COLÉGIO PARA MANTER-SE	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98
FONTES PRIMÁRIAS	102
ANEXOS	103

RESUMO

O Colégio Bom Jesus, uma das mais antigas instituições de ensino curitibanas, sua relação com a igreja católica, e a política de imigração adotada pelo Brasil no século XIX, são o foco desta pesquisa. Sua análise compreende desde a última década do século XIX, pois este colégio foi fundado em 1896, até o ano de 1938, com o fim das escolas étnicas no Brasil. A pesquisa reconstituirá a história dessa instituição de ensino a partir de sua vinculação à cidade e a um grupo social específico: os imigrantes alemães católicos. Para tanto, apóia-se nos conceitos de etnia e de grupo étnico, para compreender e analisar o seu funcionamento e as relações de conflito que ocorreram com parte da sociedade local, situações que mudaram seu rumo histórico. A análise está focada nas chamadas escolas privadas Alemãs e escolas confessionais, que são características desta escola. A investigação apoiou-se nos acervos documentais do próprio colégio Bom Jesus, sob guarda do Arquivo Pró-Memória e também, jornais e revistas da grande imprensa local além dos arquivos das principais bibliotecas da cidade, que possibilitaram compreender como a escola foi criada e principalmente como se manteve em funcionamento após as medidas de fechamento das escolas estrangeiras.

Palavras-chave: Educação; Imigração alemã; História das Instituições.

ABSTRACT

Bom Jesus School, one of the oldest education institutions of Curitiba, its relationship with the Catholic Church and the immigration policy adopted by Brazil in the 19th century are the main concern of this research. Its analysis integrates the last decade of the 19th Century, because this school was founded in 1896, to the year 1938, with the end of the ethnic schools in Brazil. The research will reconstitute the history of this education institution from its connection to the city and to a specific social group: the German catholic immigrants. For such, it stands on the concepts of ethnicity and of the ethnic group, to comprehend and analyze its workings and the conflict relationships which happened with part of the local society. Situations that changed its historic course. The analysis is focused on the so called German private schools and the confessional schools, which are characteristics of this school. The investigation stood on the document database of Bom Jesus School, under hold of “Pró-Memória” archive, and also, newspapers and magazines of the local press besides from archives of the main libraries in the city, which made it possible to understand how the school was created and, mainly, how it kept on functioning after the measurements of closing foreign schools.

Key-words: Education; German Immigration; History of the Institutions.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa visa empreender uma análise histórica das relações entre o Colégio Bom Jesus, uma das mais antigas instituições de ensino curitibanas, a Igreja Católica e a política de imigração adotada pelo Brasil no século XIX.

Por intermédio de uma política de expansão da doutrina católica, a igreja encontrou nas colônias imigratórias que vinham para o Brasil, um dos caminhos para sua expansão, com a abertura de igrejas e escolas nas colônias. A pesquisa toma como marcos de periodização dois momentos bastante específicos: a última década do século XIX, pois o colégio objeto desta pesquisa, uma das mais antigas instituições de ensino curitibanas, foi fundado em 1896; e o ano de 1938, quando as repressivas medidas adotadas pelo Estado Novo getulista incluíram o fechamento de todas as chamadas escolas étnicas do país e sua abertura para todos os estudantes, inclusive com a implantação de um currículo único nacional.

De acordo com Carvalho (1998, p. 91) foi a partir da segunda metade do século XIX, período de grandes mudanças nas relações de trabalho em razão da industrialização, que países do novo mundo, incluindo o Brasil, foram influenciados pelo modelo europeu a realizarem transformações de ordem econômica para se adaptarem às exigências do mercado mundial.

No Brasil, as principais transformações foram: o fim da monarquia com a implantação do regime Republicano, a separação entre o Estado e a Igreja (Estado laico), a adoção do casamento civil, a reforma eleitoral, o fim oficial da escravidão, o incentivo à imigração e a industrialização. No entanto, todas essas mudanças se deram de forma lenta e gradual, causando enfrentamentos políticos entre as lideranças governamentais, setores civis organizados e classes populares.

Com a República, a economia no Brasil, estimulada por essa nova ordem mundial, busca um novo caminho, passando de um contexto agrário e comercial para iniciar pequenos passos na industrialização e urbanização do país.

Entre as medidas do governo republicano que visavam estabelecer o chamado caminho para o desenvolvimento, a adoção da política de imigração foi uma das principais estratégias, sendo promovida baseada na justificativa de que representava uma forma de qualificação de mão de obra, elevação da cultura e ainda, defendido por alguns, como instrumento do progresso.

Na defesa desta política de imigração, muitos enfatizavam os aspectos relativos à eugenia, defendendo a proposta de “transplante cultural”, (CARVALHO, 2003, p. 31), com a teoria da substituição do negro por imigrantes brancos nos setores fundamentais da população e também, a intenção de miscigenação de onde se esperava um branqueamento das populações negras.

Os promotores intelectuais da imigração acreditavam, no final do século XIX, que além de substituir a mão de obra escrava, a imigração iria também qualificar os setores de produção, através da operosidade, cultura e disciplina, que seriam suas características marcantes. Com os imigrantes, o país atingiria o progresso, erradicando de vez o problema social e de trabalho. No caso específico do estado do Paraná, esse discurso toma forma entre a liderança política, a partir da emancipação política de São Paulo, através da “lei 704 de 29 de agosto de 1853. Nela, D. Pedro II eleva a Comarca com a denominação de Província do Paraná, tendo por Capital a Cidade de Curitiba” (IPPUC, 2004). Na nova Província havia entre os integrantes da elite governante a idéia da necessidade de uma estratégia de ocupação do território, fato este que foi estimulado pelo governo provincial, com apoio às imigrações européias.

O processo de crescimento demográfico e a urbanização também cresciam na capital do estado, os núcleos urbanos já vinham se formando, com pequenas parcelas da população, desenvolvendo atividades ligadas ao comércio, exploração de madeira, indústria (ainda incipiente) e comercialização da erva mate. Sobre o processo imigratório, o artigo de Romário Martins, na imprensa de Curitiba da época no jornal **Almanach do Paraná**, trás uma descrição clara do cenário na época.

Colonização: - Curitiba é o centro procurado pelos produtores de 19 colônias que a cercam em todas as direções. Com o extraordinário movimento de edificações que ha anos subsiste, Curitiba está destinada a

estender-se até as colônias próximas que a circundam, o que lhe dará força e o movimento das grandes cidades (...). Quanto ao movimento imigratório para o Estado, tem sido extraordinário nestes últimos anos. Desde 1890 a agosto de 1899, 43.428 imigrantes têm sido localizados nas diversas colônias paranaenses. (ALMANACH DO PARANÁ, 1896, p.93).¹

Enaltecendo a importância da imigração no desenvolvimento da cidade, continua em seu texto Romário Martins.

Effetivamente o mais poderoso fator de impulsionamento e progresso tem sido a imigração européia, que encontra aqui todas as condições de expansão e vitalidade, tornando-se os colonos laboriosos, em poucos anos abastados e até opulentos. (ibidem).

Em 1899, Vitor do Amaral em coluna do mesmo *Almanach do Paraná*, descreve em sua matéria as características de Curitiba:

[...] hoje possui Curitiba 56 ruas centrais, 4 praças “magníficas”, 9 largos bons e 4 “pitorescas” boulevards, se não quisermos referir a muitas outras ruas que prolongam a cidade até o alto da chapada onde está a sua maior edificação. (ALMANACH DO PARANÁ, 1899).

As expectativas, de que a política de imigração traria desenvolvimento ao país, foram rapidamente frustradas, seja porque os laboriosos imigrantes, principalmente nas maiores cidades, se mostraram também bastante organizados no que se refere às reivindicações trabalhistas, seja porque, desde o início, em alguns lugares mais que em outros, colocaram-se de modo bastante arredo. “A sonhada integração de culturas deu lugar, em grande parte dos centros urbanos que estavam em processo de industrialização naquele momento, a movimentos de segregação”. (CARVALHO, 2003. p. 36)

Com relação aos imigrantes alemães na cidade de Curitiba, estes se diferenciam dos demais pelo fato de se fixarem, na sua grande maioria, na parte urbana, com atividades comerciais. Os demais imigrantes do período: italianos, ucranianos, poloneses, normalmente se estabeleciam nos arredores da cidade, e tinham sua economia baseada na agricultura.

1- Todas as citações dessa pesquisa são transcritas conforme texto original.

Esta fixação geográfica dos imigrantes alemães propiciou um contato mais estreito com a população local, conseqüentemente uma maior participação nas discussões sociais daquele momento.

Desde o início da implantação do novo regime, os republicanos levantaram a bandeira da educação, como única alternativa possível para a inserção do Brasil no mundo “civilizado”, como o remédio para os males causados pela escravidão e pela ausência de preocupação, por parte do governo do império, com a educação popular.

Mas as ações educacionais republicanas se mostraram bastante frágeis, a ponto de, em 1910, o Brasil possuir metade da população jovem analfabeta. A política educacional republicana passa a ser alvo de novas críticas por parte de grupos intelectuais que, na década de 20, organizados na ABE (Associação Brasileira de Educação), pregavam mudanças radicais nas ações do governo em relação à educação, para que a transformação social da nação tão desejada fosse atingida. “A organização da ABE deu-se da idéia da educação como espécie de chave mágica capaz de solucionar todos os problemas do país, o principal instrumento para o progresso, era a ferramenta que cultivaria a unidade nacional, regenerando os brasileiros”. (CARVALHO, 1998, p. 135).

Neste cenário, a presença dos imigrantes já instruídos que afluíram para o Brasil, contribuiu para a abertura de escolas em suas comunidades, como as escolas comunitárias rurais e urbanas, escolas particulares confessionais e laicas, mantidas por sociedades civis e as escolas paróquias. Estas escolas se tornavam aos olhos da política nacional de educação uma ameaça à sua proposta de reconstrução nacional. Ou o governo desenvolvia uma educação nacional de qualidade ou ficaria refém dos imigrantes oriundos de economias desenvolvidas. Esse problema se agrava na década de 30 com o estabelecimento de uma política nacionalista.

Esta pesquisa focaliza sua análise nas chamadas escolas privadas Alemãs e escolas confessionais, pelo fato de o Colégio Bom Jesus, objeto de nosso estudo, na primeira fase de seu funcionamento (1896/1903), foi criado a partir da iniciativa

da Igreja Católica, com o apoio da comunidade católica de língua alemã. O Pároco da comunidade, Pe. Auling⁽²⁾ era um agente agregador e incentivador, designado pelo Bispo local, cujas ações estavam embasadas nas diretrizes do Projeto de Romanização católica. Na segunda fase de funcionamento da escola, a partir de 1903, quando a escola é entregue à direção dos Franciscanos, passa a ter uma característica de escola confessional, por ser mantida não mais pela paróquia, mas por uma ordem religiosa.

A constituição do Estado laico favoreceu a vinda de grupos religiosos protestantes, provocando uma reação da Igreja Católica. Esta desenvolveu uma estratégia de ampliação de sua presença no Brasil, procurando restabelecer um espaço que pertencia a ela no Brasil Colônia e Império, e que foi perdido pela influência do liberalismo que levou à separação entre o Estado e a Igreja. Neste cenário é que a formação das escolas católicas no Paraná legitimou-se, com o objetivo de atender a grupos étnicos específicos.

A maioria das escolas que foram criadas neste contexto encerrou suas atividades nos períodos de grande tensão política, com destaque a 1ª e a 2ª guerra mundial, em função das leis educacionais que abrangiam a questão étnica.

A dissertação reconstituirá a história dessa instituição de ensino considerando sua vinculação à cidade e a um grupo social específico, os imigrantes alemães. Buscar-se-á analisar o seu funcionamento, e as relações com os imigrantes, a Igreja católica e a comunidade local, visando compreender o papel educacional desempenhado por este colégio.

O sentido de história será tratado na perspectiva do pensamento de Le Goff, quando descreve que, “penso, em definitivo, que a história é a ciência do passado, desde que se saiba que este passado se torna objecto da história, por uma reconstituição incessantemente posta em causa” (Le Goff, 2000, p.27)

2- Padre Auling, era um sacerdote alemão secular, que estava prestando serviços em Santa Catarina na cidade de Braço do Norte e foi chamado pela Cúria à Curitiba em 1895. Fundou a Associação da Comunidade Católica Alemã e a primeira escola católica de Curitiba.

A hipótese básica deste trabalho é a de que o Colégio Bom Jesus tenha reformulado sua missão inicial, de se constituir como: uma escola católica para descendentes de alemães, cultivando o germanismo, com o objetivo de trazer a qualidade do currículo da educação alemã para os filhos destes imigrantes. A sobrevivência da instituição, diante das transformações políticas ocorridas no país, deveu-se ao seu direcionamento para uma proposta de escola aberta, com currículo nacional, atendendo não somente descendentes alemães, mas também a população em geral. Analisa-se também a forma com que essa mudança de finalidade da instituição se deu, demonstrando que não foi de maneira amigável, mas sim, lenta, gradativa e conflitante, envolvendo os dirigentes da instituição, a comunidade e o próprio governo.

Analisaremos os movimentos sociais que, durante quase uma década, causaram calorosas discussões e tensões étnicas entre os intelectuais, políticos, educadores, e culminaram em campanhas pelo uso da língua portuguesa em todas as escolas étnicas, até chegarmos à medida de nacionalização da educação e à extinção das escolas estrangeiras através do decreto no. 46 de 04 de maio de 1938 pelo governo getulista.

Como fontes privilegiadas de investigação, tomam-se acervos documentais do próprio colégio Bom Jesus, sob guarda do Arquivo Pró-Memória. Neste acervo encontram-se, dentre outros documentos, fotos, revistas e jornais internos. É importante ressaltar que na década de 1920 o Colégio sofreu um grande incêndio que destruiu todos os registros acadêmicos, o que prejudica o levantamento das fontes históricas desta instituição desde sua criação até esta data. Para além desta documentação de caráter mais endógeno, serão também pesquisados jornais e revistas da grande imprensa local, arquivos das principais bibliotecas da cidade, com destaque à Biblioteca Pública do Paraná, o Museu Paranaense e a Biblioteca do IPPUC (Instituto de pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba). As fontes serão tratadas como nos apresentou Le Goff, como “documentos monumentos”, que devem ser desmontadas para que se observem suas condições de produção (Le Goff. 1996. p.535).

Para a pesquisa sobre a imigração alemã, as fontes levantadas no Arquivo Pró-memória foram extremamente importantes para a construção teórica. O arquivo Pró-Memória permitiu o acesso irrestrito ao acervo, inclusive a documentos inéditos, tornando possível o desenvolvimento de análises mais aprofundadas, que complementam trabalhos acadêmicos já desenvolvidos, que pesquisaram a respeito da reconstituição histórica, da criação e permanência do trabalho educacional instituído pelo Colégio Bom Jesus.

Por meio dessa construção, é possível compreender a constituição das primeiras comunidades de imigrantes alemães, suas relações sociais, comerciais e políticas. Destacam-se nestas fontes, o trabalho de **Zimmermann (1929) – Os alemães no Estado do Paraná e Santa Catarina**, que escreve em comemoração ao 1º centenário da imigração alemã no sul do Brasil. Seu livro apresenta toda a história da imigração no Paraná, com detalhes de fatos, narrações originais de imigrantes que atravessaram o atlântico e diversas fotos e documentos, como o passaporte original de um imigrante alemão, com descrição de toda sua característica física e dados pessoais. O livro de **Aulich (1953) – O Paraná e os Alemães**, apresenta um estudo caracteriológico sobre os imigrantes germânicos. Como é próprio de livros com o caráter de homenagens, estas obras tratam principalmente de ressaltar textos elogiosos ao processo migratório e de enaltecer o trabalho útil e fecundo do povo germânico, porém, apresentam muitas informações e dados iconográficos para a pesquisa. Além do relato descritivo de como foi constituída a vida em sociedade dessa comunidade, as obras trazem diversas fotos do cotidiano dos imigrantes e documentos pertencentes a diversas comunidades alemãs.

Entre as informações sobre o Colégio Bom Jesus, a obra de **Arns (1997) – Uma escola centenária e sua moldura histórica**, tem grande relevância, pois apresenta informações sobre o Colégio, que pela primeira vez foram trazidas a público. A principal é como historicamente se deu a fundação da escola no século XIX, pelo Padre Auling, com o incentivo da Igreja católica. O livro faz uma exposição das relações entre os alemães, a igreja e a imprensa, e reconta a história da instituição por meio de documentos, fotografias e depoimentos. Apresenta pela

primeira vez informações sobre o diário que o Pe. Auling deixou, porém o faz sem analisar criticamente seu conteúdo.

Uma descrição desse diário é apresentada nesta dissertação como fonte principal de informações. O diário relata acontecimentos que envolveram a comunidade alemã católica e a alemã evangélica, e os eventos que culminaram na abertura da escola católica. Apresenta, nas entrelinhas, os motivos que levaram o Pe. Auling a voltar para a Alemanha e repassar a escola aos Franciscanos e como esta decisão foi motivada por relações conflitivas entre a imprensa local e o Padre Auling.

A análise do processo de escolarização dos imigrantes, e toda herança cultural trazida pelos alemães, são aspectos fundamentais no desenvolvimento da dissertação. Para o estudo dessas escolas, suas características e dimensões históricas, mantidas como elementos de preservação do sistema cultural, as pesquisas desenvolvidas por **Kreutz** (2000, 2005, 1998, 1991), realizadas com base na documentação existente no Rio Grande do Sul, por **Dallabrida** (2001) e **Klug** (2003), com as experiências catarinenses, com enfoque na comunidade evangélica de Florianópolis, foram fundamentais para a compreensão dos conceitos adotados e seus significados.

Entre as pesquisas acadêmicas de mestrado e doutorado, que discutiram a educação nas comunidades de imigrantes alemães em Curitiba, adotamos como referências básicas, os seguintes trabalhos: a Tese de doutorado defendida por **Vechia (1998)** – “**Imigração e educação em Curitiba, 1853-1889**”, a dissertação de **Renk (2000)**, “**A educação dos Imigrantes alemães católicos em Curitiba**”, e a tese de doutoramento de **Souza (2006)** – “**Deutsche Schule, a escola alemã de Curitiba**”. Escolhemos esses trabalhos por terem sido pioneiros do estudo da imigração alemã em Curitiba e principalmente pela qualidade na fundamentação teórica estabelecida pelas autoras, assim como, pelo grau de seriedade e competência que trataram na análise e pesquisa das fontes.

Aprofundar o estudo da história do Colégio Bom Jesus sempre esteve como intenção principal desta pesquisa. Durante a fase inicial, que buscou definir quais

caminhos seguir e também conhecer os trabalhos desenvolvidos sobre o tema, a leitura da dissertação de Renk (2000) foi fundamental, pois trata do mesmo objeto, o Colégio Bom Jesus. Além disso, trouxe o desafio de encontrar um caminho possível para avançar nas análises e na busca de outras fontes históricas, com o cuidado de não ser redundante. As hipóteses seguem caminhos distintos, Renk trabalhou a linha do germanismo como objetivo principal da proposta da escola. Essa dissertação trabalha a hipótese de que a escola reformula seus objetivos, da manutenção do germanismo para uma escola nacional, visando sua sobrevivência institucional.

Durante a busca das fontes nas bibliotecas da cidade e principalmente com a permissão de pesquisar o arquivo pró-memória do colégio, obteve-se o acesso ao documento que se tornaria chave para esta pesquisa: o diário original deixado pelo padre fundador da escola, Pe. Auling, em 1903. Esta fonte, embora mencionada na dissertação de Renk, não foi tratada como fonte primária, e sim utilizada pela referência identificada no livro de Arns, no qual, como indicado acima, não se analisa o diário criticamente como instrumento para compreensão dos acontecimentos que envolveram a criação e os primeiros anos de funcionamento da escola.

Desta forma, a proposta é avançar nos estudos realizados, tomando como base principalmente a pesquisa apresentada por Renk, uma primorosa e competente análise da educação dos imigrantes alemães católicos em Curitiba. Como pioneira na utilização do Colégio como fonte de pesquisa, seu estudo motivou a continuidade ao tema, e a busca de novos indícios que possam contribuir para a compreensão das relações sociais vividas por essa comunidade, como também, novos elementos que possibilitem entender a criação da primeira escola alemã católica, atual colégio Bom Jesus. Este sentido adotado, permitiu entender a dimensão vivida pela escola em suas várias décadas e principalmente descortinar fatos que contribuíram para que a escola desse continuidade ao seu trabalho educacional.

O trabalho de Souza (2006) é um estudo da Escola Alemã Protestante de Curitiba. Seu estudo baseou-se na cultura escolar como categoria de análise, pelo

seu caráter aglutinador. A individualidade da instituição de ensino adotada, uma vez que era na época, a única escola para filhos de descendentes de imigrantes de língua alemã e a interpretação das práticas escolares ali realizadas, foram focos da pesquisa. O trabalho buscou desvendar e compreender a proposta educacional da *Deutsche Schule*, alavancada e desenvolvida por imigrantes alemães e/ou seus descendentes, dentro da complexidade do contexto histórico na qual ela se inseria: uma escola estabelecida pela comunidade de imigrantes alemães protestantes. A autora estudou as práticas coletivas, o convívio estreito entre professores, escolares e familiares, o currículo, os textos, as crenças e valores que se desejava serem incorporados pelo alunado, as práticas simbólicas e as demonstrações festivas diferenciadas, organizadas pela Sociedade Escolar. Tudo isso, no seu entendimento, contribuiu para a construção e sedimentação de um “patrimônio cultural”, exclusivo dos possuidores de “raízes germânicas”, que eram preservados por essa escola.

Essa tese traz uma contribuição muito importante, pois a *Deutsche Schule* teve participação decisiva na abertura da escola do Padre Auling. Por não permitir o ensino católico para os seus alunos, fomentou a necessidade de se criar uma escola católica. A sua leitura trouxe informações relativas às relações que entrelaçavam os imigrantes alemães católicos e protestantes, como também, o entendimento dessa comunidade em relação aos católicos.

A tese de Vechia (1998) analisou as comunidades de imigrantes radicados em Curitiba na metade do século XIX, entendendo sua formação social, como microsociedades inseridas em uma sociedade maior. O texto aponta que essas comunidades tinham como premissa buscar reconstruir o modo de vida da terra natal, visando com isso, transmitir às novas gerações os seus sistemas de idéias, sentimentos e hábitos, tais como as crenças religiosas, valores e tradições nacionais. Seu estudo procurou identificar o papel que os imigrantes de diversas nacionalidades reservaram à escola. A pesquisa considerou a educação como um processo amplo, e buscou também analisar a contribuição de outras instituições organizadas por essas comunidades, que tinham também em vista, a formação das novas gerações.

No decorrer do trabalho, Vechia apresenta o cenário físico, territorial e social da cidade, que acolheu os imigrantes em diversos momentos, analisa também a cidade, desde um simples povoado, até a transformação em capital da província, a inserção dos imigrantes em núcleos coloniais e também a política imigratória que norteou a instalação dos imigrantes. Focaliza a organização escolar dos imigrantes dentro do contexto educacional da cidade e o processo de formação de uma rede particular de educação, no centro urbano e arredores.

Por fim, trabalhou com o intuito de demonstrar que a educação propriamente dita se completa em espaços mais amplos e na convivência dos grupos de diferentes nacionalidades com a sociedade de adoção, apontando as formas de relacionamento, num contexto de pluralidade econômica e social.

Compreender como se construiu o nacionalismo na Alemanha e como as escolas serviram para difusão desses conceitos e dos valores germânicos foi primordial para o desenvolvimento desta pesquisa. O sentimento de pertencer ao povo ou à nação alemã contribuiu para organizar a vida comunitária, promover o associativismo e criar sociedades culturais, segundo seus padrões e objetivando a preservação da germanidade. Neste ponto o trabalho de Seyferth (1981), contribuiu significativamente. A autora faz uma análise da concepção de identidade étnica, concepção que configura o caráter de pertencimento dos indivíduos, proporcionando a formação de uma categoria de identificação, para os descendentes de alemães nascidos no Brasil, os chamados “teuto-brasileiros”.

Essa denominação teuto-brasileira, usada para designar o grupo alemão, se estabeleceu a partir do momento em que diversos grupos alemães oriundos de regiões diferentes da Alemanha, com dialetos diversos, e com os contatos comerciais com a população luso-brasileira, criaram uma forma de falar própria. Essa denominação, teuto-brasileira, é explicada por Seyferth (pg.155) como sendo “usada para descrever aquele que nasceu no Brasil, mas tem sangue alemão, não importando neste critério, quantas gerações o separam da Alemanha”, eram também identificados por eles mesmos como os “Deutschbrasilianer” (ibidem). Dentro da comunidade teuto-brasileira, o que determinava sua característica, era a maneira de vida que levavam, isto é, um “modo de vida alemão” (ibidem), um padrão de

comportamento, que implicava na preservação dos costumes alemães. O fator de relevância que os unia e identificavam como teuto-brasileiros, era o uso da língua alemã.

As palavras se misturavam entre os dialetos e o português, criando assim palavras novas em alemão. “Na realidade, o idioma falado pelos descendentes dos imigrantes alemães não é alemão, mas teuto-brasileiro (...) disso resultou o linguajar teuto-brasileiro, quase incompreensível para um alemão recém chegado. (SEYFERTH 1981). A autora apresenta alguns exemplos: Rollenfumo (fumo de rolo), Pikade (picada), Milhobrot (pão de milho).

Uma das questões que mais emergem, diz respeito às relações sociais entre a comunidade local de Curitiba e a comunidade de imigrantes alemães que se instalaram na cidade no século XIX. Estão estampadas muitas situações de conflito, cujo eixo está diretamente ligado às questões culturais, e assim, a conceitos sociológicos de etnia e grupo étnico. A análise aqui apresentada é balizada pelos estudos de Poutignat e Streiff-Fenart (1998), que traz também os estudos de Fredrik Barth – “Grupos étnico e suas fronteiras”, demonstrando como a problemática da etnicidade se construiu historicamente.

Para análise dessas relações, é fundamental compreender esses conceitos sociológicos, através de um diálogo com esses autores. Poutignat e Fenart, apud Francis (p. 26) esclarecem que etnicidade, “deve ser considerada uma dimensão universal das relações humanas e não um fenômeno característico de grupos que o senso comum define como étnicos”. Este entendimento de etnicidade, como um aspecto universal, segundo os autores, está presente no pensamento dos estudiosos contemporâneos.

No século XIX era utilizado pelos teóricos o conceito de raça, que estava ligado ao entendimento de parentesco biológico efetivo, de descendência. Contemporaneamente, o termo raça, não mais denota a hereditariedade biossômática, mas a percepção das diferenças físicas. Poutignat e Fenart (p. 43), explicam que, “a palavra etnia nas ciências sociais liga-se precisamente, ao fato de

permitir que se evite o mal estar suscitado pela conotação biológica da palavra “raça”, o que não impede de acarretar a mesma significação”.

Neste sentido, o termo etnia seria pensado com sendo substituto da palavra raça. Por esta concepção de Poutignat e Fenart, a etnia combina os aspectos biológicos e culturais, ela é “simultaneamente comunidade de sangue, de cultura e de língua, que englobam os traços socioculturais de uma sociedade.” (Ibidem)

Por focar nesta pesquisa um grupo étnico específico, os imigrantes alemães católicos de Curitiba, é necessário compreender o conceito deste termo. No passado, os teóricos entendiam o grupo étnico, como sendo “um grupo que tem uma tradição cultural comum e um sentido de identidade, e que existe como subgrupo dentro de uma sociedade mais ampla. (...) Um grupo social que, no interior de um sistema sociocultural mais amplo, reivindica ou possui um estatuto especial em função de traços étnicos, que ele apresenta ou presume apresentar”. (POUTIGNAT e FENART, apud, TUMIM. p. 80).

Atualmente entendem-se os grupos étnicos de maneira mais ampliada “que leva a ver na etnicidade uma categoria geral da vida social e não mais a característica de um grupo minoritário definido por traços culturais específicos. (...) e não mais subgrupos residuais em suas margens”. (ibidem. p. 80).

Na análise dos grupos étnicos, os estudos de Fredrik Barth, sobre as fronteiras étnicas, são referências. Seu conceito de fronteiras étnicas marcou uma transformação nas teorias sociológicas de grupo étnico. As fronteiras étnicas que Barth estudou, estão baseadas nas fronteiras sociais, podendo também, ter contrapartidas territoriais.

Para Barth, para que exista a pertença étnica, para que a noção de grupo étnico tenha sentido, os membros precisam conhecer as fronteiras que marcam o sistema social ao qual pertencem. “A Identidade étnica não pode ser concebida senão na fronteira, do contato ou confrontação do “Nós com Eles”, são elas, as fronteiras e não o conteúdo cultural interno que definem o grupo étnico e permitem

que se dê conta de sua persistência” (POUTIGNAT e FENART, apud. BARTH. p. 153).

Para estabelecer essa distinção, um grupo étnico define um princípio de fechamento e mantêm uma fronteira entre eles, a partir de traços culturais. Quando se tem uma influência muito grande de uma cultura sobre outra, para manter seus limites e seus valores, o grupo estabelece comportamentos que marcam sua identidade. Para Barth, são as fronteiras, que permitem que os grupos étnicos permaneçam ao longo do tempo. (ibidem, p. 152 – 153)

Barth afirma que as fronteiras étnicas não são em seu funcionamento fechadas, impermeáveis ao contato e sim flexíveis, permeáveis as interações sociais. Isto faz delas um veículo de interação social, porém possibilitam que se mantenham as identidades étnicas do grupo. “Um grupo étnico pode modificar e substituir sua cultura sem perder sua identidade”. (Ibidem. p. 156). Com o tempo as fronteiras étnicas podem manter-se, tornarem-se mais rígidas ou mais flexíveis, e até desaparecer.

Neste sentido, mesmo nas comunidades onde as fronteiras se transformam em barreiras rígidas, sempre haverá um determinado número de indivíduos que realizam a transposição, principalmente quando essas comunidades estão situadas em regiões urbanas, onde a proximidade com outras comunidades é mais intensa, como é o caso da comunidade alemã católica de Curitiba. Seus membros estavam inseridos em vários setores sociais, o que exigia que suas fronteiras étnicas fossem flexíveis, dada a necessidade prática que o contato social exigia. Contudo, Barth esclarece:

(...) as distinções de categorias étnicas não dependem de uma ausência de mobilidade, contato e informação. Mas acarretam processos sociais de exclusão e de incorporação pelos quais categorias discretas são mantidas (...) em outras palavras, as fronteiras persistem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam. (POUTIGNAT E FENART, apud. Barth. p. 188)

Considera-se habitualmente que os grupos étnicos, distinguem-se dos outros grupos organizados (religiosos, classes sociais), “por seu modo de recrutamento, que se realiza sob o princípio do nascimento” (Ibidem p. 160). A crença na origem comum, o nascimento em um determinado local, é que justifica o próprio sentido de unicidade do grupo, independente de distinções internas. Portanto, os imigrantes considerados teuto-brasileiros, eram aqueles filhos dos alemães nascidos no Brasil, e por isso pertenciam a este grupo étnico, independente se eram de profissão religiosa católica ou protestante.

Esses conceitos teóricos permitem construir e analisar o tema da pesquisa, que envolve as relações de conflitos entre a comunidade alemã católica e a sociedade local em que estava inserida e a instituição Igreja, e estes, entrelaçados pela temática da educação escolar.

A organização do texto do presente trabalho prevê sua divisão em dois capítulos. O primeiro capítulo visa buscar os motivos que levaram o Governo a adotar uma política de imigração para o Brasil, que interesses econômicos, políticos e sociais estavam em jogo para determinar o caminho adotado. Posteriormente será focada a análise para o Paraná, especificamente Curitiba, identificando quais grupos de imigrantes participaram da construção da identidade da cidade. Estudaremos especialmente os imigrantes alemães, pois o objeto de estudo desta pesquisa, o Colégio Bom Jesus, foi fundado para atender a educação dos filhos desse grupo étnico.

Analisaremos a política adotada pela igreja católica para a difusão do catolicismo romanizado, e suas relações com os grupos imigrantes católicos. Quais estratégias foram utilizadas pela igreja, para difundir a doutrina da fé católica dentre as comunidades de imigrantes e suas relações com o poder político estabelecido no estado.

O segundo capítulo trata da história do colégio nas suas fases iniciais, desde sua fundação por ordem do Bispo da Diocese do Paraná, sua transferência para os franciscanos e seu modo de funcionamento na época. Serão pontos de análise também, suas relações com a sociedade local e os conflitos étnicos que surgiram

em vários momentos de sua história. Entre eles, os causados pelo uso da língua alemã, defendida pelos imigrantes como elemento de formação da leitura e escrita e forma principal da manutenção da cultura germânica, e em contrapartida entendida pela sociedade local como uma afronta a cultura brasileira.

Por fim, analisaremos como a escola se manteve funcionando após ser estabelecido no Brasil o decreto do fim das escolas étnicas. Que estratégias adotaram e quais mudanças estabeleceram na sua forma de atuação para continuarem seu trabalho educacional.

1.0 IMIGRAÇÃO NO BRASIL, OS IMIGRANTES ALEMÃES EM CURITIBA E SUAS RELAÇÕES COM A IGREJA CATÓLICA.

Tradução do Passaporte

Estados do Reino da Prússia.

Sello-carimbo no valor de 1/2 Thaler.

Armas dos estados da Prússia.

Carimbo da cidade de Coblenz.

N.º 2272 com destino a Colonia. Coblenz. 30/4/1828.

O prefeito, assig.

N.º do passaporte: 76.

Passaporte para o exterior valido para um anno.

Caracteristicos:

1.º Nome: Mathias Peters. 2.º Profissão: agricultor. 3.º Terra natal: Baixo-Rheno. 4.º Logar da residencia ordinaria: Badem. 5.º Religião: catholica. 6.º Edade: 43 annos. 7.º Altura do corpo: 5 pés e 3 pol. 8.º Cabello: castanho-escuro. 9.º Testa: baixa. 10.º Sobrancelhas: castanhas. 11.º Olhos: pardos. 12.º Nariz: pequeno. 13.º Bocca: normal. 14.º Dentes: bons. 15.º Barba: castanha. 16.º Queixo: redondo. 17.º Rosto: oval. 18.º Tez: sadia. 19.º Estatura: media. 20.º Outros signaes: — Como o Snr. Mathias Peters, oriundo de Badem, districto de Bitburg, juntamente com sua familia, cujos membros estão enumerados na outra pagina, deseja viajar de Badem para Bremen, via Colonia, e por meio de sua legitimação provou ser insuspeito, foi concedido ao mesmo para sua intencionada viagem o presente passaporte para o espaço de um anno, e pede-se mui respeitosa e todas as autoridades civis e militares deixarem o mesmo Mathias Peters com as pessoas de sua familia fazer a viagem desimpedidamente até o seu destino, ou regressar, e concederem-lhe em caso de necessidade protecção e auxilio.

O presente passaporte deve ser apresentado para ser visado, não só no primeiro logar onde o possuidor delle passar a fronteira, mas tambem em todo o logar, ou cidade, ou villa, onde elle se demorar por mais de vinte e quatro horas.

Assignatura do possuidor do passaporte. Não sabe escrever.

Sello-carimbo e emolumentos. Sello-carimbo - 15 grossos, emolumentos - 20 grossos. Total: 1 Thaler 5 grossos.

25

IV.
Königlich Preussische Staaten.

N.º 76
des Pass: Journals.

O. 2
Eingangs: Pass
gültig auf ein Jahr

Signalement des Pass: Inhabers.

1. Namen *Peters mathias*
2. Stand *Agricultor*
3. Vaterland *Badem, Westphal*
4. Ort des gewöhnlichen Aufenthalts *Badem*
5. Religion *Catholisch*
6. Alter *43 Jahre*
7. Größe der Person *5 Fuß 3 Zoll*
8. Haare *braun*
9. Stirne *breit*
10. Augenbraunen *braun*
11. Augen *braun*
12. Nase *gerade*
13. Mund *gerade*
14. Zähne *gut*
15. Bart *braun*
16. Kinn *gerade*
17. Gesicht *gerade*
18. Gesichtsfarbe *gesund*
19. Status *wohl*
20. Defondere Kennzeichen

Unterzeichn. des Pass: Inhabers.

Stempel und Gebühren.

Stempel 15 Gr.
Ausfertigungsgebühren 20 Gr.
Zusammen 1 Thaler 5 Gr.

Gegeben am 22. April 1828
in Bitburg
Gaertner

Concedido em 22/4/1828. Governo do Reino Prússia. Gaertner - Westphal.

Carimbo da circumscrição de Treveris.

Expedido em Bitburg, 22/4/1828. Pelo prefeito Molegoux. Secretario.

Carimbo da Prefeitura de Bitburg - Treveris.

Nomes dos membros da familia:

1.º Margarida Becker, esposa do dito Peters, nasci

1.1 A IMIGRAÇÃO NO BRASIL

Na América todos somos imigrantes. A diferença está somente no tempo de chegada de cada um, uma vez que uns chegaram há quarenta mil anos, outros há quatrocentos anos e alguns estão chegando até hoje. Uma vez que a América não possui população autóctone, então realmente este é um continente de imigração. (BORUSZENKO, 1986. p. 51).

Para a compreensão dos aspectos políticos, sociais e religiosos que envolveram os imigrantes no Brasil é importante a contextualização histórica das imigrações aqui aportadas no século XIX, especialmente a alemã, objeto desta pesquisa.

Para o estudo da imigração alemã em Curitiba, é fundamental analisar inicialmente a imigração europeia no Brasil e posteriormente no Estado do Paraná. Esse caminho tem como objetivo, compreender os interesses que levaram os Governantes da época a adotarem a política de imigração para o país. Analisaremos posteriormente, a conjuntura social, política e econômica que vivia a população europeia que imigrou para o Brasil no século XIX, em busca por uma nova vida em outras terras.

Encontramos informações das primeiras correntes migratórias que ocorreram no Brasil com ações efetivas de se estabelecer a imigração, principalmente a imigração oriunda de países europeus, no livro Centenário da Colonização Alemã no Paraná e Santa Catarina.

Pode-se dizer que não houve, propriamente falando, colonização estrangeira no Brasil no período colonial, a não ser no fim deste (...) só quando D. João VI príncipe regente, foi obrigado a transportar-se para o Brasil com toda a família Real e a Côrte em 1808, é que começou a cogitar deste assumpto, como uma consequência da liberdade do commercio, determinada pela abertura dos portos do Brasil ao commercio das nações amigas. (ZIMMERMANN, 1929, p.28).

Até esse momento Portugal buscava somente a exploração econômica do Brasil, nenhuma receita dos impostos cobrados da venda dos produtos retirados do Brasil era investido na Colônia, sendo todos os impostos destinados ao Governo Português.

Com o estabelecimento da Corte portuguesa no Brasil, esse cenário econômico se inverte, pois os nobres e toda a elite do governo aqui estando, precisavam reter os impostos para usufruírem destes no novo centro político. Esta nova situação política possibilitou o início dos primeiros investimentos na antiga colônia, como ampliação dos portos, abertura de um banco oficial e a criação das primeiras faculdades.

A liberação dos portos em 1808 estava investida em seu âmago, de dois objetivos; a expansão do comércio principalmente entre o Brasil e a Inglaterra, país que o apoiou na fuga da invasão das tropas de Napoleão, e a cobrança dos impostos na agora sede do Governo Português, o Brasil.

É significativo o decreto de 1808, baixado pelo príncipe regente, tornando possível a propriedade de terra aos imigrantes, ou seja, aos estrangeiros de um modo geral. “No período colonial a imigração era efetuada, via de regra, mediante licenças. O caráter restritivo e o caráter seletivo da imigração foi determinado, sobretudo por motivos de ordem econômica e religiosa”. (Ibidem)

O Decreto Real deixa clara a intenção da Coroa:

Sendo conveniente ao meu real serviço e ao bom público aumentar a lavoura e a população que se acha muito diminuta no Estado; e por motivos que me foram presentes: Hei por bem, que aos estrangeiros residentes no Brasil se possam conceder datas de terra por sesmarias pela forma, com que segundo as minhas reais ordens se concedam aos meus vassallos, sem embargo de quaisquer lei e dispositivo em contrário. A Mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido e o faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1808. (Demoso, in Balhana, pg. 132).

Esse decreto colonial atendia principalmente os interesses dos nobres e comerciantes portugueses e ingleses que acompanharam a vinda da família Real ao Brasil. Eram imigrações de interesses puramente comerciais, não traziam a mão de

obra, mas sim o mercador, que tinha o único intuito na exploração das riquezas da colônia. A distribuição de terras tinha o intuito de divisão comercial entre os “amigos” comerciais da Corte. Tanto foi assim, que essa medida foi paralisada com a volta da família Real a Portugal e o conseqüente retorno do Brasil a Colônia de Portugal. Os impostos passaram novamente a ser enviados a Portugal, agora como capital da coroa.

Somente após a independência do Brasil de Portugal, é que foi retomada a política de imigração, por volta de 1827. “Com a proclamação da Independência, a preocupação com os vazios demográficos acentua-se, uma vez que as jovens nações americanas precisavam resolver o problema da ocupação efetiva do solo.” (BORUSZENKO, 1986. p. 52) Desta vez, a imigração tem objetivos distintos ao praticado no período colonial, agora há a preocupação como a ocupação de áreas inabitadas e aumento da mão de obra do país.

A instalação dos primeiros imigrantes no Brasil se deu através dos imigrantes alemães, em Ilhéus na Bahia e de Suíços alemães em Friburgo no Rio de Janeiro em 1819 (Balhana, p. 132). Estes constituíram o exemplo da efetivação da política de abertura inaugurada por D. João no Brasil. Na década de 1820, foram criadas as primeiras colônias áleas no sul do Brasil, em São Leopoldo, Três Forquilhas e Torres no Rio Grande do Sul. Em 1929, foi a vez de Santa Catarina com a colônia de São Pedro Alcântara. Neste mesmo ano foram instaladas as colônias de Santo Amaro e Rio Negro na Província de São Paulo, esta ultima em território que ficou pertencente à Província do Paraná (ibidem).

A preocupação com a ocupação do solo estava ligada à tentativa de preservação do território brasileiro sobre o domínio português, que vinha sofrendo sérias ameaças de invasão principalmente de espanhóis na região sul do Brasil. “Era necessário à soberania nacional que eles ocupassem o solo, que poderia ser invadido, e também pela necessidade de sua valorização econômica”. (Ibidem)

Porém a entrada indiscriminada de imigrantes, a falta de um planejamento econômico financeiro do Governo, os repetidos fracassos em vários casos, e,

sobretudo a valorização excessiva do imigrante, com incentivos de toda espécie, em detrimento ao agricultor brasileiro, provocam críticas às iniciativas governamentais.

As críticas foram tantas que em 1830, o Governo temendo uma reação, determina através da Lei de 15 de dezembro de 1830, título I cap. II, art. 4º, a proibição de qualquer despesa pública com o estabelecimento de programas de imigração. Para não interromper completamente a política de imigração, o Imperador autoriza a criação de iniciativas particulares para a vinda de imigrantes.

Enfrentando todo grau de dificuldades, sem conseguir dar resposta adequada a continuidade da política de imigração, o Governo, agora com o regime monárquico, edita em 1834, um Ato Adicional, transferindo para os governos das províncias a competência dos programas de imigração. Assim tenta desvincular-se da responsabilidade de gerir o processo migratório, como também das críticas feitas a ele.

O Paraná neste período pertencia a Comarca de São Paulo, eram terras distantes da capital, onde o processo de crescimento econômico tardou a chegar. O Paraná recebeu seus primeiros imigrantes através da política determinada pelo Governo Paulista, e só obteve uma política adequada a sua realidade, após sua emancipação política de São Paulo em 1853.

1.2 A EUROPA E A ALEMANHA NO SÉCULO XIX

A Europa durante o século XIX foi sacudida por guerras e por significativos movimentos revolucionários de unificações, com destaque para a Alemanha e Itália. No mesmo nível de importância política, e paralela a esses acontecimentos, o surgimento da Revolução Industrial foi um marco nas relações econômicas entre trabalho e propriedade nos países europeus, e motivador de crises na economia agrária.

Antes da revolução industrial, as sociedades européias eram constituídas predominantemente por todos aqueles que sobreviviam cultivando a terra e criando animais, isto é, grande parte das regiões era predominantemente agrícola. “O período que antecedeu imediatamente a revolução industrial na Europa, o período “pré-industrial”, registrou importantes mudanças na estrutura agrária”. (KEMP, 1985 – p.51). Essas mudanças vinham no sentido de substituir a agricultura campesina, que atendia um consumo local, em uma agricultura voltada para o mercado, mais comercial.

Para tanto novas técnicas e equipamentos agrícolas foram desenvolvidas. Surgem aí os primeiros passos para se alcançar as condições da industrialização. “A indústria podia estimular os melhoramentos técnicos, apoio ao cultivo, fertilizantes, que permitissem um crescimento econômico recíproco entre a agricultura e a indústria”. (Ibidem, p.61). Mas esse possível “salvamento” da agricultura de subsistência pela indústria, não se deu dessa forma. Ocorreram situações de descompasso nessa relação e, como consequência, uma série de crises de emprego, fome e por vezes miséria das populações européias.

Para Kemp (1985, p.62) a visão capitalista não permite que um país consiga seu crescimento econômico permanecendo predominantemente agrícola, somente podendo acompanhar um ritmo de crescimento moderado da população. A procura pela possibilidade de obter lucro, fez com que essa transformação na condição agrária européia fosse acelerada.

Essas transformações trouxeram grandes conseqüências nas zonas agrícolas nos países que iniciaram a revolução industrial, entre eles, em ordem de início da industrialização, a Inglaterra, França e Alemanha. Os camponeses perdiam seu trabalho pela chegada de máquinas agrícolas e muitas vezes suas terras, por falta de condição de competição comercial. Iniciava-se o êxodo às cidades de um contingente da população que tentava buscar sua sobrevivência.

Paralelamente, outro fator que agravava a vida das populações campesinas na Europa, era o problema populacional. “Não há dúvida de que o crescimento da população na Europa durante o século XIX foi um desenvolvimento significativo, provocando, primeiro de tudo, uma série de pressões em torno da terra e aumentando o número de pessoas sem terra ou com muito pouca terra”. (KEMP, 1985, p. 63).

Milhares de europeus atravessaram os mares, num momento de profundas transformações econômicas e sociais, agravado pelo aumento da população, com diminuição das possibilidades de emprego. “Este era o quadro da típica “crise de subsistência”, que levou o campesinato à procura de trabalho ou esmola”. (Ibidem, p.64)

A população do Reino Unido, da Prússia e da Rússia européia quase que duplicaram entre 1800 e 1850. No período maior de 1750 a 1850 triplicou a população do Reino Unido e quase duplicaram as populações da Suécia, Noruega, Dinamarca, Holanda e grande parte da Itália. Finalmente, as de Espanha e Portugal aumentaram em um terço no mesmo período de cem anos. (NADALIN, 2001, p.62)

A Alemanha, que estava em busca de sua unificação e cujos imigrantes são o foco da nossa pesquisa, passava pelos mesmos problemas, decorrentes da opção feita pela economia industrial e como uma das conseqüências desencadeadas por esse processo, enfrentava uma revolução demográfica.

A população alemã sofreu um aumento de 59 por cento entre 1816 e 1856. Em 1820 havia 25 milhões de habitantes; quando a unificação terminou, em 1871, esse total ultrapassava os 40 milhões e em 1910 era de cerca de 65 milhões. Em certos períodos e em certas regiões, contudo causou

problemas agudos. (...) Nas regiões ocidentais, onde prevalecia a agricultura campestre, o crescimento populacional na primeira metade do século XIX criou fortes dificuldades em torno da terra e do fornecimento de alimentos. (...) Na década de 1840, com o malogro da colheita de batata e as fracas colheitas de cereais de 1845-47, a região ocidental sofreu uma crise de subsistência. Para muitos a imigração parecia a única solução possível e por isso assistiu-se a um forte movimento de imigração para o outro lado do Atlântico. (KEMP, 1985, p. 109).

Além dos problemas ligados a agricultura e indústria, outros acontecimentos políticos agitavam o país. O principal deles estava ligado à ideia de unificação da nação alemã, que na metade do século XIX era composta por diversos Estados, com a liderança política sendo dividida entre a Prússia protestante, militarista e industrializada e a Áustria, católica e multinacional conservadora. Como pano de fundo deste cenário histórico, a Alemanha estava ocupada pelas forças militares de Napoleão.

“Na década de 1850 a Prússia emergiu como potência industrial, renovando seu sistema de transporte e fortalecendo seu exército”. (Seyferth–1981 p.29). Sobre a liderança do Chanceler Bismark, transformou-se numa das maiores potências econômicas do mundo. Paralelamente a isto, os estados do sul continuavam com sua economia baseada na agricultura e politicamente estavam mais ligados a Áustria, inclusive por ambos serem vinculados à religião católica.

Visando o controle político da região, a Prússia através de Bismark elabora uma estratégia de conquistas militares a fim de impor seu domínio.

As guerras contra a Dinamarca e Áustria, serviram para reforçar o poder militar da Prússia dentro da Alemanha e para ganhar o apoio irrestrito dos alemães, em parte pela própria vitória, mas também pela anexação dos territórios do Schleswig-Holstein. (SEYFERTH, 1981, p.32)

Com esse avanço militar a Prússia caminha em busca da unificação alemã. A unificação praticamente se completou após a guerra contra os franceses (1870-71), considerada pelos alemães como uma deliberada agressão da França que colocou o povo alemão em defesa de sua pátria. Ficou implícito no nacionalismo da época de

liberação, que a unidade só seria possível a partir de pressões externas, pois fora reagindo contra Napoleão que os alemães se uniram. (ibidem, p. 30).

A Prússia venceu a guerra e os príncipes alemães, reunidos em Versalhes, proclamaram o rei da Prússia como Imperador Guilherme I da Alemanha, em 1871. A partir daí, a Alemanha passou a ser uma União Federal de 25 Estados. (SEYFERTH , p.32).

Desde o início do século XIX, o desenvolvimento industrial estava centralizado na Prússia e em alguns principados menores, todos situados ao norte. Os menos industrializados estavam localizados na região do oeste e também os estados ao sul que faziam fronteira com os Países Baixos e França, era a região chamada de Hunsrueck.

“Aí se situa o Hunsrueck, uma região montanhosa, subdividida em pequenas propriedades rurais e com tradição católica já milenar. Formaram-se aí as comunidades rurais compostas de um número maior ou menor de famílias de proprietários com acentuada integração religiosa, social e cultural.” (Kreutz. 1991. p.17)

Continua Kreutz em sua análise, mencionando que a Prússia, formada por maioria evangélica caracterizava-se por ser uma região industrializada e com uma consciência política, e a região do Hunsrueck, formada por maioria católica, simbolizava o conservadorismo agrário. Foi da região do Hunsrueck que vieram grande número de imigrantes alemães católicos ao sul do Brasil, a partir de 1829. (ibidem. P.17-18) Como essa região não conheceu o mesmo surto industrial que o restante da Alemanha, durante o século XIX, foi esse o modelo de organização de vida - pequenas comunidades, com economia rural e tradição católica - que os alemães trouxeram para o Brasil.

A vinda desses imigrantes foi repleta de significados, tanto pelas informações folclóricas que recebiam do Brasil, quanto pela imagem que criaram sobre a futura terra, entrelaçada pela visão religiosa que a população católica da região de Hunsruech possuía. Isso transparece nas várias canções que foram compostas, com

o intuito de motivar a população a emigrar, como o trecho transcrito por Fouquet em seu livro:

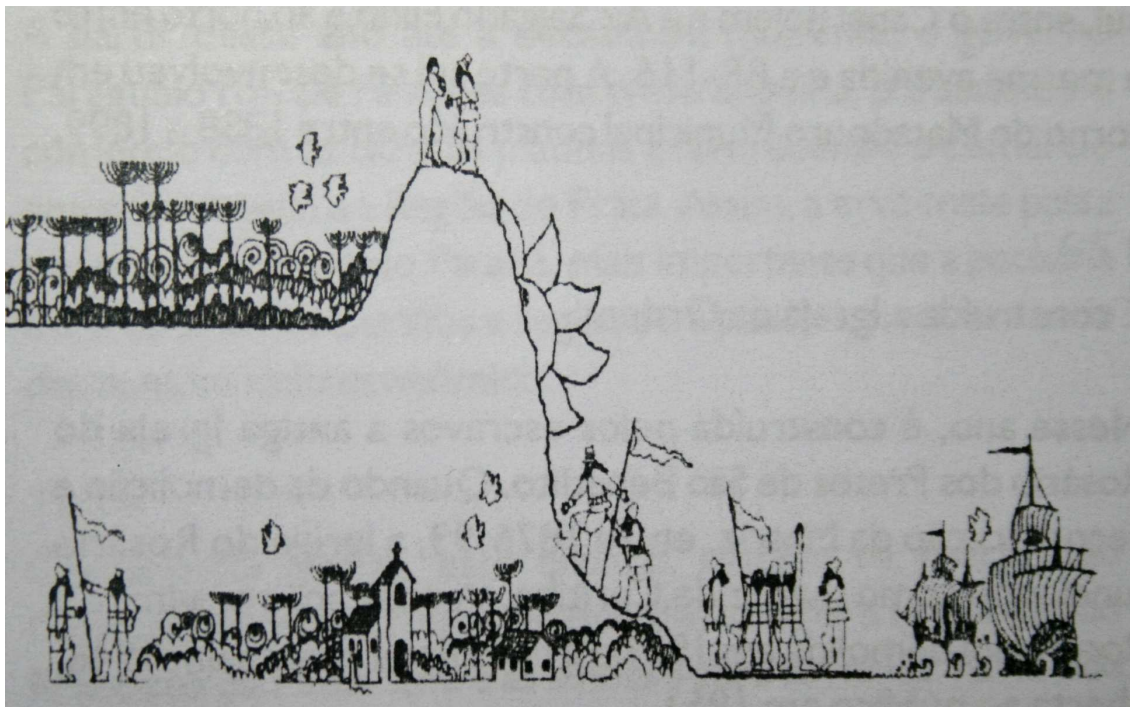
Deus nos deu este destino,
Do contrário não nos viria esta idéia
Assim cremos e emigramos,
Por ser sua ordem...

Deus falou a Abrão:
Sai da tua terra,
Vai para onde te aponto
Com minha forte mão.

Também nós cremos firmemente
Em Deus e sua santa palavra
E assim daqui partimos
E ao Brasil nos dirigimos. (Fouquet, 1974. p. 81).

Por vários e longos períodos a Alemanha permaneceu em guerras; em 1803 com a invasão de Napoleão, 1848 a revolução liberal, e já na segunda metade do século XIX o confronto bélico contra a Áustria, Dinamarca e França, pela unificação alemã. Aliado a todo esse contexto, os alemães enfrentaram o problema social e econômico causado pela Revolução Industrial, com conseqüências catastróficas nas populações rurais, produzindo muitos desempregados e sem terras. Houve também dois contingentes da população que tiveram restrições no país recém criado por Bismark, os liberais e os católicos, ambos derrotados na atual opção política do Governo, protestante e nacionalista. Assim, milhares de alemães não viram outro caminho para a situação a que estavam expostos, do que emigrarem para a América.

1.3 A IMIGRAÇÃO NO PARANÁ



Gravura de representação da colonização do litoral para o planalto. (Curitiba, 2004, p89)

A gravura apresenta a incursão dos colonizadores ao planalto curitibano por volta de 1650. Revela a presença dos índios no planalto, os portugueses no litoral com suas caravelas e a ascensão desse grupo ao planalto. Esta gravura foi publicada pela Prefeitura de Curitiba como parte da comemoração dos 300 anos da cidade e faz uma referência à chegada dos primeiros colonizadores. É uma representação harmoniosa da conquista do planalto paranaense, e como toda publicação oficial, oculta os conflitos que foram travados entre índios e portugueses pela conquista do planalto. “Conflitos que culminaram com a expulsão dos indígenas da região, através de saques e destruição de suas propriedades pelos bandeirantes, sendo capturados dezenas de milhares de índios”. (ZIMMERMANN, 1929 – p. 53).

O português e seus descendentes brasileiros estiveram presentes no Paraná desde a origem da povoação, chegaram atraídos pela possibilidade de encontrar ouro na região. Sobre o início do povoamento da cidade o livro Curitiba Evolução Urbana complementa observando que, atraídos pelas minas de ouro, afluíram ao

planalto curitibano correntes de brancos puros constituídas de portugueses e espanhóis vindos do litoral. “Ali já se encontravam índios e mamelucos. (...) Ali se dedicaram, até o século XVIII, a criação de gado, alguma extração de madeira e pequena produção de erva mate, já que as tão sonhadas minas de ouro não representaram progresso algum”. (GARCEZ, 2006. p.28)

Somente mais de um século depois, por ocasião da instalação da Província do Paraná é que foram iniciadas as primeiras tentativas de imigração de nacionalidade não lusitana.

O Paraná recebeu por volta de 1829, a primeira leva de imigrantes, que tiveram também como nas demais províncias do Brasil, muitas dificuldades na instalação. De acordo com Aulich (1953, p.22), nesse período o Paraná pertencia a Província de São Paulo, e suas terras eram as mais distantes do governo paulista, sendo denominadas de 5ª comarca da Província. Já nesta ocasião, estes imigrantes foram trazidos pela mão da iniciativa privada, pois foi elaborada pelo Barão de Antonina, com aval do Governo da Província e do Império. A desorganização administrativa dos Governos provinciais propiciou diversos absurdos sociais com essa população imigrante.

A vinda dos primeiros imigrantes ao Paraná é coberta de desencontros políticos e desorganização administrativa, como vemos no relato abaixo.

O Ministro do Império, por portaria de 08 de novembro de 1827, determinou ao Presidente de São Paulo que desse desde logo as providências precisas, recomendando-lhe que na distribuição das terras fossem escolhidas as mais salubres (...) Como veremos depois o conselho do Governo, por circunstâncias várias, localizou-os em outros logares (...) Esses colonos deram origem as duas primeiras colônias estrangeiras que se fundaram em São Paulo na época da colonização oficial. Essas duas colônias foram Santo Amaro e Rio Negro, fundadas em 1829. (Zimmerman. p.26)

O governo paulista não cumprindo o determinado pelo Governo Imperial envia os imigrantes alemães para terras longínquas do estado, local sem as mínimas condições de trabalho agrícola, áreas basicamente formadas por florestas e com

povoamento muito baixo na região. Após 1853, com a emancipação do Paraná de São Paulo, Rio Negro fica localizado em terras paranaenses.

Com a emancipação de São Paulo, o Governo da Província prega a necessidade de uma política de ocupação do território, para preservação e garantia das fronteiras da nova Província. Este fato, aliado ao ato do Governo Monárquico, justifica a adoção do programa de imigração neste estado, que a partir desse período segue de forma mais acentuada.

Fazendo uma análise das correntes migratórias para o Brasil, encontramos três períodos importantes. O primeiro período, logo após a independência: “era necessário à soberania nacional que eles ocupassem o solo, que poderia ser invadido, resguardando o país de invasões”. (Boruszenko, 1986. p. 52). No segundo período, já por volta de 1840, a imigração é defendida pela necessidade de mão de obra para a agricultura, sobretudo o café, pois, “a importação de escravos, que desde 1831, vinha sendo boicotada pela Inglaterra, país que já havia abolido a escravidão, e que tinha muito interesse que os demais países escravagistas também abolissem, para que não produzissem mercadorias por preços mais baixos”. (Ibidem p.54). No terceiro período, a partir de 1880, os objetivos com a imigração passam: “a ser a necessidade de mão de obra para as grandes construções públicas, entre elas as estradas de ferro, linhas telegráficas e estradas rodoviárias, mas, principalmente as vias férreas tomam grande impulso”. (Ibidem p.56).

Neste último período, um grande contingente de operários foi necessário, e para tal quase que se extinguem os programas oficiais de imigração pelo alto custo em executá-lo. Passa-se a permitir nos estados a imigração através da iniciativa privada, com a criação das “Sociedades Particulares de Imigração”. (Ibidem p.57).

Através dessa medida, aparentemente os Governos provinciais conseguem dar continuidade ao programa de imigração, sem com isso sofrer os prejuízos políticos e financeiros que a imigração oficial trazia. Isto é, ao permitir a criação de empresas que por iniciativa financeira própria se encarregassem de trazer imigrantes ao país, daria continuidade à estratégia política de crescimento

econômico, sem ter o Governo de arcar com os custos financeiros e desgastes políticos inerentes a tal empreitada.

Porém, essa iniciativa também causaria problemas à política de imigração do Governo, visto que, muitas dessas empresas tinham objetivos puramente comerciais, sem possuírem qualquer vínculo ou preocupação com a qualidade no programa de imigração.

A verdade, porém, é que as Sociedades de Imigração, não passavam de empresas particulares, apenas interessadas em atrair o maior número possível de imigrantes, uma vez que, recebiam certa importância “per capita”, sem responsabilidades diretas pela posterior evolução do empreendimento colonial. (GRAFIPAR – p. 168)

Essas agências de arrematação de trabalhadores criaram verdadeiros absurdos, no intuito de atraírem principalmente os agricultores da Europa para o Brasil. A história também foi dramática para os próprios imigrantes, que muitas vezes foram enganados com falsas promessas e descaso no trato das viagens e locais de destino.

Eram variadas as ações dessas Sociedades, até mesmo na recepção de imigrantes no Brasil encontramos o descaso do trabalho realizado por essas empresas. Como por exemplo o caso dos Ucrânicos que chegaram ao Porto de Paranaguá, em pleno verão, vestidos com os seus casacos de peles, seus bonés, num calor imenso, e é claro que o agente de imigração não os estava aguardando. O povo local começou a ficar meio nervoso meio aflito. Daí resolveram chamar o delegado, o chefe da polícia, só que o chefe da polícia não conseguiu se entender com eles. Chamaram então o vigário que sabe falar latim e então poderia se entender com eles. Claro, o vigário não conseguiu se entender em latim com eles, mas não teve dúvidas e disse: Eu não sei que pessoas são, aliás, nem sequer sei se pessoas são. Então antes de mais nada, para maior glória de nossa Santa Madre a Igreja, vamos torná-los cristãos. (BERUSZENKO, 1986. p. 57).

Para se entender como eram as viagens dos imigrantes, a narração original do alfaiate Antonio Pospissil, imigrante de Romerstadt, na Áustria, vindo para Curitiba no século XIX, é rica em detalhes. É possível através desse relato pessoal, perceber todo sentimento vivido por um imigrante em sua viagem.

Foi no dia 08 de maio de 1863, quando nós, ao todo 24 pessoas, sob o entusiasmo de nossos parentes, deixamos a cidade de Romerstadt. De tanta comoção as lágrimas nos corriam sobre o rosto, quando demos adeus à nossa terra natal. Chegamos a Hamburgo onde permanecemos por 3 dias na pensão dos emigrantes para esperar a partida do navio que nos levaria à América. (...) Finalmente no terceiro dia o nosso navio de vela de nome "FRANKLIN", levantou ferro (...) para seguirmos viagem a Canal da Mancha; porém veio tão forte ventania que nos forçou a uma distância de 100 milhas para o Mar do Norte. Apesar de que todos nós estávamos acostumados a uma temperatura fria, quase que não podemos supportar o frio e além disso quase todos nós enjoamos. Um aqui, outro lá, deitados, 250 passageiros além dos tripulantes – pode-se fazer uma idéia do aspecto que apresentávamos. Viajamos em 3ª classe, onde cada leito acondicionava 4 a 5 pessoas. Imagine-se agora numa cama 5 pessoas enjoadas! Foi horrível. Oito dias depois nós estivemos novamente no ponto de nossa saída. (...) depois de navegarmos para fora, no alto mar, despedindo-nos da última terra européia, a cidade francesa de Callais, e d'ahi em diante só o céu e o mar! (...) Durante 3 meses navegando e ainda nada de terra. Um dia um dos homens da tripulação enxergou ao longe um ponto escuro. Indagando ao Comandante que observava o ponto pelo binóculo, fomos informados que se tratava realmente da tão ansiosamente esperada terra! Que alegria, finalmente terra. Era o Brasil! (...) de longe via-se as montanhas elevarem-se por cima da água. Era Santa Catharina. Em poucos momentos estávamos rodeados de botes, cujos donos os faziam presentes de bananas e laranjas, que comemos a vontade. Só no terceiro dia, passageiros e tripulantes puderam ir a terra e agora me foi possível apreciar com minuciosidade as bellas vistas e a flora brasileira. As palmeiras e bananeiras que desconhecíamos nos deram bella impressão. No dia seguinte fomos por via marítima até o porto de Paranaguá. (...). De Paranaguá viajamos à Antonina, onde permanecemos durante 2 horas, para continuar viagem, desta vez por terra até Curityba. (...) Assim eu, Fridolin Wolf, Johann Paradeis, e Henrique Roehrig, nos fizemos a caminho para Curityba. Eu sou agora o único sobre- vivente de nós 4. (ZIMMERMANN. 1929. p. 62)

No Paraná a imigração, além dos motivos já descritos da política de imigração no Brasil, acontecia também para incrementar a agricultura. Na visão elitista do Governo do Estado a agricultura na província era precária em relação a outros estados, principalmente São Paulo. "Não há por ora na província estabelecimentos rurais importantes, que demandem para o seu custeio grande numero de braços, nem a indústria agrícola de que acha nela em tal pé que torne praticável o sistema de parceria, que tão bons resultados têm produzido na província vizinha." (GRAFIPAR, 1969. P.161)

Com esta preocupação foram escolhidos os imigrantes de origem européia, por serem esses considerados bons trabalhadores e conhecedores de técnicas agrícolas. Demonstrando essa intenção do governo, o relatório apresentado pelo

Vice-Presidente da Província à Assembléia Legislativa em 1857 demonstra claramente a visão política da época.

Abusaria de vossa ilustração se me ocupasse de demonstrar-vos a necessidade de promoverdes a emigração de colonos morigerados e laboriosos, que, conhecedores de processos mais acabados e habituados ao uso de instrumentos mais vantajosos ao meio e cultura das terras, se empreguem nos vastos campos que possui a Província e cuja prodigiosa fertilidade abrange todo o gênero de produção agrícola; limitar-me-ia pois a indicar-vos o meio que me parece mais adotável, para consecução de tão almejado bem. (GRAFIPAR, pg. 162)

Desta forma surgiram os primeiros núcleos de origem européia, não portugueses, em território paranaense.

Outro aspecto, que muito ocorreu no Brasil e também no Paraná, como forma de imigração, foi o processo de imigração interna, a chamada reemigração. Grupos de imigrantes descontentes com o local inicial que foram instalados, ou por não conseguirem desenvolver suas atividades, por questões climáticas, de solo ou econômicas, reemigravam para outras colônias ou se dirigiam para as cidades mais próximas.

Os resultados satisfatórios alcançados na colonização das cercanias de Curitiba, atraíram ainda maior afluência de reemigrantes de outras regiões do Paraná e mesmo de outras províncias, os quais se dispersaram pelas colônias já existentes, ou formaram colônias particulares, ou ingressaram nas atividades artesanais e industriais da cidade. (Ibidem)

Os primeiros imigrantes que foram instalados no Paraná, ficaram em áreas que dificultavam o comércio de suas produções. Assim na década de 1870, o programa de imigração foi dinamizado com a localização de colônias agrícolas nas proximidades do centro urbano, resolvendo assim dois problemas: a otimização dos meios agrícolas na província e a facilidade na escoagem das mercadorias produzidas.

A proposta adotada no Paraná pelas elites políticas de aderirem à imigração como meio de “evolução” da agricultura, em detrimento ao agricultor local, demonstra claramente sua política de exclusão das classes populares.

Ao invés de enfrentar essa complexidade econômica e social, investir no desenvolvimento de técnicas agrícolas, aplicando nisto os recursos que seriam destinados ao programa de imigração, como também, destinando terras aos camponeses locais com incentivos do estado em aperfeiçoá-lo educacionalmente e assim inseri-lo no campo, a elite busca a exclusão do pequeno agricultor e investe no modelo de agricultor europeu. Tenta dessa forma, alterar todo o modelo social que possuía o estado, inserindo um novo elemento de características culturais supostamente desenvolvidas.

Em seu livro, “A Escola e a República”, Marta Carvalho relata as idéias racistas que circulavam no Brasil, em defesa da imigração, entre eles, o projeto de transplante cultural, que pregava a substituição da mão de obra negra, mestiça e cabocla, na sua maioria, analfabeta, pelos instruídos europeus brancos.

No Paraná esse pensamento é muito forte, pois sua população diferentemente de outros estados, tinha na sua formação a predominância branca. E com a vinda de imigrantes europeus, essa característica é reforçada como população de maioria branca. Encontramos vestígios dessa situação, nos relatos de Saint Hilaire, onde menciona em seus relatos que “em nenhuma parte do Brasil eu havia visto tantos homens verdadeiramente brancos como no distrito de Curitiba. São grandes e bonitos. Têm os cabelos castanhos e a tez rosada (...). As mulheres têm traços mais delicados que as das outras partes do Império onde viajei; a maioria dos habitantes pertence à raça pura caucásica.” (AULICH, 1953. p 21)

Esse relato de puro elogio e satisfação no encontro com homens bonitos e verdadeiramente brancos demonstram a visão de um visitante europeu ao encontrar seus pares, e fica implícito o descontentamento com o que viu no resto do país, a miscigenação entre negros, brancos e índios.

O historiador paranaense, citado por Aulich, Romário Martins, reforça em seu texto as características do paranaense, porém seu relato é mais próximo à realidade social, apresentando entre a população, os negros, os mestiços e deixando claro a não miscigenação da elite social.

“A população da comarca de Curitiba, quando se emancipou de São Paulo, era constituída de portugueses e castelhanos, índios guaranis administrados, negros africanos escravizados e de descendentes e mestiços dessas três raças. A elite representativa era, porém, isenta de mestiçagem”. (Ibidem, p.22)

Pode-se constatar a postura elitista e discriminatória da burguesia curitibana. Encontramos vestígios dessa posição, quando buscamos material bibliográfico sobre a escravidão no Paraná e mais respectivamente em Curitiba, em função do escasso material nos arquivos históricos das bibliotecas da cidade, seja ela pública ou particular. Isso não quer dizer que no Paraná não houve escravidão. A quase nula bibliografia sobre a escravidão no Paraná, deixa clara a opção política dos líderes e da classe intelectual; de não discutirem o problema social da escravidão, como se aqui ela não tivesse acontecido.

Com relação ao tratamento histórico dado pelos historiadores paranaenses aos fatos que levaram a escravidão no Paraná, temos a mesma percepção quando buscamos referências bibliográficas sobre o tema. O próprio autor, Ferrarini, que escreve sobre a escravidão no Paraná, um dos únicos materiais encontrados, o relata de forma didática, narrando cronologicamente como aqui se deu o processo de escravidão e libertação dos negros, apresentando fatos e documentos relativos ao comércio escravo sem, contudo, tomar postura a respeito desse processo, uma posição neutra.

Porém os vestígios estão em toda parte, como a figura de um escravo retratado na gravura do pintor francês Debret, feita quando de passagem por Curitiba.



Curitiba em 1824. Primeiro registro visual. Ruínas de São Francisco e Igreja do Rosário canto esquerdo. Trabalhador negro e a ao fundo a serra do mar. (Guinski, 2002. p. 24).

No Paraná, o movimento da elite em favorecer a imigração européia, visava além da idéia do transplante cultural, defendido em outros Estados do Brasil, também, e talvez até mais forte, o de preservar a maioria branca, tentando assim, uma hegemonia dessa raça, eliminando os demais traços da população, ou reduzindo ao mínimo necessário à mão de obra operária.

A história política do estado do Paraná é bem apresentada na reflexão da historiadora Judite Trindade, quando levanta as seguintes inquietações: “Não temos a história de certos acontecimentos analisados do ponto de vista político (...) Neste sentido, acho que o fato de não existir uma história política, uma historiografia política do Paraná, mostra bem uma opção: de não se fazer a história do Paraná sob a ótica da política.” (TRINDADE, 1986. p.110)

A autora traz como exemplo o sindicalismo no Paraná, situação que surgiu para atender a necessidade de mão de obra em substituição à escravidão no Paraná;

Costumo dizer que a historia no Paraná não incomoda ninguém do ponto de vista político. Não é nem esquerda nem direita. Quanto ao sindicalismo no Paraná, também a ótica acaba sendo a mesma, quer dizer, considera-se o sindicato como se ele não fosse um fórum político e ideológico, como se ele não contemplasse varias tendências ideológicas em luta acirrada pela

predominância. Não conheço para o Paraná nenhum estudo desse tipo. (Ibidem)

Outro fator, que levou o governo a adotar a imigração como solução dos problemas econômicos e sociais, foi a cópia do modelo norte americano.

A elite política observava o rápido desenvolvimento que estava ocorrendo nos Estados Unidos que, há décadas, vinham recebendo elevado número de imigrantes. Era um exemplo a ser seguido. Tantos nos debates políticos, quanto em publicações, elogiava-se a rápida expansão do povoamento, o incentivo à pequena propriedade, às atividades artesanais e manufatureiras naquele país. Seu desenvolvimento era atribuído à imigração, enaltecendo-se a pequena propriedade como fonte de virtudes. (RENK. 2000)

Adotada a imigração como opção ao desenvolvimento agrário no estado, o modelo de colônias agrícolas foi instalado, e Curitiba como capital, foi a principal cidade em que esse fato ocorreu. As colônias agrícolas, distribuídas pelos espaços vazios do planalto curitibano, no período da política de imigração, foram sendo absorvidas progressivamente e formaram os bairros que hoje temos na cidade.

No Paraná, os números sobre a entrada dos imigrantes são imprecisos e divergentes entre os historiadores. Abaixo encontramos a descrição dos grupos étnicos que chegaram a Curitiba em períodos variados até 1878.

Ano	Município	Distância Capital	Numero Lotes	Número Imigrantes	Grupos Étnicos
1829	Rio Negro			248	Alemães
1860	Serro Azul		400	949	Alemães, Ingleses Italianos, Franceses
1869	Curitiba	3 km	33	117	Alemães, Ingleses Italianos, Franceses
1870	Curitiba	3 km	50	242	Poloneses, alemães e italianos

1871	Curitiba	12 km	31	160	Alemães, poloneses, suecos
1873	Curitiba	6 km	82	323	Poloneses e alemães
1875	Curitiba	8 km	129	630	Poloneses, suíços, franceses, italianos
1876	Curitiba	3 km	260	1459	Alemães e Poloneses
1877	Curitiba	16 km	97	405	Alemães, poloneses e franceses
1878	Curitiba	7 km	210	988	Italianos

(Grafipar, p, 164)

Observa-se na tabela que na maioria das fases de entrada dos imigrantes em Curitiba, os alemães, os poloneses e os italianos, estão sempre presentes, porém os imigrantes alemães, neste curto período, são predominantes. Isto foi observado também na pesquisa bibliográfica, onde é dada maior atenção pelos historiadores a esses grupos.

Ao contrário dos Alemães, que rapidamente se instalaram na parte urbana da cidade, os poloneses e italianos preferiram a vida rural em suas colônias, com lavouras de subsistência, instalando-se ao redor de Curitiba.

Os primeiros imigrantes poloneses que aportaram ao Paraná, em 1871, eram procedentes de Santa Catarina, onde tiveram dificuldades em se adaptarem. (...) Desde então, foi grande sua corrente imigratória para o Estado. A vinda de poloneses teve duas fases de apogeu: 1890 a 1896 quando entraram 28 mil imigrantes e 1907 a 1914, quando entraram 27 mil.(...) Dotados de um profundo sentimento religioso, católicos por excelência não demoraram a integrar-se plenamente na vida nacional. (GRAFIPAR, p, 114)

Os poloneses, facilmente se adaptaram ao modo de vida paranaense, identificando-se com a cultura local, sem nessa relação colocar empecilhos. Seu profundo sentimento religioso é sentido até hoje na cidade, que possui um parque

que foi inaugurado pelo Papa João Paulo II em 1980 e neste parque foram instaladas as casas que os primeiros imigrantes construíram nos arredores de Curitiba. São casas construídas com troncos que se encaixam, sem o uso de pregos ou outro material de ferro, decoradas com a mobília original da época. Ali são celebradas as festas dessa comunidade sempre com missa na antiga capela instalada.

As edificações de madeira, a famosa “casa de polaco” composta de moradia, paiol, abrigo para ferramentas e abrigo para animais, compõem uma paisagem arquitetônica típica dos arredores de Curitiba, habitada por um colono que rapidamente se identificou com a terra, compondo um tipo polono-paranaense. (GARCEZ, 2006, p.22)

Bento Munhoz da Rocha escreveu um texto que mostra essa relação do habitante local com essa etnia:

A colônia polonesa faz parte da paisagem com sua apresentação típica, com a igreja, o cemitério ao lado da casa do vigário. O colono polonês se adaptou. (...) Não se pode pensar o Paraná sem a figura do imigrante polonês e as contribuições que ele trouxe. Houve assim, uma identificação do polonês com o Paraná. Esse Estado passou a ter o monopólio dessa imigração. De fato, o Paraná ficou dono do polaco. Podemos dizer aqui: o polaco é nosso. Confirmada a tese de Gilberto Freyre, da assimilação regional para a assimilação nacional, criou o tipo específico polono-paranaense, como integrante do continente cultural brasileiro. (Ibidem, p. 23)

Como podemos ver, há nestas palavras do escritor, uma demonstração de pura amizade e carinho do curitibano com o polonês.

Tal como os imigrantes alemães, os poloneses também cultivaram os laços culturais de suas origens, através da organização de clubes e associações das mais variadas características, escolas e igrejas. Porém os poloneses, diferente dos germânicos, mantiveram amigável convivência com todas as etnias, principalmente com a população local, sem estabelecerem regras de convívio social entre a sua etnia com as demais. Nas escolas, a língua portuguesa era motivo de orgulho o seu

aprendizado, como nos mostra um trecho de um texto do Jornal “A República” de 1896.

Outro elemento de prosperidade é a escola. É fácil de prever as vantagens provenientes do conhecimento rápido e profundo de dois idiomas: o materno e o portuguez. E é somente a escola que pode inculcar este conhecimento. A bela língua de Camões dá aos colonos todos os proveitos de um cidadão livre se movimentam na grande republica Brasileira, como em sua própria casa. (DR. STANISLAO KLOBUKOWSKI)

A permanência da comunidade polonesa nas regiões rurais do município, durante muitas décadas os manteve sempre na condição de pequeno agricultor, abastecendo a cidade com seus produtos. Essa opção lhes atribuiu durante as primeiras décadas no Brasil, uma posição à parte da vida política da cidade, foram caracterizados como uma população de modo de vida mais simples que a urbana.

Os italianos que começaram a chegar a Curitiba a partir de 1869 eram eminentemente católicos como os poloneses, e também se estabeleceram inicialmente nos núcleos coloniais nos arredores da cidade. Como todos os imigrantes europeus, vinham em busca de melhores condições de vida, pois toda Europa passava por grandes dificuldades econômicas e a América era vista como o oásis, a terra virgem a ser explorada.

Fugindo dos problemas acarretados pela unificação da Itália (guerra, desemprego, fome e miséria) e atraídos por intensa e bem dirigida propaganda do governo brasileiro, os italianos deixaram sua pátria em busca de vida digna e prosperidade. Abaixo carta de um italiano a um Ministro de Estado de seu país, a propósito das razões que estavam ditando a emigração em massa, mostrando toda sua indignação ao País.

Que coisa entendeis por uma nação, Senhor Ministro? É a massa dos infelizes? Plantamos e ceifamos o trigo, mas nunca provamos pão branco. Cultivamos a videira, mas não bebemos o vinho. Criamos animais, mas não comemos a carne. Apesar disso, vós nos aconselhais a não abandonarmos a nossa pátria? Mas é uma pátria a terra em que não se consegue viver do próprio trabalho? (BERALDO, 2000).

De acordo com Garcez (2006, p.24) os italianos, que de início eram agricultores, posteriormente foram se tornando industriais e comerciantes e artesãos. Mesmo se integrando gradativamente a vida na cidade, muitos imigrantes italianos permaneceram na zona rural, como produtores agrícolas, o que ainda hoje é observado, como grandes produtores hortifrutigranjeiros. As colônias próximas a Curitiba foram bem sucedidas, quer porque ali houve como escoar uma produção de alimentos, quer porque foi possível trabalhar na construção de ferrovias.

Na história do operariado brasileiro é inegável a importância política da presença dos anarquistas italianos como lideranças dos trabalhadores. Também no Paraná temos registros da presença dos italianos anarquistas que aqui por iniciativa política de D. Pedro II, instalaram a primeira comunidade anarquista da América, que por razões diversas não frutificou. Mais tarde seus participantes se espalharam por várias regiões do Paraná, se integrando a outras comunidades italianas. Os imigrantes italianos se transferiram para várias regiões do Brasil, contribuindo decisivamente para o surgimento do movimento sindical em nosso país.

O italiano no seu ingresso na vida urbana em Curitiba trabalhou de forma majoritária como operário industrial. O imigrante recebia baixos salários, cumpria longas jornadas de trabalho e não possuía qualquer tipo de proteção contra acidentes e doenças. Assim como no campo, era muito comum que todos na família tivessem que trabalhar, inclusive mulheres, principalmente nas fábricas de tecidos e indústrias de vestuário.

Os imigrantes italianos se envolviam em movimentos grevistas e participavam de associações, ligas e sindicatos, geralmente de orientação socialista e anarquista. Mas é um equívoco considerar que eram os estrangeiros que inculcavam as idéias "exóticas" entre os trabalhadores nacionais, apregoados como "pacíficos" e "despolitizados". Na verdade, trabalhadores estrangeiros - dentre os quais italianos -, e trabalhadores brasileiros participaram da formação de associações operárias, compuseram suas lideranças, fizeram greves e se viram reprimidos e presos pela polícia. (IBGE, site).

Ao analisarmos a história das imigrações polonesa, italiana e germânica, é nítido observar que cada grupo trilhou uma posição diferente em relação ao contato

com a população nacional e a identidade econômica e política, que lhes foi permitido alcançar.

A respeito da percepção da relação dos imigrantes com os nacionais, Romário Martins comenta:

O italiano e o brasileiro se confundem quasi senão num único pensamento, pelo menos nas mesmas tendências de temperamento e de costumes. O polaco, entrelaçado por mútua *sympatia* com o brasileiro, aqui se tem imposto admiravelmente ao nosso caminho pela sua pronta adaptação ao nosso clima e pelo seu provado amor aos trabalhos rurais, que elle e o italiano alevantaram do mais desolador abatimento. O alemão é forte, serio e trabalhador, jamais lhe negaremos tais qualidades, mas quanto a sua assimilação, só o tempo, nas suas transmutações tão várias, poderá dizermos qual o papel que lhe será dado representar na formação do typo nacional do futuro neste recanto do nosso paiz! (...) o alemão acabará por perder a sua actual prevenção conosco e fará causa comum com a maioria já naturalizada. (Almanach. Rolo 35 p. 229)

Muitos outros grupos étnicos se estabeleceram em Curitiba, em períodos diversos, entre eles destacam-se os ucranianos, franceses, japoneses, libaneses, etc. Destacamos os poloneses e italianos nesta fase da pesquisa por terem sido esses imigrantes, junto com os alemães, os que em maior numero se estabeleceram nos arredores da cidade e posteriormente na área urbana, exercendo assim a primeiras influencias na vida social urbana.

Sabemos, contudo, que a formação cultural da cidade foi representada pela influência de todas as etnias, como base na formação original que se caracterizou pelos índios, portugueses, negros, caboclos e imigrantes de outros estados brasileiros.

Como as informações relativas à quantidade de imigrantes não é exata, encontramos outros números relacionados à imigração no Paraná, como os dados de Romário Martins apresentados por Renk em sua pesquisa:

No período de 1829 a 1853, entraram 460 imigrantes;
 De 1853 a 1889, entraram 19.215 imigrantes;
 De 1889 a 1934. Entraram 81.656 imigrantes, totalizando 101.331 mil imigrantes.

Destes, calcula-se que aproximadamente 15.000 não fixaram residência no Estado. A distribuição conforme a nacionalidade pode ser assim visualizada.

Poloneses – 47.731

Ucranianos – 19.272

Japoneses – 14.860

Alemães – 13.319

Italianos - 8.798.

Ainda havemos de considerar que entraram 9.826 imigrantes de outras nacionalidades somados juntos, a saber: franceses, austríacos, russos, suíços. Ingleses, holandeses, gregos, húngaros, lituanos, noruegueses, espanhóis, portugueses, búlgaros. Há ainda o grupo dos urbanistas, os sírios, libaneses, judeus, e os vindos de outros Estados, totalizando 30.000. (RENK, 2000.p. 36)

Numericamente, como se observa, os imigrantes alemães não foi o grupo majoritário, mas, em termos de influência cultural e social a sua presença foi muito significativa, foram eles os primeiros a imigrar para o estado, concentrando-se em poucas regiões e na área urbana da cidade de Curitiba. Foram também pioneiros em várias frentes da economia local; indústria, construção civil, comércio, etc. Além disso, no período principal de formação da cidade como capital da nova província de 1854 a 1880, foram também o maior grupo na cidade em termos numéricos.

Com o passar do tempo e a concretização da formação das colônias de várias etnias, Curitiba vai se transformando:

Esta fase de atração de imigrantes durou toda metade do século XIX e começo do XX e vai transformar a estrutura socioeconômica da capital, marcando uma urbanização, com casas de madeira em estilo polonês, com sobrados construídos pelos artesãos alemães e italianos e, sobretudo, com uma distribuição espacial horizontal de baixa densidade, cercando um núcleo mais denso, com dezenas de colônias rurais que não só abastecem a cidade como tinham vida própria com suas escolas, igrejas, sociedades esportivas, comércio e oficinas. (Fundação, 1993, p. 2)

Nas publicações oficiais ficam ocultos os conflitos gerados nas relações sociais com os imigrantes e com os demais integrantes da sociedade que não fazem parte das estatísticas oficiais. Porém as características e qualidades destes que

ajudaram a construir a cidade são destacadas como demonstra o poema extraído do livro escrito para as comemorações dos 300 anos de Curitiba, editado pela Prefeitura Municipal, que traz em seu conteúdo as intenções de conagração, jubilo e harmonia entre a população.

Czestochowa abençoou, Fritz organizou, Gennaro bebeu o vinho, Olga pintou pêssegos, Stephan trouxe concórdia, Takashi semeou paciência, Samir estendeu tapetes, Issac fez a oferta, Agache disse Urbanismo, Belarmino cantou modinhas, Gabriela acompanhou e assim a luz dos Pinhais brilhou; construída por nós festejada por nós. (Fundação, 1993)



Festa popular na Praça da República, atual Praça Rui Barbosa. Ao fundo a Igreja Senhor Bom Jesus dos Franciscanos e ao lado desta, o prédio do Colégio Bom Jesus, 4ª sede. Data provável 1915. (Acervo Pró-Memória)

1.4 OS IMIGRANTES ALEMÃES EM CURITIBA.

Os primeiros imigrantes que chegaram ao Paraná em grupos por organização oficial, com o intuito de formar comunidades, foram os alemães. Estes se instalaram na cidade de Rio Negro em 1829. Por volta de trinta anos após a chegada dos primeiros imigrantes, é que a cidade de Curitiba inicia sua entrada na política de atração de imigrantes por força governamental.

Os alemães que já estavam estabelecidos em comunidades e dispunham de produção agrícola, encontravam dificuldades em vender seus produtos. Zimmermann nos traz o exemplo do imigrante alemão Miguel Muller; “em Rio Negro não conseguira elle trabalho sufficiente, nem resultado compensador na lavoura devido a distancia e o péssimo estado de conservação das estradas a percorrer para poder collocar os productos colhidos”. (ZIMMEMANN, 1929, p.57). Por esse fato alguns deles se transferiram para as redondezas de Curitiba, em busca de melhor sorte, isso se deu a partir da emancipação do Paraná de São Paulo em 1853.

Portanto, quando os primeiros grupos de imigrantes de outras nacionalidades chegaram a Curitiba, após a emancipação política, os alemães já viviam nos arredores da cidade como pequenos agricultores. Com o desenrolar do processo de povoamento dos arredores da cidade, por outros grupos, os alemães na sua maioria, mudam-se para a cidade e passam a desenvolver outras atividades. Esse movimento parece novamente uma estratégia em busca de oportunidades. Porém, de acordo com Garcez, “a grande maioria dos imigrantes de origem alemã que se fixou nas colônias do sul do Brasil não tinha tradição rural, isto é, provavelmente vieram de zonas urbanas. Não obstante rapidamente se adaptaram às atividades agrícolas.” (GARCEZ. 2006. P. 25)

Nestor Victor, historiador de Curitiba relata com mais detalhes além da mudança de estabelecimento, as atividades que passaram a desenvolver.

Enquanto os mais naturalmente adstrictos à vida rural, os polacos, persistiam nessa modesta, embora laboriosa productividade, os allemães, que já tinham ido antes delles, foram se estabelecendo no comercio, dentro

do quadro urbano, chamando a si a freguesia dos verdadeiros colonos e por outro lado fazendo-se industriais, - cervejeiros, ferreiros, carpinteiros, salsicheiros, ferradores, construtores de carros, estalajadeiros, padeiros, açougueiros, etc. (VICTOR, 1993, p.92)



Família de alemães em Papagaios novos, Paraná. (Zimmermann, 1929. p. 41)

Neste período a superioridade numérica de imigrantes germânicos é destacada, com muita influência desta etnia nas características da cidade durante a segunda metade do século XIX.

No período de 1829 a 1871, foram estabelecidos nas colônias dos arredores da capital, 1450 imigrantes, sendo: 917 prussianos (Alemães), 117 austríacos, 85 suíços, 78 polacos, 50 saxônicos, 53 franceses, 39 tyrolezes, 27 portugueses, 21 romanos, 19 hamburgueses, 8 badenses e 6 hanoverianos e outras localidades com menor numero. (LEÃO, 1993, p. 29)

Uma porcentagem acima de 60% dos imigrantes em Curitiba e arredores eram alemães. Sendo essa presença muito representativa, é importante analisarmos o grau de influência que exerceram, tanto no funcionamento quanto na identidade da

cidade. De forma narrativa e em tom quase poético Nestor Victor, no final do século 19, após se estabelecer na cidade, descreve como percebia essa transformação.

Não demorou, o próprio aspecto physico da cidade foi se modificando a olhos vistos por influencia patente desses alienigenas. A velha construcção colonial dos prédios solida, mas rude, tornou-se caduca; impoz-se em lugar della a construcção allemã, ainda pesada, é certo, porem menos desgraciosa, com outro ar mais civilizado, mais hodierno (...) Num mez como o de maio, quando o inverno já esta pronuniando, mas ainda é bem supportável, até para os que vão de um clima quente, quem por esse tempo lá chegasse a noite, e só no dia seguinte, de manha, pudesse apanhar a physionomia daquella cidade sulista, verdadeiramente joven sob os seus novos aspectos, tal viajante, em tudo e por tudo, sentir-se-ia surprehendido, quase querendo acreditar que estivesse sonhando. Era justamente a essa hora matinal numa temperatura já bem esperta, bem européia, quando um fino e translúcido nevoeiro cobria a cidade, que nas ruas coritibanas quase não se viam outros tipos a não ser os dos colonos e principalmente os das colonas polacas e allemãs vindas dos arredores para a mercancia quotidiana proveitosa. Viam-se estes a pé, entregando o leite, offerecendo manteiga, fubá de milho, ovos hortaliças, em ligeiras carrocinhas, conduzindo lenha ou outros gêneros da lavoura. Os sinceros e guizo dos animaes cantavam musicalmente na fina atmosfera da manhã. Casava-se com a vivacidade do ambiente, com aquelle ar vital que se respirava a plenos pulmões, e com a alegria daquellas notas de campânulas e chocalhos matallicos, nessa hora risonha, matinal, as rubidas physionomias das moças colonas e os olhos azues, os rostos claros, ainda imberbes, com pennugem de pomo, que tinham os jovens immigrantes. Parecia estar-se, assim, em pleno Norte da Europa. Tinha-se perfeitamente a visão de uma terra estranha, em todo caso simples, sympatica, ingênua, diante daquele quadro, tal como, porventura, ate ali nunca se nos offerecera occasião de ver. (VICTOR, 1993, p. 93-94)

Na visão de um habitante recente da cidade, as influências européias já estão marcantes, fortes no cotidiano urbano. Em poucas décadas após sua chegada, os imigrantes já participam de todos os ramos de atividade comercial urbano, porém, sempre sem abandonar suas características culturais.

Com o levantar do dia as ruas mais commerciaes de Coritiba, atulhavam-se de carroças para o transporte e cargas, geralmente de toldo em arco (...). Conservavam todos esses homens o trajar exótico e os demais hábitos que era possível das terras de onde recentemente tinham vindo. Nas falas, aos nossos ouvidos confusas, nós brasileiros da zona quente víamos um outro mundo intercalado como por milagre de magia no Brazil. (Ibidem, p.94-95)

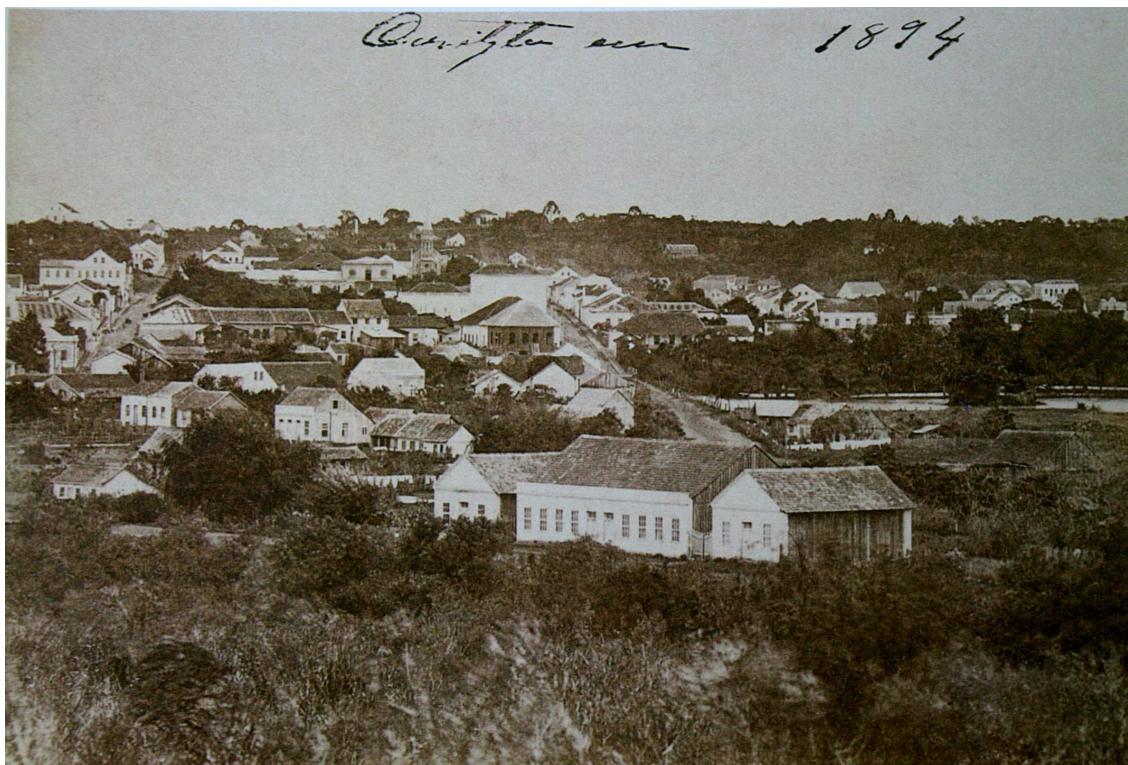


Foto Curitiba em 1894, ao lado direito o passeio público. (Guinski, 2002. p. 44)

Nas áreas industriais, recém desenvolvidas na cidade, a presença germânica era muito expressiva: indústria cervejeira, fundição, mecânica, construtoras, cerâmica e outros.

Em 1876, dos cinco médicos existentes, um era alemão, dos dois fameceuticos, um era alemão, a eles também pertenciam as cinco cerras hidráulicas da cidade (...), dos dez engenhos de erva mate eles tinham um, que era o único movido a vapor. A única fábrica de carroças era dos alemães, assim como também as quatro cervejarias, onze dos quinze ferreiros, nove das dez marcenarias, seis dos sete moinhos, as quatro olarias, duas das quatro padarias, nove dos dez açougues, as cinco selarias, as cinco alfaiatarias, os três carpinteiros. Ainda mais, dos 57 estabelecimentos comerciais, 12 era dos alemães e também fundaram a primeira corporação voluntária do corpo de bombeiros. (RENK, 2000, p.100) (ANEXO 1)

Completando os dados da participação efetiva dos alemães na vida urbana de Curitiba, Renk (p.97) descreve informações da construção da Igreja Matriz em 1893, hoje Catedral, que teve a participação maciça dos germânicos. Desde o engenheiro,

passando pelo carpinteiro, fornecedores de madeira e de ferro, até o relógio da torre foram providenciados por imigrantes alemães.

Nestor Victor continua sua descrição da vida da cidade de Curitiba, destacando a vida simples, sem luxo, mas, com fartura:

Por 40\$ ou 50\$ morava-se em bom prédio para numerosa família. Carne verde excelente e de muito pouco custo; as aves, os ovos, as hortaliças a manteiga fresca, o queijo a farinha de milho comprava-se por preços ínfimos, na abundancia reinante. Até a gente pobre era fácil prover-se de pão à vontade, porque já se introduzira na alimentação nacional a enorme e barata brôa de centeio, fabricada nas padarias allemãs. (VICTOR, 1993, p.100)

Na década final do século XIX diversas Associações e Clubes já haviam sido fundados pelos imigrantes alemães, onde a vida social acontecia. Para filiar-se nessas associações era necessário: “que o candidato conheça o idioma alemão. Essa exigência é feita com o fim de conservar e língua do seu paiz de origem, no seio de sua colônia e nella praticar a cultura, hábitos a associabilidade alemã.” (AULICH, 1953, p.95)

Esse apego quase que obrigatório ao elo cultural e as tradições da terra natal dos imigrantes germânicos, começa a gerar sinais de descontentamento entre os moradores locais. Era regra em toda “comuna” alemã, seja ela esportiva, religiosa, escolar, etc, que seus participantes fossem de origem alemã. Faziam questão dessa exigência para manutenção e preservação da identidade natal. Surgem nessa relação social momentos de grandes conflitos com a comunidade local em função das atitudes sectárias e da falta de assimilação, entendendo como propõe Boruszenko.

Assimilar é tornar semelhante. E o próprio conceito de assimilação decorre do conceito de cultura, como a totalidade de elementos materiais, sociais e espirituais que caracterizam um grupo social. Então, a assimilação não é um processo de incorporação pura e simples do imigrante na sociedade de adoção, mas é um processo bilateral. O imigrante recebe bens culturais e aprende com a sociedade que o adotou, e também, paralelamente, contribui com seus próprios valores culturais nessa sociedade de adoção. (BORUSZENKO, 1986, p. 60)

Nestor Victor demonstra claramente sua indignação com a postura dos imigrantes alemães, de manter intocáveis os laços culturais com a terra natal e principalmente de não se integrarem socialmente aos hábitos culturais nacionais.

Tornava-se por fim irritante a quem ali se demorava a segregação em que, a respeito de quase tudo, vivia aquella gente do elemento nacional. Era raro ver-se um simples filho de allemães, já nascido no Brazil, alliar-se a uma moça brasileira. Elles só liam jornaes impressos em typo gothico alemão; publicavam-se uns quantos desses em Coritiba. As crenças só freqüentavam collégios germânicos, onde não se havia o ensino do português. Assim bem commumente, velhos immigrants, que já estavam naquela terra havia dezenas de annos, mal podiam expressar alguma coisa em nossa língua, e até rapazes e moças de sua prole falavam português com muita imperfeição e deficiência. (VICTOR, 1993, p. 101)

Muitas vezes esses conflitos eram públicos, sendo usada a imprensa para se protestar por tais posturas, como a que encontramos num artigo de uma revista local, “Almanach do Paraná”, onde o escritor de forma incisiva e dura condena a forma de convívio social do imigrante alemão em Curitiba e convoca os brasileiros a se posicionarem.

A immigração alemã, em massa com se fazia, para um só ponto, da nestes resultados inquietadores em que se acha grande numero de zonas do sul do Brazil. O allemão, com muito pouca excepção, continua no Brazil sendo allemão até a 2ª e 3ª geração. Não aprende a língua official, não se dá com os nossos hábitos, não se liga a nós por laços de espécie alguma, e quando a imprensa germânica investe, ladrindo, contra nós elle a aplaude com enthusiasmo! (...) O paiz que não procura garantir a língua official, desnacionaliza-se. Entretanto, vemos no Paraná, apesar das disposições legislativas de 1898, o ensino amplo e exclusivo da língua allema em todas as escolas dessa nacionalidade. Este caso já é uma falta de respeito ao paiz que os hospeda tão generosamente, visto estar estabelecido por lei a obrigatoriedade da língua portuguesa. (...) Esta é que é a verdade, da qual ninguém se preocupa ostensivamente, mas que é preciso que os bons brasileiros tenham muito em vista, a fim de poderem affirmar, agora e sempre, que isto é nosso e nos haveremos de manter posse do nosso território, ou por bem ou por mal; ou recebendo generosamente o estrangeiro e dando-lhe trabalho e fortuna quando nos respeite, ou expulsando-o a bala do nosso território, quando se torne uma ameaça à nossa nacionalidade! (ALMANACH, 1896)

Importante crítica à postura alemã vem de representantes do Governo Americano. O Jornal Diário da Tarde (1896), trás como titulo do artigo - A Alemanha

e a América do Sul - nele o jornal menciona que durante um banquete por ocasião do aniversário do General Grant, o Ministro da Guerra Americano, Sr. Root, em seu discurso acusa a Alemanha de tentar fazer conquistas na América do Sul. O discurso causou grande repercussão nos círculos políticos em Berlim. O Jornal Berliner Nenernte Noshrieleten, segundo o Diário da Tarde, declara nesta ocasião que a Alemanha não visa conquistas na América do Sul, e sim que dirige a imigração para os países em que os alemães possam conservar o contato com a pátria. (ANEXO 2)

A nacionalidade alemã não se define pelo território, mas, pela identificação com a cultura, a língua e a descendência. Pode-se ser alemão em qualquer lugar do mundo, pois a identidade cultural alemã vai além das fronteiras geográficas do território, ela implica em pertencimento étnico. (RENK apud SEYFERTH, p. 42)

A atitude dos imigrantes alemães, de não se integrarem culturalmente e ao mesmo tempo não permitirem o acesso de outros à sua cultura é uma postura distinta dos demais imigrantes das outras etnias, que no Brasil também se mantiveram em comunidades, mas que mantiveram uma posição mais amistosa.

1.5 A IGREJA CATÓLICA

Juro manter a religião Cathólica, Apostólica, Romana, a integridade e indivisibilidade do Império, observar, fazer observar como Constituição Política da Nação Brasileira, o presente projecto de Constituição, que offereci, e a mesma Nação aceitou e pediu que fosse desde logo jurado, como Constituição do Império: Juro guardar e fazer guardar todas as leis do Império, e prover ao bem geral do Brasil, quanto em mim couber. Rio de Janeiro de 1824. (JURAMENTO DO IMPEADOR DOM PEDRO I (Constituição, 1854. p. 81)

No período Imperial e monárquico do Brasil, o Estado se declarava oficialmente um governo católico, sobre forte influência da Coroa Portuguesa. A Igreja Católica tinha o seu direcionamento traçado pelo catolicismo luso-brasileiro ou regime de padroado, tendo como características fundamentais a subserviência ao Imperador e ao estado. “Padroado era a outorga pela Igreja de Roma de certo grau de controle sobre uma Igreja local ou nacional. (...) Implicava no direito de o Imperador intervir na nomeação dos ocupantes dos cargos da hierarquia eclesiástica. Outro direito foi o beneplácito, isto é, direito da Coroa de censurar todas as bulas, cartas e outros documentos eclesiásticos antes de sua publicação”. (KREUTZ. 1991. P.51)

É nítida a perda dos objetivos pastorais da Igreja através de sua relação “comercial” com o Estado brasileiro. Roma não possuía autoridade única sobre o Clero, principalmente os Padres Seculares que eram os representantes oficiais do Estado na vida religiosa da sociedade, por estes “venderem-se” ao poder político dos Imperadores.

Os padres seculares encontravam-se em estado deplorável, segundo o ponto de vista eclesiástico. Muitos sacerdotes viviam em concubinato e também dedicavam-se a atividades econômicas rentáveis e eram relapsos nos serviços religiosos, interessavam-se mais pelas atividades políticas do que pelos serviços religiosos. As ordens religiosas tradicionais que foram consideradas representantes da Igreja Católica durante o período colonial, estavam em decadência e tolhidos pela restrição ao ingresso de noviços. (OLIVEIRA, 1976, p. 132).

Também os Franciscanos sofreram reflexos dessa relação política da igreja e o Estado. Depois de quase três séculos de atuação no Brasil, a crise entre Estado e

Igreja também chegou a outras ordens religiosas. “Podemos citar os Franciscanos que tiveram suas atividades restritas pelo Marquês de Pombal, mas a ordem só foi extinta no Brasil em 1855, com a assinatura do decreto por D. Pedro II, que fechava os noviciados no Brasil”. (RENK, 2000, p. 57)

Com a implantação do regime republicano no país, vem a separação entre a Igreja do Estado, pelo Decreto de 07 de Janeiro de 1890, proposta apresentada pelo Ministro Conselheiro Rui Barbosa. Este Decreto foi delineado em definitivo na Constituição de 1891.

No Art. 1º veda a intervenção da autoridade federal ou estadual em matérias religiosas, quer expedindo leis, ou atos administrativos, quer criando diferenças entre os habitantes do país, ou mesmo serviços custeados pelo orçamento, por motivos de crenças. No At. 2º estabelece a liberdade de culto em geral. (MONTENEGRO, 1972, p. 151).

Em virtude da situação que se encontrava a Igreja Católica no Brasil, os Bispos Reformadores, sobre determinação direta de Roma, atuaram de forma ostensiva na tentativa de reorganizarem a Igreja na sua ação e função religiosa.

A principal ação dos Bispos Reformadores foi a de implantar no Brasil o catolicismo romanizado, que foi criado na Europa. Este princípio vê o catolicismo como a verdade universal emanada da Santa Sé Romana, “um modo mais austero e conservador de catolicismo, que procurava produzir fiéis disciplinados, piedosos, ordeiros, submissos à hierarquia clerical e civil, praticantes dos sacramentos, que deveriam ser ministrados exclusivamente pelo Clero”. (DALLABRIDA, 2001, p.64).

Com o catolicismo romanizado, o Vaticano torna a Igreja católica sujeita dos seus encaminhamentos políticos e doutrinários na América Latina, pois até então, dividia esse comando com o poder governante estabelecido. Assim, a Santa Sé tendo um controle maior da Igreja no Brasil, começa a investir em mecanismos de influência e na formação de quadros de agentes de pastoral, através de um grande projeto de Restauração Católica no Brasil.

O Clero na primeira republica, representado pela maioria de seus membros, manifestava sua posição contrária às propostas liberais dos idealizadores do regime republicano, deixando explícita sua posição:

A nova ideologia emanada do sincretismo frouxo formado pelo liberalismo e a tradição. Ambos armam a dualidade básica. No Brasil Imperial o liberalismo é o que ditam as circunstâncias históricas, a personalidade do monarca, o quadro sócio-cultural do país (...). A Constituição, uma das criações liberais mais representativas, assume as características de algo sagrado e intocável, não suportando contestação. (MONTENEGRO, 1972, p.52).

Sobre o decreto de 07 de janeiro de 1890, que permitiu a entrada de outras religiões no Brasil, entendiam os bispos que a Igreja católica foi posta no mesmo pé de igualdade com os outros credos, o que entendiam ser um rebaixamento. “Viam os templos arrasados pelos ateus republicanos, e os seus ministros reduzidos à escravidão e ao martírio sem que a constituição de um país católico lhes desse amparo e proteção”. (MONTENEGRO, 1972, p.150). Viam enfim, contados os dias da Igreja de Cristo no Brasil.

O próprio Vaticano se manifesta sobre a situação da Igreja no Brasil, direcionando a postura que a Santa Sé desejava que os Bispos e o Clero em geral adotassem. Deixa claro a distância que deveria ser mantida do Governo. O Papa Leão XIII telegrafia ao internúncio Spolverini, ordenando-lhe que:

Convide o episcopado e o clero cathólico do Brasil, a abster-se de qualquer manifestação política e a não tomar parte na organização do novo Estado de causa. Além disso, sua Santidade aconselha a que se limitem a pedir ao novo Governo que garanta aos sacerdotes plena liberdade no exercício do ministério. (BALDIN, 2006)

O posicionamento oficial da Igreja católica perante o Governo era contrário ao ideário republicano de modernidade. Esta modernidade é entendida como mudanças sociais e políticas, progresso tecnológico e científico, expansão das economias menos dependentes e presença de correntes filosóficas, como o positivismo, evolucionismo, o liberalismo e a secularização, respaldando a realidade terrena e não a transcendência.

Estas idéias representavam uma forma de pensar o mundo racionalmente e não mais sob os dogmas da fé. “Este pensamento era associado pela Igreja Católica ao caos, pois nesse momento era necessário resgatar a fé sob o risco de a humanidade submergir nas trevas”. (RENK, 2000, p.64).

Neste período na Alemanha, a unificação havia sido para os católicos um processo traumático, com a vitória política da Prússia de maioria protestante, sob o comando de Bismark, militarista antiliberal (SEYFERTH, p.35). Após a unificação da Alemanha, os líderes políticos católicos e a população que professavam essa religião, passam a sofrer perseguições, que culminaram na expulsão de inúmeras ordens religiosas e também na saída do país, dos políticos católicos que encontraram na emigração uma solução.

A Igreja Católica na Alemanha mantinha uma posição de considerar-se o único agente capaz de deter os malefícios de um mundo democrático e laico. Encontrou no final do século XIX uma grande oposição à sua doutrina, principalmente na Prússia de Bismark, como apoio dos luteranos e dos nacionalistas liberais, com um movimento que recebeu o nome de “Kulturkampf”. A partir da segunda metade do século XIX, a Igreja Católica na Alemanha, inicia uma reação ao movimento liberal, opondo-se ao capitalismo crescente que abalava as estruturas arcaicas e enviava milhões de camponeses ao trabalho nas cidades. “Era uma perda significativa para a Igreja, que passa a ensaiar uma forte reação, conhecida como Restauração Católica”. (KREUTZ. 1991. P.25)

A igreja tinha no Movimento de Restauração a sua estratégia de luta e considerava que o modernismo, o progresso tinham todas as mesmas fontes: o Protestantismo. Os Protestantes denominavam a Restauração Católica de Contra-Reforma, exacerbando as diferenças entre as denominações religiosas. As ações da Restauração Católica foram personalizadas na idéia de uma relação mais estreita com Roma e na busca de maior liderança política do Clero. No momento do Kulturkampf, fortemente anticlerical, Bismark eliminou a Divisão Católica do Ministério dos cultos e proclamou as Leis de Maio, que limitavam o campo de ação da Igreja Católica. (Ibidem. P.34).

No Brasil, na Primeira República, após a laicização republicana do Estado, o episcopado brasileiro articulou-se para reestruturar a Igreja católica em nível nacional.

As dioceses foram agrupadas em duas províncias eclesiásticas: a Província Setentrional, sediada na Bahia, e a Província Meridional com sede o Rio de Janeiro. O alinhamento doutrinário e pastoral deu-se no Concílio Plenário da América Latina, que reuniu em Roma em 1899, os prelados do subcontinente para fixar, juntamente com a Cúria Romana, as linhas norteadoras da romanização do catolicismo latino-americano, à luz da doutrina estabelecida no Concílio Vaticano I, que foi o discurso fundador da romanização na América Latina e no Brasil. (DALLABRIDA – 2000, pg. 65)

Estava iniciada a retomada aos poderes da Santa Sé, os rumos da Igreja católica no Brasil. Assim durante a Primeira República a Igreja inicia seu trabalho de pastoral através de práticas católicas romanizadoras, que pregam a ordem, obediência, amor a Pátria, progresso.

A instituição Igreja exerceu grande influência na história da imigração alemã no Brasil, independente da tipologia da escola, a presença de religiosos católicos era obrigatória. Em torno da escola e da igreja é que se fundamentaram as bases de construção e manutenção das comunidades de imigrantes alemães. "Em toda parte junto das comunidades que se organizavam, seja ela na zona rural ou na urbana, era construída uma igreja e junto a esta se cuidava da instalação de uma escola, onde havia um pastor ou um vigário também tinha de haver um professor" (AULICH, 1953, p.76), muitas vezes os próprios religiosos de encarregavam de ensinar as primeiras letras às crianças.

Essa forte relação de interdependência foi estrategicamente traçada pela Igreja católica após o estabelecimento da República. A igreja neste período passou a reorganizar sua ação pastoral, e um dos caminhos traçados foi o de utilizar o catecismo regular às crianças e do estabelecimento de instituições escolares católicas como ferramentas da disseminação das idéias da igreja. A onda de imigração para o Brasil foi uma excelente oportunidade para a igreja católica

desenvolver seus objetivos nestas terras, onde havia perdido o poder que possuía junto ao Estado.

Nas primeiras décadas do regime republicano, a educação escolar se transformou num dos maiores objetivos da igreja, onde não poupou esforços no intuito de reconquistar o espaço perdido para o positivismo, e para as novas religiões que se instalaram no Brasil. Sobre esse ponto, Dallabrida apresenta como a Igreja estabeleceu uma estratégia de ação, no Paraná e em Santa Catarina, através da criação da Diocese de Curitiba, como forte atuação do Bispo D. José de Camargo Barros:

Com a criação da Diocese de Curitiba, em 1892, cuja jurisdição abrangia o território dos Estados do Paraná e de Santa Catarina, e com a nomeação do seu primeiro Bispo, D. José de Camargo Barros, que introduziu, de forma acelerada e sistemática, o discurso e as práticas do catolicismo romanizado, inicia a Igreja nova fase de avanço contra sua perda com o Estado laico. Os dez anos de episcopado de D. José, foram marcados por reformas estruturais na vida eclesial paranaense e catarinense, procurando estabelecer a autoridade e centralidade do Bispo diocesano. (...) liderou a formação do patrimônio diocesano e paroquial, a estruturação da burocracia paroquial, documentos, periódicos, a fundação de seminários, a edificação do palácio episcopal, a disseminação do catecismo nas igrejas e nas escolas paroquiais, a introdução de freqüentes e longas visitas pastorais. (DALLABRIDA, 2001, p.66).

Em Curitiba todas as propostas de D. José foram incrementadas, por ser a cidade sede do Episcopado. Uma das ações da Igreja em Curitiba foi chamar de Santa Catarina o Padre Secular Alemão Frans Auling, com a missão de fundar uma Associação que agregasse a comunidade alemã católica.

2.0 UMA ESCOLA CATÓLICA PARA OS IMIGRANTES ALEMÃES



1ª sede –1896/1903. Rua do Rosário esquina com Saldanha Marinho. (Associação, 1980 p14)

Nesta casa foi instalada a primeira sede da Escola Católica Popular Alemã, que funcionou durante todo o período em que o Pe. Auling esteve à frente da direção da escola, de 1896 a 1903. Era alugada, e este aluguel era pago com as mensalidades das famílias da comunidade alemã católica.

2.1 IMIGRANTES E SUAS ESCOLAS

A dimensão étnico-cultural é construída e reconstruída constantemente num processo relacional em que os grupos e indivíduos buscam, selecionam, ou relutam em função do significado que fenômenos e processos tem para eles. Por isto a educação e a escola são um campo propício para se perceber a afirmação dos processos identitários e os estranhamentos e as tensões decorrentes da relação entre culturas (KREUTZ, 2001 pg.123)

A história da imigração nos mostra que nos primeiros anos no Brasil, a vida dos imigrantes foi relacionada à vida no campo e era basicamente de sobrevivência. Diferente do que lhes fora prometido na divulgação da política do governo brasileiro de abertura do país para a imigração para povos europeus, que dizia haver terras abundantes onde tudo brotava, um paraíso na América. Na realidade, encontraram sim muitas terras, mas eram terras virgens, onde tudo estava por fazer, sem disporem da mínima infra-estrutura agrícola necessária.

Se a infra-estrutura básica para moradia, acesso de estradas e plantio era precária, o que dizer das demais necessidades da comunidade. Escola para a educação dos filhos não existiu por muitos anos desde sua chegada.

Localizados principalmente nos vales dos rios e encostas cobertas por densas matas, tinham que fazer surgir a agricultura em locais que ainda não estavam prontos para tal. As energias eram consumidas na derrubada de um pedaço de mato para poderem realizar o plantio das primeiras roças, construção de moradias, galpão, estábulo, etc. Gastavam todo seu tempo para esse ofício e a educação não tinha espaço nesse momento nas comunidades. Não dispunham de tempo para pensar na educação dos filhos e muitas vezes até, não podiam abrir mão da ajuda desses nas atividades agrícolas. (KLUG, 2003 p. 143).

Essa constatação não pode ser entendida no sentido de que os imigrantes alemães não atribuíam à devida importância à escola, ao contrário, a escola já exercia importante papel na Alemanha, quando da vinda dos imigrantes ao Brasil. Já em 1763, no reinado de Frederico, o Grande, haviam sido criados os “Regulamentos Escolares, que determinavam a obrigatoriedade escolar a todas as crianças, a

remuneração dos professores como também, já dispunham de livros didáticos”. (RENK, p. 87)

Quando os imigrantes chegaram ao Paraná o sistema escolar encontrava-se num estágio incipiente. Império e Província não tinham condições de atender essa necessidade, sendo que a escola era totalmente ausente. As condições a que foram entregues no Brasil é que não possibilitou o acesso a escola, ao grande número de imigrantes. De acordo com KREUTZ (2000, p.161) em 1890, o Brasil tinha um sistema escolar altamente deficitário, com uma população de mais de 80% de analfabetos.

Na capital da Província, Curitiba, não era diferente, VECHIA (1998), em sua pesquisa, nos demonstra o tímido início das escolas públicas e particulares desde a instalação política da Província.

Em relação à educação, quando da instalação da Província, Curitiba possuía 1 Liceu (...), porém, à época não estava em funcionamento -, e três escolas de primeiras letras, uma para meninas e duas para meninos. Em 1854, foi criada uma segunda cadeira de instrução primária de primeira ordem para o sexo feminino. Em 1856, Madame Gabrielle Jeanne abriu um colégio de instrução primária de primeira e segunda ordem para a educação das meninas e, em 1857, o professor alemão Germano Lainsten, abriu um colégio semelhante para os meninos. (VECHIA, 1998. pg.23)

Nas áreas rurais em algumas colônias a educação era dada em casa; “o processo denominado Hausunterricht, os próprios pais alfabetizavam os filhos. Tal processo, contudo, jamais atingiria a população global, pois além de serem poucos os colonos que tinham condição de ensinar, seu tempo era todo tomado pelas atividades agrícolas”. (SEYFERTH, 1981. p. 131).

Após décadas sem acesso a escolas, e por já estarem às colônias nesse momento suficientemente estruturadas e independentes do poder público, a necessidade da formação educacional das crianças passa a ser fonte de preocupação dos imigrantes, surgem então as primeiras iniciativas de construção de

escolas. “Toda uma geração de imigrantes alemães cresceu sem escolas”. (KLUG, 2003. p. 144)

A justificativa dessas comunidades para a construção de uma escola exclusiva que atendesse a comunidade alemã era a de que o Governo não suportava garantir tal construção, nem mesmo subsidiar financeiramente sua manutenção, como também, o custo da permanência de professores. Já o fator motivacional interno da comunidade para justificar tal iniciativa estava na tentativa de “cuidar do preparo eficiente da nova geração”, (Dallabrida), e na manutenção das tradições culturais, mantendo o vínculo com a pátria mãe, pois isto era uma questão de orgulho para o grupo germânico.

As escolas tiveram seu início de formas diversas. Suas características foram determinadas por fatores diversos como: local de instalação da comunidade, aspectos sociais e culturais e a religião que professavam. Cada aspecto desses influenciou na formação das escolas étnicas alemãs.

Para caracterizar a tipologia da escola criada pelo Pe. Auling, que atendia os filhos dos imigrantes alemães católicos de Curitiba, é importante analisar como se constituíram e quais características continham as escolas alemãs.

Os imigrantes alemães, quando chegaram ao Brasil, já traziam um forte entendimento da importância da questão escolar. Kreutz demonstra essa postura alemã, quando menciona a experiência germânica.

A Alemanha, especialmente a região de proveniência dos imigrantes católicos, o Hunsrueck, realizou um amplo movimento em favor da educação elementar já a partir da segunda metade do século XVIII e, de modo mais intenso, no século XIX. De modo que os imigrantes já traziam consigo os condicionamentos e as exigências para a alfabetização em massa.” (KREUTZ 1991. Pg.7)

De posse dessa consciência e da experiência vivenciada, tiveram muita dificuldade por encontrarem um Brasil sem condições favoráveis para dar continuidade à educação recebida na Alemanha. Buscaram com seu próprio esforço

e muitas vezes com o apoio das Igrejas, a criação de escolas para o atendimento a escolar elementar. O desenvolvimento das escolas para imigrantes no Brasil teve seu auge no final do século XIX e contribuiu para a configuração de um sistema escolar diversificado, cujo elo, era a língua e a cultura alemã. Foi estabelecida uma ampla rede de instituições escolares, como as escolas comunitárias rurais e urbanas, escolas particulares confessionais e laicas, mantidas por sociedades civis e as escolas paroquiais. Essas escolas, por vezes, se entrelaçavam em sua constituição.

Segundo KLUG (2003, p 145), “algumas escolas surgiram por iniciativa dos próprios colonos, e através do trabalho comunitário, são as escolas coloniais comunitárias, as chamadas escolas teuto-brasileiras”.

“O modelo de escola comunitária tinha uma conotação fortemente étnica e, também uma conotação fortemente confessional cristã”. (KREUTZ, 2000. p. 159) O pensamento comunitário era parte integrante da própria história da colonização teuto-brasileira. Deste modo, as escolas comunitárias, surgem no contexto do espírito comunitário, assim como, nas demais atividades da colônia existiam as práticas comunitárias, também nas escolas essa prática se estabeleceu. A grande característica é que todos que participavam da vida da escola contribuíam financeiramente para sua administração e para manter os professores. Como mencionamos, este modelo educacional foi fortemente marcado e estava intimamente ligado à religião. As comunidades religiosas católicas ou protestantes tinham grande empenho pela manutenção do sistema escolar. Assim, as escolas comunitárias leigas ou religiosas, surgiram da convicção da importância da educação e da necessidade de oferecer educação às comunidades que estavam completamente à margem dos serviços educacionais, em função de que o Brasil no século XIX possuía uma estrutura escolar incipiente para a sua população.

Seyferth (1981), que realizou sua pesquisa com os imigrantes alemães da zona rural do vale do Itajaí, apresenta algumas características das escolas comunitárias rurais: “nas zonas rurais as escolas comunitárias alemãs, eram mantidas pelos colonos, que participavam da construção do prédio escolar e pagavam uma mensalidade de acordo com número de filhos matriculados” (p. 131).

Nelas a função do professor era por vezes desempenhada por alguém da comunidade e não havia um plano a ser seguido, nem se contava com o devido apoio de material. O professor determinava o ritmo e conteúdos a serem passados aos alunos. Caracterizava-se pela informalidade, sem material didático comum, sem um período escolar determinado dado a sazonalidade das lidas agrícolas. Seyferth apresenta a entrevista de uma pessoa que vivenciou essa situação de ter como professor um membro da comunidade, geralmente uma pessoa experiente e respeitada:

Uma casa onde funcionava uma escola, e o velho Bartz dava aula. Era por iniciativa dele mesmo, porque não havia padres e nem professor e os colonos tinham que se arrumar sozinhos (...) ele também organizava as orações, substituía o padre e o professor, só muito tempo depois é que vieram por aqui. (SEYFERTH, 1985. p.131).

Essas escolas estiveram presentes durante todo o período em que as comunidades de imigrantes alemães mantiveram-se nas zonas rurais. “A participação do Brasil na primeira guerra mundial forçou a escola teuto-brasileira a desaparecer, pois o seu funcionamento foi proibido, as sociedades escolares e os professores tiveram suas atividades suspensas”. (ibidem. p.132).

Ao lado dessas escolas ou substituindo-as, surgiram algumas escolas comunais, ligadas a grupos religiosos católicos ou protestantes. Os religiosos eram responsáveis pela organização e o currículo das escolas e, na maioria das vezes, também professores. Sobre a entrada das ordens religiosas na educação dos imigrantes Kreutz esclarece:

Opondo-se ao movimento de laicização do ensino, e entendendo a expansão da rede pública de escolas, como perda de espaço, as confissões religiosas investiram numa ampla estrutura de incentivo às escolas comunitárias junto aos imigrantes, adquirindo cada vez mais uma conotação confessional. (KREUTZ 2000, p. 164).

Nas áreas urbanas as escolas comunitárias alemãs tinham uma organização diferente das rurais, “cada escola possuía uma Associação escolar e os professores eram pessoas qualificadas para a função e viviam apenas da profissão” (SEYFERTH, p.133). Outra característica que diferenciava essas escolas era o ensino do português, isso, pelo fato de que, nas cidades o contato com outras etnias e a população local era intensa, nas ruas no comércio e principalmente porque os grupos alemães no final do século XIX já tinham se deslocado dos arredores para o centro da cidade. Por esses fatos, a exigência de saber o português se tornava uma necessidade prática.

Ao contrário da zona rural, as escolas comunitárias urbanas ensinavam o idioma português como uma disciplina do currículo, e segunda língua dos alunos. O ensino em geral, contudo, era ministrado em alemão. (SEYFERTH p.133)

Para Seyferth as mesmas características de funcionamento aconteciam nas escolas alemãs religiosas urbanas, a que a autora prefere dar outra denominação, “talvez a indicação de “escolas privadas alemãs”, seja a mais apropriada, apesar das características de manutenção através de Associação Escolar ser a mesma” (p.133).

Já as escolas paroquiais se desenvolveram a partir do Projeto de Restauração da Igreja Católica, que buscou incrementar junto às comunidades de imigrantes alemães, especialmente no sul do Brasil, um modelo de vida que remetesse às pequenas comunidades rurais da Alemanha, onde a integração econômica, religiosa e cultural de todos os membros eram metas de vida. “O ritmo pacato de vida, seria a condição para uma vida harmoniosa e boa, (...) até a organização física da colonização se efetuava em moldes a favorecer este objetivo. Reuniam-se de 120 a 150 famílias de proprietários, em torno de uma capela, escola e clube social”. (KREUTZ, 1991. p. 8) A proposta da Igreja, de participar da idéia de transportar para o Brasil o modelo vivido na Alemanha pelos imigrantes, foi amplamente difundida e prosperou por muitas décadas.

Nessas escolas tudo girava em torno da Igreja, do comunitarismo apregoado pelo Projeto de Restauração Católica, que visava idealizar pequenas comunidades integradas. Os imigrantes alemães católicos aderiram com facilidade a essa proposta de vida, pois eram originários de regiões da Alemanha com as mesmas características. Nas escolas paroquiais, “o material didático, o professor, tudo era direcionado pela paróquia. O Vigário era via de regra, o responsável pela escola e sua posição era decisória”. (Klug, p. 145) Nas escolas ligadas à Igreja, fosse ela católica ou luterana, o professor era uma pessoa qualificada para a função e vivia apenas de sua profissão (quando não era um religioso), embora nem sempre bem remunerado.

Além disso, ao contrário do que ocorria na zona rural, nessas escolas era ensinado o idioma português como disciplina do currículo e segunda língua dos alunos. O ensino em geral, contudo, era ministrado em alemão. Deve ser observado ainda, que os professores de português eram de origem alemã e nem sempre dominavam muito bem este idioma. (SEYFERTH, 1981, p.133).

Para denominar que característica possuía a primeira escola católica para filhos de imigrantes alemães de Curitiba, seguiremos a designação sugerida por Seyferth, as chamadas “escolas privadas Alemãs”, pelo fato de que o Colégio Bom Jesus, objeto de nosso estudo, na primeira fase de seu funcionamento ter sido criado a partir da iniciativa da Igreja Católica, com o apoio da comunidade católica de língua alemã. Na segunda fase de funcionamento da escola, a partir de 1903, quando a escola é entregue à direção dos Franciscanos, passa a ter a característica de uma escola particular confessional, por ser mantida por uma ordem religiosa, hoje denominada de Escola Senhor Bom Jesus, que mantém até os dias de hoje essa mesma característica.

Na esfera política, o novo Governo republicano defendia a educação como caminho para o país sair do marasmo econômico e cultural que se encontrava em relação aos países europeus. Porém, não conseguia dar conta do legado de prover o país de escolas gratuitas, ficando assim, dependente da atuação das escolas particulares, entre elas as escolas católicas.

O Estado republicano tinha como princípios norteadores a laicidade do ensino, a formação na ciência e a gratuidade da escola primária. A

proliferação de uma rede de ensino estava diretamente ligada à sua condição de investimento na expansão de prédios escolares públicos e de instrução gratuita. Mas a realidade da República inviabilizava tal processo educacional. Paralelo a esse fato, a Igreja Católica lança-se ao projeto educacional, com o objetivo de dar uma resposta à secularização do ensino propagada pelos liberais republicanos. (SOUZA, 2003. p. 156).

Segundo SOUZA (2003, p. 162) o cenário era propício ao aparecimento de uma rede de escolas particulares, com referencial cristão-romanizador, moderno e patriótico. Inseridas num contexto de relação conflituosa entre Estado e Igreja, as escolas religiosas, contudo, emergiam claramente de uma necessidade recíproca de manutenção destas instituições.

Além dessas questões, os católicos, após a Proclamação da República, com a separação oficial entre o Estado e a Igreja, que culminou, entre outras coisas, na proibição do ensino religioso nas escolas públicas, sentem-se sem opção de uma educação que congregasse a prática de sua religião. Neste contexto, o incentivo da Igreja através do episcopado no Brasil à abertura de escolas católicas foi muito eficaz.

Há treze anos, foi tolhido o ensino de catecismo nas escolas públicas e o nome de Deus a quem os brasileiros adoram, foi riscado da constituição que deveria reger os seus destinos. (...) Nessa triste emergência, o meio mais poderoso e eficaz, para impedir que a geração nascente precipite-se cegamente no turbilhão de descrença, é sem dúvida a fundação de escolas católicas. (CASTRO, 2006, p.23).

Outro fator importante que incentivava a Igreja a abrir escolas católicas é a existência de escolas protestantes nas comunidades imigrantes alemãs. Em Curitiba, essa situação acontecia já há alguns anos antes do início da escola católica. Muitos filhos de imigrantes alemães católicos estudavam na escola protestante, pois era ali que tinha o ensino em alemão e lá frequentavam aulas de catecismo (SOUZA, 2006, p.24). A Igreja católica em Curitiba estava desmobilizada, nem o catecismo era articulado sobre o seu direcionamento. Esse fato foi um dos principais pontos reorganizados pela Igreja romanista, e que D. Jose Camargo de Barros modificou em Curitiba, organizando as atividades da paróquia e criando uma escola católica para os filhos dos imigrantes alemães.

2.2 UMA ESCOLA PARA OS IMIGRANTES ALEMÃES CATÓLICOS EM CURITIBA

Analisando o movimento imigratório para o Paraná, constatamos que no início a localização das comunidades foi em regiões agrárias, distantes das principais cidades do Estado. Em Curitiba não foi diferente, localizaram-se nas zonas rurais da capital. O movimento imigratório foi acompanhado de outros movimentos internos de migração de uma colônia para outra, dos núcleos coloniais para os núcleos urbanos e, à medida que as vias de comunicação foram sendo abertas, estes deslocamentos atingiram outras províncias e/ou estados brasileiros, conferindo a cada experiência comunitária uma dinâmica própria. (SOUZA, 2006. p.13).

A instalação dos imigrantes alemães em Curitiba ocorreu por meio de um processo de migração, que se verificou contínuo, espalhando-se pelo meio urbano. “Ao final da década de 1870, seis dos quatorze núcleos coloniais existentes no município registravam a presença de alemães e, embora oriundos de outras regiões, preponderavam àqueles procedentes de Rio Negro e da Colônia Dona Francisca, atual Joinville (SC)”. (Ibidem).

Na vida escolar da comunidade, existia em Curitiba na década de 1880, uma única escola de língua alemã, a “Deutsche Schule”, que atendia tanto os alemães católicos quanto os alemães protestantes. Contudo, apesar da escola se nomear laica, por ser subsidiada pelo Governo Alemão Prussiano, este como sabemos era no seu âmago de princípios protestantes, assim como também toda a diretoria da Associação Mantenedora da escola era formada por membros protestantes. Encontramos sinais dessa realidade nas linhas seguintes:

Em 1872, fora liberado o auxílio material, solicitado anteriormente para a construção de um edifício “destinado a servir de escola para os alemães estabelecidos no rocío da capital.” A construção de uma casa pastoral, na qual seriam celebrados os cultos e acolhidos os escolares, foi concluída em 1873, passando a abrigar o pastor e sua família, que reservaram a parte superior da residência para servir de sala de aula. (SOUZA, 2006. p 16).

O Conselho Superior Eclesiástico enviou ainda um último pastor, Siegfried Schultz (1897-1900), para o atendimento espiritual da comunidade. Seu pastorado coincide com o período de reestruturação curricular da *Deutsche Schule*, (SOUZA, 2006. p. 24).

Além das aulas de disciplinas regulares, eram dadas também aulas de religião para os alunos, essas de caráter protestante, pois eram ministradas por pastores da Igreja Protestantes. Encontramos vestígios desse fato na tese de Souza, que tem como tema a escola protestante alemã, que menciona que as aulas de religião da escola, “atendiam tanto a católicos quanto a protestantes”. (Ibidem, p.24)

A estratégia da Igreja católica romanizada, para mudar a situação em que se encontrava, foi de estabelecer laços profundos no Brasil e para isso, um dos principais caminhos foi estar presente nas comunidades de imigrantes católicos, erguendo igrejas, e junto a essas escolas para seus filhos, onde a difusão do catolicismo seria realizada através do catecismo e aulas de religião. A situação que se encontravam os filhos de imigrantes católicos alemães, em relação à educação escolar e catequética, começa a se tornar inaceitável.

No entanto, o cenário católico começa a se alterar, Curitiba passa na década de 1890 a ter referencia na administração do Vaticano, pois até então pertencia a Diocese de São Paulo e essa a do Rio de Janeiro. Em 27 de abril de 1892, o Papa Leão XIII, através da Bula “Ad Universas Orbis Ecclesias”, criou a Diocese de Curitiba, com jurisdição sobre os Estados do Paraná e Santa Catarina. (ARNS, 1997. p.10).

Foi nomeado então o primeiro Bispo de Curitiba, Dom José de Camargo Barros, que introduziu de forma acelerada e sistemática, discursos e práticas do catolicismo romanizado. Os dez anos de seu episcopado foram marcados por reformas estruturais na vida eclesial paranaense e catarinense, procurando estabelecer a autoridade e centralidade do bispo diocesano. Liderou a formação do patrimônio diocesano e paroquial, a estruturação da burocracia paroquial, a produção e divulgação de documentos diocesanos, a fundação de periódicos católicos, a fundação do seminário episcopal, a edificação do palácio episcopal, a disseminação do ensino do catecismo nas igrejas e nas escolas paroquiais, a introdução de freqüentes e longas visitas pastorais. (DALLABRIDA, 2001. p. 66).

Apesar da república se dizer laica, a relação política com a Igreja católica com o passar do tempo se restabelece, e isso fica claro na recepção que foi organizada para a chegada do 1º Bispo de Curitiba, onde os principais políticos e o próprio governador estão à frente da recepção.

No dia 26 de setembro de 1892, seguiu para Paranaguá um trem especial, com um carro salão, luxuosamente preparado, para trazer o Exmo. Bispo. Às 4 horas e 10 minutos, D. José desembarca na gare da estação, sendo recebido pelo Dr. Governador do Estado, Clero, famílias e muitos cavalheiros. Fora da estação, cerca de 10 mil pessoas esperam o ilustre prelado. (ARNS, 1997. p.11).

A história do Colégio Bom Jesus começa três anos depois da chegada do Bispo D. José, quando no final de 1895, este convida o Padre Secular alemão Franz Auling, que cuidava da paróquia em Braço do Norte em Santa Catarina, a cuidar da missão de coordenar e assistir a comunidade dos alemães católicos de Curitiba, com o cargo de secretário da Diocese. (Associação, 1980. p. 12). Pe. Auling chegou ao Brasil em 1890, vindo de Muenster na Alemanha, juntamente com outro religioso secular, o Pe. Topp. Trabalharam juntos neste ano, criando um seminário preparatório para vocações sacerdotais. Pe. Auling atendeu a comunidade de Braço do Norte e o Pe. Topp a comunidade de Tubarão. Após trazer o Pe. Alung à Curitiba, D. José envia o Pe. Topp para ser o vigário geral da Diocese de Florianópolis.

A primeira tarefa do Pe. Auling foi a de congregar a comunidade alemã em uma Associação, com o intuito de organizarem a vida social, religiosa e cultural daquela comunidade católica. A composição inicial da Associação da comunidade católica alemã ficou assim estabelecida: “foram escolhidos três membros da diretoria unanimemente aceitos: Srs. José Hauer, Conrado Hagemeyer e Henrique Henke.” (ARNS, 1997).

Em nível de Diocese, a composição da Administração Eclesiástica de Curitiba contava com os seguintes dados:

Compõem-se de 69 paróquias, sendo 31 no Paraná e 38 em Santa Catarina.
Bispo Diocesano – D. José de Camargo Barros.
Escrivão Eclesiástico – Padre Franz Auling

Coadjutor da Paróquia – Padre Alberto Gonçalves. (Almanaque Paranaense, p. 74).

A tarefa principal do Padre Auling era viabilizar a reforma do catolicismo em Curitiba, e para isso, teve a missão de agregar a comunidade alemã católica em torno da Igreja, acolhendo suas diretrizes. Em seu diário, Padre Auling descreve seus primeiros encontros com a comunidade, a fundação da associação católica, a preocupação com o ensino religioso e seus contatos com a Direção da escola protestante (Deutsche Schule), a fim de conseguir destes a autorização para ministrar as aulas de religião para os filhos de imigrantes católicos.

Cabe aqui mencionar algumas observações sobre o diário do Padre Auling. Este diário é original e foi deixado pelo Pe. Auling aos franciscanos, quando de seu retorno para a Alemanha.

2.2.1 O Diário

O diário escrito e deixado pelo Padre Franz Auling, na ocasião de seu retorno à Alemanha, é a principal fonte de referência desta pesquisa. Este diário foi mencionado pela primeira vez, no trabalho apresentado por Arns (1997), livro publicado em comemoração aos 100 anos de fundação do Colégio, porém, suas citações se detêm aos acontecimentos positivos dos sete anos de permanência do Pe. Auling em Curitiba. Os acontecimentos conflituosos não foram tratados pelo autor. Não foram encontrados, além do livro de Arns, outros trabalhos que tenham explorado essa fonte de forma direta, como fonte primária.

Assim, 112 anos após sua escrita, procura-se analisar o diário do fundador do Colégio Bom Jesus, com o direcionamento proposto por Le Goff, “como um objeto da história, por uma reconstituição incessantemente posta em causa”, na busca de uma interpretação crítica, com o único compromisso de contribuir para o entendimento da história dessa instituição educacional, contribuindo também para a história da educação no Paraná.

Pe. Auling teve muita dificuldade de relacionamento com parte da sociedade local, principalmente a imprensa, com destaque ao jornal “Gazeta do Povo” e “Diário da Tarde”. Por vários anos travou-se uma verdadeira guerra de ataques pessoais ao comportamento do Pe. Auling na direção da escola. Os conflitos iniciam-se em abril de 1899 relacionados ao uso da língua alemã como língua oficial na escola (Diário, 1895. p. 110), e vão até 1901, com acusações de castigos físicos (palmatória e vara), aplicados pelo Padre em alunos da escola. Em defesa da escola e do Pe. Auling, o Jornal “Estrela”, editado pela Igreja, tratava sempre de rechaçar os ataques aos que designava de grupos ateus anti-religiosos.

O diário possui 204 páginas, iniciando em 23 de novembro de 1895, com o relato de sua chegada em Curitiba. Finaliza em junho de 1901, dezoito meses antes da transferência da escola para os Franciscanos e de sua partida para a Alemanha.

O diário, em sua maior parte, tem o formato de um “clipping”⁽³⁾, relatando os acontecimentos, através da seleção do autor, de recortes dos jornais da época, com alguns comentários escritos pelo Pe. Auling. Assim, mesmo sendo recortes selecionados por ele, de acordo com sua visão dos acontecimentos, o diário é também um registro das matérias publicadas pelos jornais da época, dos fatos que envolveram a comunidade de imigrantes católicos alemães e a escola fundada. Essa iniciativa permite hoje uma melhor compreensão da educação católica no Paraná no final do século XIX.

Inicialmente, na página interna da capa do Diário, foram colados dois recortes de jornais em alemão. Estes recortes foram comentados por Arns (1997 p. 12), o primeiro tem o título “O Papa e os jornais católicos”, trata-se de uma audiência que Leão XIII concedeu ao escritor e pregador Pe. Zochi, reproduzido pelo jornal “Verona Fidei”, que relata a opinião do Papa sobre o referido jornal: “o jornal tem uma

3 – Termo inglês utilizado nas áreas de jornalismo e publicidade para designar uma pesquisa realizada em vários jornais sobre um determinado assunto.

penetração maior do que a pregação, pois os artigos são lidos também por aqueles que não costumam ouvir as pregações”. O segundo recorte é parte de um poema do parlamentar alemão Goerres, sobre o caráter moral do alemão:

O alemão autêntico é aquele que se sente livre para dizer a verdade.
É capaz de morrer pela sua inocência
A quem não seduz o brilho do ouro
Não corrompem favores de poderosos
Ele é a voz da justiça
Jamais quebrará o compromisso da fidelidade” (ANEXO 3)

Durante os dois anos seguintes, até o ano de 1898, o diário apresenta somente recortes de jornais em alemão, editados pela comunidade alemã, seguidos dos comentários escritos pelo Pe. Auling, também em alemão. Neste aspecto, o livro de Arns contribui trazendo alguns desses recortes traduzidos, especificamente os relativos à escola alemã, permitindo a compreensão dos fatos relacionados à criação da escola e os motivos que levaram o Pe. Auling a fundá-la.

Os dois primeiros anos de relatos do diário, somando mais de 160 páginas, estão escritos em alemão. Isso demonstra claramente que a comunidade de língua alemã em Curitiba mantinha forte o vínculo com a língua mãe, sendo a principal língua falada e escrita na comunidade. As primeiras notícias relativas à escola, em língua portuguesa, foram respectivamente em 08 e 19 de dezembro de 1898, sobre a festividade de primeira comunhão dos alunos da escola do Pe. Auling e os exames finais realizados naquele mês.

Os recortes de jornais em língua alemã do diário do Pe. Auling, cuja identificação foi possível são: o **Deutsche Zeitung**, sem identificação de origem, o **Das Deutsche Volksblatt**, jornal católico de Porto Alegre, e o **Der Beobachter**, jornal da comunidade Protestante de Curitiba. A imprensa brasileira era representada por várias publicações: pela **Revista Estrela**, criada por D. José de Barros e que publicava a agenda da Cúria de Curitiba; pelo **Boletim Eclesiástico**, também ligado à Igreja; pelo **Jornal O Município**; pelo jornal **A Republica**, que divulgava as defesas do Pe. Auling sobre os atritos a respeito das punições

disciplinares aos alunos; pela **Gazeta do Povo**, de cunho liberal, que no início foi a principal voz crítica aos castigos aplicados pelo Padre, e no final do diário; pelo Jornal **Diário da Tarde**, que substituiu o Jornal **Gazeta do Povo** nas críticas ao Pe. Auling.

O contato direto com esta fonte de pesquisa, e as informações nele contidas, torna possível tomar conhecimento dos reais problemas enfrentados pelo Pe. Auling com a imprensa, situações que causaram grande desgaste com a comunidade local, culminando com seu retorno à Alemanha. Arns (p. 23) colabora com essa interpretação quando afirma que: “no entanto, vilipendiado e, afinal, cansado, Pe. Auling começou a pensar em retornar à sua cidade natal de Munster”.

Esses fatos deixaram o Pe. Auling atingido em sua relação com a comunidade, desgastado pelo enfrentamento e exposição pública a que se encontrava, encurtando sua estada no Brasil, pois na época Pe. Auling contava com 45 anos.

Fica claro também, que o contexto da decisão pela partida levou a Igreja a rever os encaminhamentos da escola e também a situação do sacerdote da Paróquia católica de Curitiba.

As críticas dos jornais eram dirigidas aos castigos físicos escolares que foram aplicados em alunos da escola, e segundo as próprias justificativas do Padre Auling, faziam parte da cultura escolar da Alemanha e por isso os pais não tinham do que reclamar.

O pai do menino castigado sabia perfeitamente, que no meu collegio, se emprega na educação dos alumnos do sexo masculino o methodo de castigar também fisicamente, como elle se emprega em todas as escolas da Allemanha, quando os outros meios de educação se revelam inúteis. (Mantida a grafia original – Diário p.193)

Estas práticas não eram aceitas de forma unânime entre os alemães que, apoiados por jornalistas, combateram tais ações do diretor da escola. A imprensa liberal e favorável ao ensino laico passou a criticar a ação educacional da igreja

católica em Curitiba. As notas dos jornais sempre foram dirigidas ao diretor da escola católica alemã, é importante observar que em nenhum momento do diário há menção ao Bispo D. José, nenhuma linha de nenhum jornal acusa diretamente o líder da igreja, e este, por sua vez, tampouco aparece em defesa do Pe. Auling, que tratou de forma solitária esta tarefa, poupando o nome do dirigente maior da Igreja católica em Curitiba, que o nomeou para a função.

Das 204 paginas do Diário, apenas 42 estão em português, sendo em sua maioria referente aos conflitos aqui analisados. As restantes, 168 páginas, são escritas em alemão gótico, e salvo alguns poucos trechos traduzidos por Arns, o restante ainda não foi traduzido. Certamente são textos que tratam de importantes informações históricas da vida da comunidade alemã católica em Curitiba, no final do século XIX, e que aguardam por pesquisadores interessados em revelar e analisar seu conteúdo.

O último recorte de jornal colado pelo padre em seu diário foi feito no dia 01 de junho de 1901, sem ter um fechamento de sua própria autoria. Contudo, após algumas páginas em branco, na última página do caderno encontra-se um texto manuscrito em alemão, de 1935, de autoria não identificada, cuja tradução torna-se difícil em função da caligrafia utilizada. No entanto é possível entender que se trata de um fechamento deste documento, com o título “Nota Posterior” . Esse texto registra o falecimento do Pe. Auling em 29 de novembro de 1934, no Hospital Franciscano de Wahrhoff de Munster, aos 82 anos e faz também uma breve biografia de sua vida sacerdotal. (ANEXO 4)

Nos textos traduzidos, fica claro que num primeiro momento, não era intenção do Padre Auling fundar uma escola, o seu interesse inicial era pelas aulas de religião às crianças católicas. A idéia da escola surgiu de uma situação desfavorável a essa intenção.

No dia 23 de novembro de 1895, à noite cheguei à Curitiba e tive morada provisória com Padre Alberto. (...) No dia 1º de dezembro de 1895, 1º domingo do advento, ministrei o primeiro culto divino para os católicos alemães na igreja Nossa senhora do Rosário, para mim designada. (...) Dia 29 de dezembro, foi realizada a primeira reunião dos homens católicos (de língua alemã). O encontro contou com 50 a 60 homens, entre eles alguns

poloneses de fala alemã. Depois de cumprimentar os presentes, e agradecer-lhes o numeroso comparecimento, desenvolvi extensamente, qual seria o objetivo da minha vinda a Curitiba: fundar uma comunidade Católica Alemã e construir uma casa sacerdotal. Depois foram escolhidos 03 membros para a diretoria da associação que foram unanimemente aceitos, Srs. José Hauer, Conrado Hagemeyer e Henrique Henke (substituído em 06 de Janeiro por Wenzeslau Glaser).

A 7 de janeiro começou o novo ano escolar da "Deutsche Schule". Eu havia me comunicado antecipadamente com os membros da Diretoria, respectivamente com o Presidente Sr. Augusto Gaertner e lhe havia perguntado se seria permitido (pelo estatuto) o ensino religioso para as crianças católicas duas vezes por semana, como já fora concedido há bastante tempo ao Pastor protestante para as respectivas crianças. O Sr. Gaertner queria conceder-me de boa vontade esse direito e reservou para esse ensino as quartas e sextas-feiras, das 3 às 4 horas da tarde. Prometeu, também, informar o corpo docente a fim de que pudessem transmitir a notícia as crianças. No entanto, externou o Sr. Gaertner a preocupação sobre a continuidade desse ensino, porque a Diretoria planejava abolir o turno da tarde, instituindo o período das aulas das 8 a 1 da tarde, sendo assim, não sobraria tempo para a religião. (ARNS, 1997. p.14).

Padre Auling envia então um ofício à Diretoria no dia 13 de maio solicitando oficialmente a permissão para as referidas aulas de religião, e já sabendo da mudança de turno da escola somente para o período da manhã, solicita este período para as aulas de religião católica.

Permita-me dirigir este documento, com todo respeito, solicitando para as crianças de confissão católica que estudam nesta Escola Alemã, poder ministrar ao menos duas horas semanais do ensino religioso. Gostaria de que me fosse concedido ministrar essas aulas, na primeira hora após o recreio da manhã (...) contando com o benévolo atendimento(...) Pe. Franz Auling. (ibidem, p.15).

Porém, a resposta foi negativa, e a assinatura do documento não foi realizada pelo Presidente Sr. Gaertner, e sim pelo secretário o Sr. Anton Schneider, que além da função de secretário na escola, era redator do jornal "Der Beobachter", jornal que tinha uma posição contrária a influencia religiosa, e defendia que o Estado e as escolas deveriam ser laicas. Tanto que, na sua gestão frente à escola, também o ensino religioso protestante já havia sido foi abolido.

O Conselho Superior Eclesiástico enviou ainda um último pastor, Siegfried Schultz (1897-1900), para o atendimento espiritual da comunidade. Seu pastorado coincide com o período de reestruturação curricular da "Deutsche

Schule”, gerando protestos na colônia alemã e desencadeando uma fase de turbulência para a comunidade que culminaria com sua divisão. Alega-se que o referido pastor, ao lamentar o conhecimento religioso deficitário dos jovens que ele preparava para a confirmação de fé, atribuíra o fato à retirada das aulas de religião no ambiente escolar, chegando a requestar o retorno delas, que atendiam tanto a católicos quanto a protestantes. (SOUZA, 2006. p. 24)

Como menciona ARNS (1997. p. 15), o momento não era fácil para o recém chegado Padre, o tempo e o espírito da época que, da Alemanha lançavam seus reflexos também para Curitiba. A máquina de eficiência prussiana imprimia a toda legislação e as instituições, sua tendência atéia, afetando profundamente o ensino e a educação, instituindo, assim, um sistema laico.

Inicia-se uma série de discussões na comunidade alemã, tanto católica como protestante, quanto a atitude da diretoria da “Deutsche Schule”, de não permitir às duas igrejas a prática das aulas de religião aos alunos. Padre Auling não se conformou com a situação. Recebe apoio do Bispo D. José, e junto com a Associação Católica, promove uma reunião com o Pastor protestante e a comunidade alemã, a fim de discutir a situação.

A movimentação dos católicos desencadeia uma aberta posição antagonista do jornal “Der Beobacheter” e, principalmente de seu redator Sr. Anton Schneider, atacando já, não somente o Pe. Auling, mas a instituição da Igreja. Houve reações negativas, tanto que não se realizou a reunião convocada para o dia 13 de fevereiro, por falta de comparecimento dos sócios da “Deutsche Schule”. Os estatutos não foram modificados, mas mesmo assim o Pastor Schultz e Pe. Auling determinaram que o ensino religioso seria dado nas respectivas igrejas. (ARNS, p. 16).

Após esses fatos, uma tradução apresentada por Arns de uma nota do Diário, demonstra que o Pe. Auling, não aceitando a postura da “Deutsche Schule”, de manter-se laica, deixa claro sua intenção, indicando o folheto de divulgação da abertura da escola como “única resposta que eu podia dar as muitas ofensas e humilhações está no seguinte anúncio.” (ARNS, 1997. p. 19).

Nasce assim, a primeira escola católica em Curitiba, com a denominação de “Katholische Deutsche Volks-Schule”, Escola Católica Popular Alemã, fruto de posições antagônicas sobre a atuação missionária da Igreja, posições divergentes entre a Igreja e membros da sociedade civil, que defendiam que as instituições leigas não sofressem nenhum tipo de influência religiosa.

De acordo com ARNS (1997, p. 22) surgem até 1900, duas escolas com influências cristãs voltadas aos pastores luteranos que viriam a ser na verdade concorrentes da antiga “Deutsche Schule”, a “Evangelische Schule” e a “Internationale Schule” que chamava a atenção para sua específica identidade de “confessionslose”, isto é, sem religião, porém, acrescentava que aos sábados haveria instrução bíblica.

Souza, diz que tudo indica ser a “Evangelische Schule”, a escola fundada pelo Pastor Schultz, que junto com Pe. Auling discordou da posição do Sr. Anton em não atender ao ensino religioso na escola Alemã. Atitude que iria custar sua permanência no Brasil.

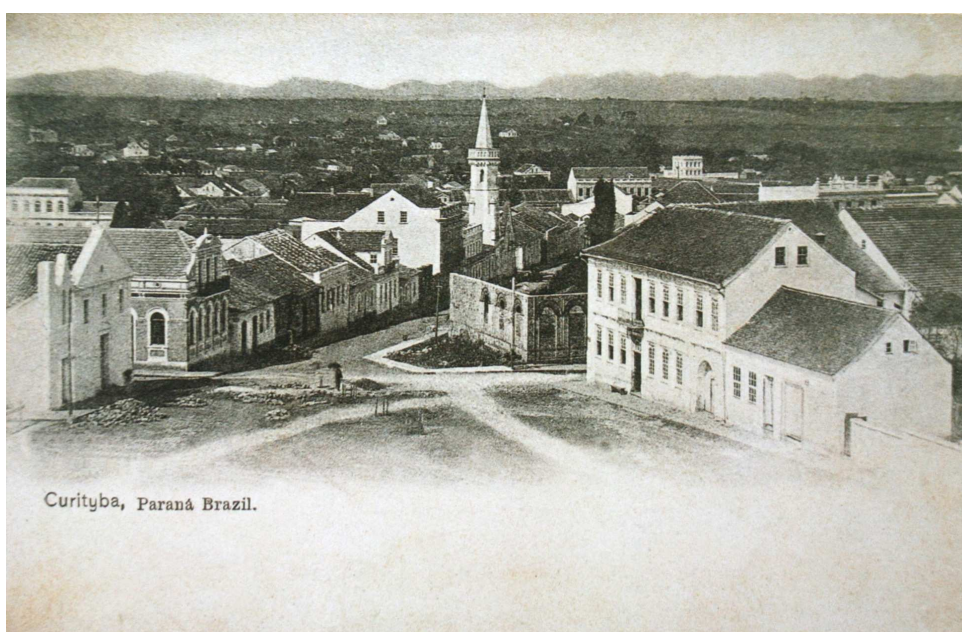
Como sua proposta fora desconsiderada, ele fundou uma escola confessional. Tudo indica ser a *Evangelische Schule*. Nem todos os membros da comunidade aceitaram de bom grado as tomadas de decisões e, mais uma vez divididos, convocaram assembléias para deliberar sobre o assunto. Na decisão final, exigiu-se a retirada do pastor. (...). Sua atitude posterior de fundar outra escola, entretanto, pode ter melindrado parte da membraia que a teria entendido como uma tomada radical e autoritária, demonstrando não haver uma preocupação, por parte do pastor, com a edificação da comunidade. Quanto ao pastor Schultz, ele voltou para a Alemanha por ordem do Conselho Superior Eclesiástico. As fontes silenciam sobre as razões desse chamado ou as possíveis exigências do Conselho em relação à comunidade, mas durante esse período, a *Communa Evangélica* rompeu relações com o órgão eclesiástico alemão. (SOUZA, 2006, p.25).

Nesta época os franciscanos estavam chegando a Curitiba, mais precisamente em 1899, com a chegada de Frei Xisto Meiwes e Frei Redento Kullmann.

Em 1898, D. José de Camargo Barros, procurou o Padre Comissário Frei Hipólito Zureck em Lages, SC, com duas finalidades imediatas: a atuação dos franciscanos na pastoral dos imigrantes e na imprensa. Assim lhes entregou a revista Estrela e aproximou os frades do Pe. Auling. (INSTITUTO, 1985, p.05).

As escolas particulares prosperavam, provavelmente em função do grande número de filhos de imigrantes na cidade, que nas décadas anteriores chegaram à cidade. Por outro lado, a educação pública no Paraná não ia bem. O Jornal Der Kompass (nº 33, p. 3), relata que somente 12.299 crianças freqüentavam a escola, 3000 freqüentavam escolas particulares, as outras, escolas estaduais. Em agosto de 1902, 84 professores foram demitidos, porque o Estado não tinha dinheiro para remunerá-los.

O contato dos franciscanos com a escola se dá de forma lenta, primeiro como orientadores religiosos, atendendo as crianças da escola na Igreja em que trabalhavam, a Igreja do Rosário, depois como professores. Na leitura das obras bibliográficas entendemos que foi esse relacionamento que possibilitou em 1903, quando da partida do Pe. Auling para a Alemanha que os franciscanos assumissem a tarefa de dirigir a Escola Católica Alemã.



Largo do Rosário na passagem do século: à esquerda Igreja do Rosário. Ao centro Igreja da Ordem. À direita segunda sede do Colégio de 1906 a 1911. (Guinski, 2002. p. 49)

Pe. Auling ficou a frente da vida religiosa da comunidade alemã e da escola, por sete anos. Foram anos no qual teve êxito na tarefa de aglutinação da comunidade em torno da Igreja, como também conseguiu estabelecer um crescimento no número de alunos na escola, “passando de 18 alunos na sua inauguração, para 130 em 1901”. (ARNS, 1997. p. 20).

O funcionamento desta escola católica e sua relação com a sociedade local serão tratados no item seguinte da pesquisa, onde buscaremos através das fontes de pesquisas levantadas, analisar os conflitos étnicos causados pela defesa do germanismo, o uso da língua alemã como língua oficial nas escolas, defendida pelos imigrantes alemães como forma de manter a relação com a pátria.

2.3 FUNCIONAMENTO DO COLÉGIO E SUA RELAÇÃO COM A COMUNIDADE.

Quanto ao funcionamento desta instituição, três momentos são percebidos durante a análise dos documentos e fontes bibliográficas: o período inicial, que vai da sua criação em 1896 e os primeiros sete anos; a passagem da direção da escola para os franciscanos em 1903, com a volta de seu fundador para a Alemanha e, sob esta nova direção o período até a nacionalização da educação na década de 30, na era Vargas.

A escola fundada pelo Pe. Auling começou sua trajetória de forma tímida, contando na abertura das aulas em maio de 1896, com 30 alunos, com idade entre 6 a 14 anos, atendendo o curso primário e intermediário (Arns, p.20). Nesta época, as escolas confessionais particulares espalhadas por todo o Brasil, tradicionalmente faziam, em sua maioria, distinção de gênero, mantendo escolas para meninos separadas de escolas para meninas. A Escola Alemã Católica possuía uma característica que a diferenciava neste aspecto, atendendo a ambos os sexos, com 18 meninos e 12 meninas. (Castro. 2006. p.95)

Um requisito para estudar nesta escola era a criança falar a língua alemã, como menciona o folheto de divulgação, pois sua principal missão era proporcionar um estudo voltado às características da Alemanha, dentro da idéia de nacionalismo alemão que fazia parte da cultura destes imigrantes. Identificamos que estudaram também nesta escola, crianças filhas de imigrantes austríacos.

O folheto de divulgação de abertura da escola à comunidade, pelo Pe. Auling, (ibidem), deixa claro que a exemplo de outros estados, também no Paraná não havia uma regulamentação escolar que definisse um padrão curricular legal para as escolas particulares. A divulgação menciona que a data de início das aulas seria no mês de maio, sendo que tradicionalmente as aulas nas escolas nesta época, iniciavam no mês de janeiro. A “Deutsche Schule”, escola que negou o pedido do Pe. Auling de ministrar aulas de religião às crianças católicas, e que motivou a abertura da Escola Católica Alemã, havia iniciado o ano escolar no dia 7 de janeiro de 1896 (ARNS, p.14).

Não havia tampouco uma determinação dos órgãos do governo quanto ao estabelecimento de um número mínimo de dias letivos. As escolas particulares gozavam de autonomia total para estabelecer o calendário acadêmico.

O folheto possui outros elementos importantes que nos indicam as características que a escola adotou nos primeiros anos de funcionamento como instituição escolar religiosa. Menciona que o ensino seria ministrado tal como nas escolas populares da Alemanha. A composição do currículo, atrelado ao modelo escolar alemão, tinha como intenção dar ao ensino um aspecto de “qualidade” aos filhos dos alemães em Curitiba, sendo a escola, enquanto instituição, fomentadora de um vínculo efetivo com a cultura alemã. O fato de no final do século XIX a Alemanha estar no auge de desenvolvimento econômico e industrial, sendo considerada uma das grandes potências da Europa, reforçava essa relação de qualidade dos modelos alemães.

Compunha o primeiro currículo da escola, as disciplinas de: “religião, escrita, leitura, aritmética, geometria, língua alemã, história universal, geografia, história natural, canto e desenho, dando-se empenho especial ao ensino da língua

brasileira.” (ANEXO 5 e 6). Cabe mencionar que as aulas eram ministradas na língua alemã, pois como diz o folheto, a matrícula estava aberta para crianças de língua alemã. O português era uma disciplina do componente curricular. Esse fato é verificado de forma sublinear, na leitura dos documentos. No livro de Arns, há uma referência a tradução de uma carta do diário do Pe. Auling ao Bispo D. José, onde faz menção ao ensino da língua alemã e portuguesa.

“A escola tem também muito empenho em ensinar a língua portuguesa, sendo o conhecimento desta língua ao meu parecer ainda mais necessário para os nossos meninos do que o da língua materna alemã.” (ARNS, 1997, p. 20).

O diário do Pe. Auling traz registros sobre o fato de a escola utilizar a língua alemã como língua oficial, quando menciona uma nota num jornal da cidade “O Município”, de um leitor questionando o uso da língua alemã na escola.

APPELO. Em nome dos futuros interesses da nossa terra, pedimos ao poder Publico Paranaense que determine a obrigatoriedade do ensino da língua vernácula nas escolas que funcionam no Estado e que são regidas por preceptores estrangeiros, quer essas escolas sejam subvencionadas pelos cofres públicos, quer não o sejam. (...) Nesta capital, por exemplo, há uma escola na Rua do Rosário, freqüentada por mais de cem alunos de ambos os sexos, e onde não se ensina, disseram-nos, a língua portuguesa! (Diário. p.110)

Padre Auling tratou imediatamente de responder a nota, publicando no mesmo jornal dois dias depois a posição da escola, dizendo que o leitor está mal informado, “pois na Escola a língua portuguesa era ensina por professores que fallão a bem a língua portugueza e um delles, já durante quatro annos desempenhou o cargo de professor publico no estado da Santa Catarina” (Diário. p.111). De fato a língua portuguesa era ensinada, mas como uma segunda língua para os alunos, o mesmo Pe. Auling declara isso dizendo ao jornal que, “quem falla duas línguas, Vale dous homens.” (ibidem)

A matéria do jornal “O Município”, foi escrita em abril de 1899, três anos após a abertura da escola. Podemos identificar através do artigo que a escola já contava com cerca de cem alunos, mostrando com essa evolução em numero de alunos, sua aceitação pela comunidade alemã da cidade.

Outra característica da escola, herdada do modelo europeu, era realizar tradicionalmente todo final de ano, o “exame publico”, como parte integrante dos exames finais da escola. Eram convidadas pessoas ilustres da comunidade para assistirem e avaliarem os alunos de todas as turmas da escola. O diário do Pe. Auling traz em suas paginas uma matéria publicada na revista Estrela de 1898, onde um dos convidados, o escritor missionário jesuíta Pe. João Cybés relata sua experiência como membro avaliador dos exames finais da escola, no dia 29 de Dezembro de 1898.

Tive ocasião de presenciar vários exames de colégios e escolas na Itália, na França e no Brazil, ainda não havia assistido a um exame em colégios allemães. (...) Verdadeiramente fiquei não somente satisfeito senão também admirado vendo o desenvolvimento intelectual desses bons meninos, e a facilidade a acerto com que liam, escreviam, resolviam problemas arithméticos mesmo complicados, com que traduziam do allemão em portuguez. (ARNS. p.21)



Foto do Padre Auling ladeado por dois professores e seus alunos (Data provável- 1899)- Arquivo Pró-Memória

Nota-se nesta foto, o destaque para dois quadros, o primeiro no centro dos alunos, é o retrato do Presidente do Brasil Campos Salles e no alto, fixado na

parede está o retrato do Imperador alemão Guilherme II, deixando evidenciado o forte vínculo da escola com a Alemanha.

Outros relatos de convidados avaliadores desses exames foram encontrados na pesquisa bibliográfica, em vários anos, porém, todos procuram enaltecer as qualidades educativas e culturais da escola, fazendo longos elogios e congratulações ao corpo discente. O que demonstra que esse tipo de atividade servia na prática mais como um evento de apresentação que a escola preparava com seus alunos, do que uma avaliação formal de conteúdos.

O ano de 1899 é marcado por momentos de dificuldades na vida do Pe. Auling em Curitiba. Neste ano iniciaram-se uma série de desentendimentos entre a imprensa, o padre e por consequência a escola. O diário foi fundamental para análise destes acontecimentos. A parte final do diário contém notícias dos jornais de Curitiba (em português), coletadas durante três anos (de 1899 a 1902), relacionadas a estes desentendimentos. Destacam-se as matérias e notas sobre os conflitos entre o padre e a imprensa local, principalmente as críticas às punições disciplinares aplicadas.

A repercussão jornalística foi longa e causou sérios problemas entre a escola e a comunidade, sendo que nestes episódios a escola teve amplo apoio da Igreja, através da revista “Estrela”, que permitiu a defesa pública do Pe Auling. Este órgão criado pelo bispo de Curitiba, Dom José, tinha o objetivo de publicar a agenda da cúria, programação e instrução religiosa (Arns, p. 21).

O diário inicia os relatos dos primeiros atritos, em ordem cronológica em 30 de agosto de 1899, com uma nota intitulada “Padre Auling” (ANEXO 7), que critica a postura do padre, quando esse levanta protestos ao redator do jornal “Gazeta do Povo” que publicou uma matéria intitulada “Paris”, matéria que narra em detalhes uma festa ocorrida em um Cabaré da capital francesa. Essa polêmica aparece nas páginas dos Jornais, por mais de um mês, com notas tanto a favor como contra a postura do Padre Auling.

Esse fato parece ter sido o estopim para uma série de atritos com a imprensa. Pe. Auling se defendia acusando o jornal de ter em seu quadro de jornalistas, membros da Liga Anti-Clerical fundada na cidade e também, pessoas ligadas a Maçonaria, com forte visão liberal e que tinham representantes em todo país, contanto sempre com movimentos contrários as ações da Igreja Católica. (ANEXO 8)

Já a imprensa pregava que sua única intenção era denunciar fatos e pessoas que atentassem contra as leis nacionais, era seu dever ético de jornalista tal postura. No caso do Pe. Auling, a imprensa entendia sua postura ser contraditória a um religioso. (Diário. p.191)

Em setembro do mesmo ano, o Jornal “Gazeta do Povo”, publica o caso de uma aluna que segundo relato feito ao jornal por seu pai, sofreu punição física dentro da escola. Segue-se em seguida uma série publicações em defesa ao padre, da revista “Estrela”, e dos professores da escola com notas no jornal “A Republica”. (Diário p. 121-127).

Como desdobramento destas notas, as acusações, inicialmente dirigidas ao Pe. Auling mudam de foco e passam a ataques mútuos entre o jornal “Gazeta do Povo” e a revista católica “Estrela”, tomando a discussão o rumo da defesa de princípios das duas instituições.

O diário do Pe. Auling, não apresenta outros fatos correlatos a esse, por um período aproximado de dois anos. Em 01 de abril 1901, outro jornal, o “Diário da Tarde”, publica uma matéria com o titulo “O colégio Auling – A vara em ação” (ANEXO 9). Novamente as acusações se referem a castigos físicos aplicados a um aluno, cujo pai, “senhor conhecido de todos”, foi até a redação do jornal denunciar os maus tratos cometidos contra seu filho na escola Alemã.

Dois dias após a publicação desta noticia o jornal “A República”, também se manifesta em nota, acusando a atitude do padre e renovando a amizade com o pai do aluno. Anuncia também: “que o caso foi encaminhado a policia e que o menor foi submetido a exame de corpo delito e em face delle terá logar a averiguação que o

caso requer, presidida pelo Sr. Dr. Chefe de polícia”. (Diário. p.191). No dia seguinte corre a notícia do inquérito e o “Diário da Tarde”, em matéria relata o ocorrido no interrogatório. (ANEXO 10 e 11)

No dia 09 do mesmo mês, é publicado um artigo do Padre Auling no jornal “A República”, sendo esta a última publicação na imprensa paranaense.

Em atenção ao publico curitibano venho à imprensa para restabelecer a verdade dos factos relativos ao castigo do meu ex alumno Carlos (...). Empreguei todos os meios para corrigil-o, porém inutilmente. (...) Não obtendo nem por este meio, bom resultado, apliquei, por occasião de uma nova licção arithimética pessimamente escripta e em presença dos outros meninos da classe o castigo bem merecido, experimentando assim o ultimo meio possível e dizendo ao menino, que só uma vez queria me servir deste castigo e se agora não se emendasse, o expulsaria da escola. Eis o facto como se deu. (...) Quanto as caluminias, que tem se atirado contra mim, de boa mente perdão como sacerdote catholico, aos seus auctores (...) Dada esta explicação às famílias curitibana, que me dispensam a sua confiança, amizade e respeito, não voltarei mais a imprensa, estando convencido de que aquelles que me conhecem, não acreditam nas caluminias mencionadas. (Diário. p.196).

A resposta dos jornais é imediata, publicam-se nos dois dias seguintes no “Diário da Tarde”, uma matéria do colunista repudiando a defesa publicada pelo Padre, dizendo “nunca se vio maior impudor (...) chega o seu desplante, a querer perdoar a imprensa o grande peccado de haver tornado público a sua mansidão sacerdotal e o seu brando methodo de educação!”. Pede por fim, o colunista, ação das autoridades competentes pelo modo como procede o diretor da escola. A segunda matéria foi enviada pelo pai do aluno, buscando defender seu filho e repudiar com veemência a atitude do Diretor da escola. Porém, é convencido pelos amigos a não incriminar o padre. (Diário. p.197)

Estava com resolução firme de guardar o mais completo silencio sobre o brutal espancamento em meu filho, infungido pelo selvagem e deshumano educador Padre Auling, tanto que por pedido de amigos de quem muito preso, desisti de do processo que contra o mesmo Padre ia instaurar. (...) Nenhuma calumnia ou expressões pouco delicadas foram atiradas contra o collegio do sr. Padre Auling, mas o que toda a imprensa da capital disse em relação a sua pessoa foi a verdade nua e crua. (Diário. p.198)

Esta é a última notícia anexada no diário, relativo a esses casos. Em junho de 1901 encerram-se as colagens e comentários, finalizando assim o diário sem apontar os caminhos que seguiram tais acontecimentos.

No relato da história dos franciscanos em Curitiba, Arns em seu livro traz elementos que propiciam um entendimento do que ocorreu em 1902, ano de mudança na Escola Católica Alemã.

Padre Auling mantinha sua escola com espírito elevado. Mas os ataques continuavam de forma violenta. Seu "Diário" silencia, porém para preservar sua escola. O sacerdote já estava tomando providências, sempre em contato com os franciscanos e com o Bispo D. José. (ARNS. p.36)

É nítida a tentativa do autor em manter o nome do Pe. Auling elevado, preservando sua imagem de bom sacerdote, como também a imagem da escola. Isso é reforçado, pois em seu livro não encontramos referências claras aos atritos enfrentados pelo Pe. Auling com a imprensa, fatos que foram relatados no diário e que foi citado largamente neste livro. Essa posição pode ser entendida, pelo fato do autor ter sido um religioso franciscano e ter dirigido a instituição por quarenta anos (1956 a 1996).

Em 1º de abril de 1902, atendendo ao pedido do Pe. Auling, assume como auxiliar o frei Francisco Kamps, e no mês seguinte assume também o frei Policarpo Schuhen como professor auxiliar. Por terem vindo da Província Franciscana da Alemanha, e terem formação escolar exemplar, são credenciados à função e com esse convite os franciscanos vão se integrando a rotina da escola. (Straube. 2007).

As fontes silenciam sobre os motivos que levaram o Padre Auling a retornar à Alemanha e transferir a direção da escola aos franciscanos em 1903, levando a concluir que o desgaste que o padre teve junto à comunidade que ele ajudou a organizar, prejudicou profundamente sua posição de líder religioso católico, tornando-se contraditória sua permanência frente à tão grande projeto.

No final de 1902, Padre Auling entra em contato com a Comunidade Franciscana de Curitiba, propondo a transferência da responsabilidade da Escola aos franciscanos. (Ibidem). Na reunião do Conselho superior dos Franciscanos (Definitório), em novembro de 1902 em Curitiba, foi acolhido o pedido do padre diretor da Escola Católica Alemã, cabendo assim tomar providencias a respeito da mudança na direção da escola a partir de 1903 e seu modo de funcionamento. Ao final do Conselho, foram tomadas as seguintes decisões:

- 1- Em vez de receber os alunos da Escola Alemã, isoladamente, criou-se mais uma escola de fala brasileira para alunos de outras origens.
- 2- As meninas da Escola Alemã seriam incorporadas numa nova escola a ser fundada pelas Irmãs da Divina Providência, que viriam de Munster na Alemanha.
- 3- Elaborou-se um croqui no próprio definitório com o cuidado de locar a escola não muito próxima do convento.
- 4- Outra decisão fora a construção nos terrenos da Capela Franciscana Bom Jesus, de prédio para abrigar a escola brasileira. (ARNS. p. 36)

As mudanças propostas pelos franciscanos para o novo funcionamento da escola a partir de 1903 parecem caminhar no sentido de separar as causas possíveis de conflitos. Para tanto estabelecem regras que não permitiriam mais o contato físico. Separam os meninos das meninas, não de sala, mas de escola. Abrem a escola para crianças de língua brasileira, porém, as separam das crianças de língua alemã, também em escolas distintas. Fica nítido que os atritos suscitados nos anos anteriores deixaram marcas profundas nos religiosos católicos, para que adotassem práticas dessa natureza, na busca de isolar qualquer forma de conflito étnico e de gênero.

No dia 11 de junho de 1903, Pe. Auling embarcou para a Europa, por via férrea até Paranaguá, para as 13 horas tomar o navio “Guasca” com destino à Santos e de lá no dia 18 pelo vapor “Prinz Waldemar” para Hamburgo. (Straube, 2007) Entregando definitivamente a direção da escola e a pastoral da comunidade católica aos franciscanos.

Desde o início do ano de 1903 os franciscanos já dividiam a direção da escola com o Pe. Auling. As mudanças propostas no Conselho só tiveram efetivação em julho, com a chegada da Alemanha das Irmãs da Divina Providência e o término da construção da escola brasileira. A escola alemã permaneceu com a denominação “Deutsche Knabenschule” e a escola brasileira passou a ser denominada de “Escola Senhor Bom Jesus”. Nas escolas brasileiras as aulas eram ministradas em português, e a língua alemã fazia parte do currículo. (Ibidem)

Nos anos seguintes a escola brasileira e alemã segundo nos indica as fontes dos jornais da cidade e da Igreja, seguem suas atividades sem passarem por acontecimentos que causassem polêmicas. Aparentemente, com o início do trabalho educacional dos Franciscanos a escola inicia um período de tranqüilidade e crescimento. O jornal “Der Kompass”, escreve em suas páginas e abril de 1904:

A Escola Brasileira e a Alemã, de rapazes, dirigida pelos Franciscanos, continua gozando de grande prestígio sendo fortemente freqüentada. Ambas contam hoje com 320 alunos. (...) A escola está sendo mais ampla do que no tempo do revmo. Pe. Auling. (Der Kompass. 30.04.1904. p.03).

Um fato relevante que mostra a inserção da escola na vida da cidade data de 1905, quando do anúncio da abertura de uma escola noturna para adultos, utilizando as dependências da escola brasileira como também na alemã. “O ensino abrange todas as disciplinas do curso elementar”. (Der Kompass. 09.05.1905. p.4).

O jornal “Der Kompass”, em anúncio publica quando se dará o início das aulas em 1907, fazendo alusão ao currículo, que mostra em que direção caminhava a escola e que não há grandes mudanças do currículo inicial da escola.

Para as aulas de português serão contratados forças brasileiras. Línguas estrangeiras (francês, inglês, latim, etc.), serão incluídas no programa a título de aulas facultativas. (...) A fim de melhorar o ensino da geografia física e política, cosmografia, história do Brasil e geral, física e química, foram feitas aquisições importantes de material didático. Além do canto e caligrafia sejam lembradas as disciplinas técnicas de desenho de letras e estenografia. Haverá diariamente aulas de música. (ibidem. 22.12.1906. p.3)

Os currículos não se alteram nos anos seguintes, sempre seguindo as mesmas diretrizes do exemplo citado acima. Constatam-se estes dados analisando boletins escolares encontrados no arquivo Pró-memória do Colégio Bom Jesus. Estes boletins, dos alunos Rodolfo Belz da escola alemã e Waldemar Teixeira da escola brasileira, foram doados pelos familiares (ANEXO 12 e 13).

Os anos seguintes são marcados por discussões relativas principalmente à escola Alemã, no que se refere ao ensino ser ministrado na língua germânica. Vêem-se movimentos no poder legislativo tanto no Estado do Paraná, quanto no legislativo Federal sobre o ensino no Brasil. O foco das discussões parlamentares girava em torno de leis que coibissem a prática do uso da língua alemã nas escolas particulares. Em Curitiba, o Presidente Estadual Dr. Vicente Machado, mantendo o status dessas escolas, negou a sanção ao projeto de reforma escolar, aprovado em 1906 no Congresso Estadual, numa tentativa de obrigar o uso do português como língua oficial nestas escolas. (Ibidem. 07.04.1906). No Rio de Janeiro, em novembro, deste mesmo ano, há uma proposição do Deputado Barbosa Lima, na seção de 25 de outubro para aprovar uma lei proibindo esta prática nas escolas alemãs. (Ibidem. 03.11.1906. p.2)

As escolas estrangeiras, no início do século XX, continuavam a priorizar o ensino da língua de origem do grupo, sem que isso causasse problemas com a legislação educacional do Estado, que mantinha inalterada sua posição neutra a respeito. Porém aparecem dentro do próprio Governo sinais de desconforto com essa realidade. O Secretário de Estado Sr. Otávio Ferreira do Amaral e Silva, em relatório ao Governador Francisco Xavier da Silva, em 1910, relata que “as escolas estrangeiras revelam desprezo pela língua nacional, deixam de enviar seus filhos às escolas públicas preferindo às particulares”. (RENK. p.110).

O vínculo com a Alemanha era muito forte nessas comunidades, era uma atividade cotidiana falar da Alemanha. Viviam no Brasil, mas recebiam todos os dias notícias da terra natal, pelos vários jornais editados nessa língua. A escola Alemã contribuía de forma massiva na manutenção da identidade étnica, todas as datas importantes da Alemanha eram comemoradas na escola. O jornal “Der Kompas”,

registrou em muitos anos os eventos comemorativos da escola, o aniversário do Imperador Guilherme II, aparece em todos os anos em que temos a tradução, era comemorado com missa e festa para marcar a data. Não se vê na mesma proporção as comemorações das datas cívicas brasileiras, nestas edições do jornal. A comemoração de 7 de setembro não é registrada em nenhuma edição.

É interessante constatar na leitura das edições traduzidas, que este jornal registrou nas festas escolares o canto do Hino à Bandeira e também a comemoração do dia da Bandeira, somente após a 1ª Guerra mundial, quando deixaram de serem publicadas as datas de aniversário do Imperador da Alemanha e ao que parece passaram a cultivar as datas cívicas brasileiras. É importante notar que esse gesto não se deu de forma natural, mas sobre forte pressão política, pois foram anos de grande tensão entre brasileiros e os alemães.

Nos anos em que ocorreram a 1ª guerra mundial (1914 a 1918) e nos subseqüentes, a vida da escola católica alemã foi difícil e entrelaçada por diversos acontecimentos de conflitos que ocorriam na cidade, conflitos esses de características étnicas.

A Guerra causava preocupação geral, (...) há movimentação de hostilidade e arruaças também em Curitiba. Os ataques da imprensa se estendem aos frades alemães e naturalmente ao jornal "Der Kompass", cujos redatores passaram a morar no convento. (...) Os padres alemães já não meditam nem rezam em alemão. Tudo é proibido, até o latim parece suspeito. (Arns. p. 68)

Em outubro de 1917, o Brasil que já havia rompido relações, declara oficialmente Guerra contra a Alemanha. São realizados comícios inflamados contra a Alemanha. Na madrugada a escola foi invadida e destruída, as instalações do jornal "Der Kompass", anexa a Igreja, foi incendiada. Neste período as duas escolas já funcionavam anexas a Igreja do Bom Jesus, porém em prédios separados. E Por equívoco dos invasores, a escola destruída na madrugada foi à escola brasileira.

A comunidade de língua alemã sofreu completo isolamento. Na Europa decidia-se a guerra em batalhas de milhões de mortos. O jornal ficou fechado por 19 meses e a escola Alemã, foi obrigada a fechar, reabrindo somente em março de 1918, sendo-lhe, porém, proibido ministrar aulas em alemão. Todos os professores alemães foram impedidos de lecionar. O ensino alemão foi liberado somente em 1919, como língua estrangeira. Aos professores estrangeiros era vedado ensinar História brasileira e língua portuguesa, bem como Geografia. (ARNS. p. 72)

Apesar das restrições impostas à escola alemã, esta permaneceu funcionando no mesmo local, mas separada da escola brasileira até 1926, quando foi feita uma ampliação no prédio ao lado esquerdo da Igreja (atual prédio do solar), que abrigou as duas escolas juntas. Porém, apesar de estarem agora no mesmo prédio, funcionavam em salas separadas. Nas estatísticas referenciadas do segundo semestre de 1928, constata-se que “a Escola Católica Alemã possuía 297 alunos e a Escola Brasileira 219”. (ARNS, p. 100)

Nas páginas sobre as escolas nos final da década de 20, há informações sobre a escola alemã, como escola bilíngüe (ARNS. p. 97). Para caracterizar uma escola bilíngüe, é fundamental o ensino de pelo menos duas línguas, assim, esta estratégia utilizada pela escola, mantém no currículo a língua alemã, preservando a identidade étnica através do uso da língua, de forma oficial, numa tentativa de burlar as restrições estabelecidas durante a 1ª guerra.

2.4 – A NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO NO BRASIL E AS ESTRATÉGIAS DO COLÉGIO PARA MANTER-SE

As leis educacionais no Paraná, desde o período Republicano, apresentavam em seu escopo, a obrigatoriedade do ensino da língua nacional, em todas as escolas públicas ou particulares. O artigo 20, parágrafo 1º, da Lei 365 de 1900, mencionava: “O Poder Executivo deverá tornar efetiva a obrigatoriedade do ensino da língua nacional, desde que essa disciplina não figure nos respectivos programas.” Nas Leis 723, de 1907, e 894, de 1909, o ensino obrigatório da língua portuguesa novamente foi destaque, inclusive sendo mencionada a exigência nas escolas particulares. Na Lei de 1909, além da manutenção dessa exigência, constava um artigo, considerado o mais incisivo, na qual afirmava-se que, se a escolas particulares não cumprissem o estabelecido, estariam sujeitas a multa ou até mesmo poderia se dar o fechamento da instituição.

Porém, a escola em estudo, e também muitas outras, mantiveram sempre a língua alemã como a base da formação escolar, sendo orientadas conforme o modelo educacional alemão, indiferentes à legislação educacional em vigor. A língua portuguesa era considerada pelos membros da comunidade, como uma necessidade prática para a vida em sociedade e nos negócios. Todas as disciplinas eram ministradas em alemão, exceto o português, e essa era trabalhada como uma língua complementar. Desta forma a escola não descumpria a legislação, pois a disciplina de língua portuguesa estava contemplada na grade curricular. As leis educacionais vigentes não mencionavam, nem tão pouco proibiam que as demais disciplinas fossem ministradas em outra língua. O que se observa é que eram leis com conteúdo incompleto, no que diz respeito a legislar na totalidade das questões que envolvem a tarefa de educação das instituições. Um exemplo disso, é que nessas leis não encontramos nenhuma referencia sobre a organização curricular das escolas particulares, o que veio a permitir a criação, pelas escolas étnicas, de currículos próprios, vinculados ou não à realidade brasileira. Essa brecha legal vinha ao encontro dos desejos e necessidades das comunidades de imigrantes, de manutenção dos valores culturais do grupo e da preservação da identidade cultural com a pátria de origem.

Essa realidade vai sofrer mudanças somente após o conflito da 1ª Guerra mundial, quando o Governo por meio de medidas legais, proíbe então, o ensino das disciplinas em língua que não o português, como também proíbe os professores alemães de darem aulas (ARNS, p. 72).

Neste período histórico aumentavam na imprensa os discursos nacionalistas. **O Diário da Tarde**, um dos principais jornais da cidade a defender a nacionalização das escolas, publica editoriais inflamados exaltando o perigo alemão, (Diário, 16.02.1918). Entre as autoridades políticas também há demonstrações de apoio ao movimento, como o ato do Governador Afonso Camargo, que em 1918 preconizava a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa nas escolas estrangeiras, assim como todas as disciplinas ministradas deveriam ser feitas na língua nacional. O código aprovado pelo Governo, através do decreto número 17, cria, “registros de ensino e toda a organização escolar (pública ou privada), métodos pedagógicos, matérias lecionadas e o controle dos livros didáticos adotados, que passam por controle das autoridades educacionais.” (RENK, p. 175). Com essa determinação, as escolas étnicas passam por um momento de definições profundas, ou alteram sua forma e metodologia de ensino ou estarão fadadas a encerrar suas atividades educacionais.

A estratégia da escola alemã católica para manter a instituição em funcionamento, foi agregar em uma só escola, a escola de brasileiros e a de alemães, transformando-as em uma escola bilíngüe, pois assim permitia o Decreto Lei 2.157 de 1922. O português passou a ser a língua em que eram ministradas as aulas, porém, mantiveram o ensino da língua alemã como disciplina complementar, invertendo assim a estrutura curricular adotada na escola, desde sua fundação.

Contudo os fatos revelam que as novas regras nem sempre eram adotadas integralmente pelas escolas particulares, principalmente porque, com o passar do tempo algumas escolas conseguiam voltar ao ensino da língua alemã. Uma cobrança amena do Estado com relação ao cumprimento das leis educacionais restringiu o uso de língua estrangeira na educação paranaense. Arns menciona que “apesar das leis, as escolas estrangeiras continuavam existindo (...) a nova visão

administrativa e política contribuíram para o esquecimento das antipatias contra a Alemanha e os alemães.” (ARNS, p. 87). O jornal editado em alemão recebeu autorização para voltar a funcionar pelo Ministério da Justiça, (Ibidem, p. 76), com o passar do tempo a vida da comunidade alemã foi voltando a sua rotina normal. Seyferth colabora com essa informação, quando menciona, “que desde 1917 vinham sendo instituídas leis estaduais com propósito de limitar as atividades das escolas estrangeiras, mas, nenhuma dessas leis, abalou a estrutura das chamadas escolas alemãs. Elas conseguiram apenas incluir no currículo escolar algumas disciplinas relativas ao Brasil, e o ensino do vernáculo como disciplina obrigatória, mas o ensino em geral era dado em alemão”. (SEYFERTH, p. 180)

As medidas legais, que vão de fato causar impactos profundos na educação brasileira, com reflexos diretos nas escolas étnicas, são as medidas relativas ao processo de nacionalização do ensino, que só foram editadas na década de 30. As primeiras medidas foram confeccionadas logo após a Revolução, com o poder do Estado Nacional se fortalecendo e tornando-se intervencionista em vários campos de atividade, entre eles o da educação. Um dos atos do novo Governo foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, (Decreto 19.444 de 1930), entre as medidas apresentadas, aparecem pela primeira vez no Art. 5º, inciso XIV, “a competência privativa da União em traçar as diretrizes da educação nacional”. Nesta constituição são realizadas grandes inovações para a educação, como: “no capítulo II Título V – a educação torna-se direito de todos e obrigação dos poderes públicos, com conseqüente implantação do Plano Nacional de Educação, pela vinculação obrigatória de percentual dos impostos dos Estados, Municípios e União, em favor da Educação, e a confirmação de um Conselho Nacional de Educação. (Cury, p. 24). Neste momento o Governo Federal, por dificuldades administrativas, não consegue que tais medidas se tornem eficazes em todo território nacional, ficando atrelado às medidas já em funcionamento nas esferas estaduais.

O golpe de Estado de 1937, implantando a ditadura do Estado Novo, marca o início de um longo período de crises nas relações entre as comunidades étnicas e o poder público, provocado pela campanha de nacionalização. A primeira medida adotada, foi o Decreto Federal 406 de 1938, dirigindo-se diretamente contra as escolas étnicas.

Com o decreto, foi ordenado que todo o material usado na escola elementar fosse em português (...) que todos os professores fossem brasileiros natos e que nenhum livro, revista ou jornal circulasse em língua estrangeira. Proibia que o ensino de língua estrangeira fosse dado à crianças menores de 14 anos e ordenava que se desse destaque a bandeira nacional. (KREUTZ, p. 154)

Para Seyferth, o programa de nacionalização, tinha como premissa, “erradicar as influências estrangeiras atuantes, principalmente nos três estados do sul, e incutir nas populações de origem européia, o sentido de brasilidade”. Para tal, medidas legais específicas foram introduzidas, colocando à margem da lei a maior parte das instituições denominadas “estrangeiras”. A nacionalização do ensino, com a escola teuto sendo substituída pelas escolas públicas, foi a tentativa do Governo de realizar uma total desarticulação do tripé que mantinha a cultura alemã no Brasil, “lar-escola-igreja”, com a eliminação de um dos tripés, esse grupo deveria em pouco espaço de tempo se desarticular. Com o decreto, as escolas consideradas estrangeiras foram extintas ou obrigadas a reestruturarem seus currículos de acordo com a legislação vigente, transformando-se em escolas nacionais. Com os professores alemães proibidos de dar aulas, mais um problema surgiu, pois, os professores das escolas públicas não entendiam o alemão e os poucos alunos que foram para essas escolas não sabiam o português, criando dessa forma um entrave cultural, o que fez surgir em algumas comunidades rurais, as “escolas clandestinas”, que segundo Seyferth, funcionaram no interior de Santa Catarina.

Por suas características repressivas, e pelo exagero de alguns participantes radicais, a campanha de nacionalização criou um ambiente de medo e revolta entre a comunidade teuto-brasileira, foi um período traumatizante para todos que tinham origem alemã, agravado ainda pelo rumo que a 2ª guerra mundial seguia.

No Paraná, o interventor Sr. Manoel Ribas, no dia 10 de Janeiro de 1938, baixa o “Novo Decreto Escolar”. O decreto fulminou a escola criada pelos Franciscanos, à escola bilíngüe, na tentativa de manter a língua alemã como língua oficial. O decreto determinou vedada a língua alemã nas escolas, bem como toda atividade cultural. (ARNS, p.115). Para manter a escola em funcionamento, e

escapar das medidas autoritárias do Estado Novo, a Direção fecha a escola alemã, fundindo-a a escola brasileira, que neste período já estavam ambas estabelecidas no mesmo edifício, porém em salas distintas. Dessa forma, aos olhos da lei, a única escola em funcionamento era a Escola Senhor Bom Jesus, e para substituir os professores alemães, foram contratados professores nacionais e alguns frades de origem alemã pediram cidadania brasileira para continuarem suas atividades. As fontes documentais internas do Colégio Bom Jesus, silenciam sobre as conseqüências que as operações nacionalizadoras causaram no andamento administrativo e didático da escola. Esta atitude de se por em silêncio e não narrar fatos e momentos difíceis da instituição, demonstra que parte da igreja ao não se posicionar, está tomando uma posição, a de cumplicidade com os opressores.

Com a proibição das práticas culturais alemãs, as escolas étnicas desta comunidade foram em sua grande maioria, incondicionalmente fechadas, assim também, a escola alemã dos franciscanos, sofreu o mesmo destino. Porém, como estratégia de manter o funcionamento da instituição, todos os alunos da escola alemã foram agrupados na escola brasileira. (ANEXO 14 e 15)

Esta decisão tomada pelos Franciscanos em 1903, quando assumiram a Escola do Padre Auling, de dividir a escola em duas, uma para alemães e outra para brasileiros, decisão que visava apenas evitar conflitos étnicos, salvou a escola do fechamento. Foi através de uma alteração administrativa legal, que ficou garantida perante os órgãos públicos a permanência da escola alemã e a manutenção da educacional católica para esta comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo de elaboração desta pesquisa buscou-se compreender o processo de formação educacional da Escola Popular Alemã, escola organizada para o atendimento aos filhos dos imigrantes alemães católicos de Curitiba, cuja formação esta entrelaçada no convívio com a sociedade curitibana, tendo como regente deste cenário a Igreja Católica.

As fontes aqui pesquisadas permitiram conhecer informações que ainda não haviam sido apresentadas referentes a este momento histórico da instituição, colaborando assim para a compreensão da educação no Paraná.

Para localizar a pesquisa em seu contexto histórico, foi necessário discorrer sobre aspectos políticos, sociais, econômicos e educacionais tanto do Brasil e da Província do Paraná, quanto da Europa e da Alemanha, buscando um entendimento mais ampliado das questões históricas da época.

Na análise das escolas alemãs, constatou-se a importância que a escola representava para os imigrantes, pois a falta de uma escola na comunidade era tida como pecado aos olhos dos alemães. Esses imigrantes tinham como prioridade estabelecer, transmitir e garantir a continuidade de valores atribuídos como inerentes a sua cultura, por meio do processo de escolarização dentro do “espírito alemão”. Neste sentido, a Igreja Católica foi grande incentivadora desses ideais germânicos, acompanhando a vida religiosa da comunidade e instruindo as crianças através da língua alemã, mantendo dessa forma o espírito germânico em terras estrangeiras.

Entre as fontes bibliográficas relacionadas com a escola destacam-se duas. A primeira, o Diário do Padre Auling, que revela com detalhes todo o processo que resultou na abertura da escola, demonstrando que seu objetivo quando foi chamado pelo Bispo D. José de Camargo para trabalhar em Curitiba, não era o de fundar uma escola, e sim, o de agregar a comunidade alemã católica em torno da Igreja, e para isso foi criada uma Associação Comunitária Católica Alemã. A fundação da escola

se deu em função da impossibilidade de acordo com os membros da Mantenedora da Escola Protestante – DeutscheSchule – que não permitiam ministrar aulas de religião e catecismo para os filhos dos imigrantes alemães católicos que freqüentavam esta escola, até então, a única escola alemã da cidade. O Diário revela também, porém de forma sublinear, como os embates sociais sofridos pelo Pe. Auling causaram enorme desgaste com a comunidade local, tornando insustentável sua permanência à frente da escola e culminando no seu retorno à Alemanha. O Diário possui grande parte de seu conteúdo ainda inexplorado, os recortes de jornais da comunidade alemã no Brasil, escritos em alemão, com comentários do Pe. Auling, estão ainda sem tradução, certamente novas pesquisas serão realizadas e trarão grande contribuição à história da educação do Brasil.

A segunda fonte aqui destacada é o livro escrito por Arns, em comemoração aos cem anos da escola, **Uma Escola Centenária e sua Moldura Histórica**, que relata a medida adotada pelos Franciscanos quando assumiram a direção: a divisão da escola em duas, uma para filhos de Alemães e outra para filhos de brasileiros. Esta medida, mesmo não sendo a razão pela qual foi realizada a divisão, salvou a escola do fechamento pelas Leis educacionais do Governo Vargas, possibilitando que 30 anos depois, fossem unificadas as escolas, sob a denominação de escola brasileira com currículo nacional.

Essas constatações confirmam a hipótese da pesquisa, quando afirma que os objetivos traçados inicialmente na criação da escola, educar para a manutenção do germanismo com orientação católica, foram reformulados para uma escola de orientação aberta, para assim manter-se em funcionamento. Confirma também que essas mudanças se deram motivadas por relações conflituosas entre a escola, parte da sociedade local e o Governo.

Uma nova leitura histórica da criação, do funcionamento e da manutenção do Colégio Bom Jesus, desde sua fundação e por um período de 40 anos, foi apresentada neste trabalho. A expectativa é de colaborar na construção da história das instituições de ensino e conseqüentemente com a história da educação no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARNS, João Crisóstomo. **Uma escola centenária e sua moldura histórica**. Curitiba. Linart, 1997. 332p.

Almanach do Paraná. Curitiba: Annibal Requião e Companhia, primeiro ano, 1896. Redator Romário Martins.

Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus – **Histórias e Estórias do Bom Jesus**. Editora Linarth. Curitiba – 1980. 89p.

AULICH, Werner. **O Paraná e os Alemães. Estudo caracteriológico sobre os imigrantes germânicos**. Curitiba. 1953. 216 p.

BALDIN, Marco Antonio. **O pacificador beligerante: Alberto José Gonçalves – Um padre na política paranaense da 1ª República (1892-1896)**. Franca, SP. Programa de Pós-graduação 2006. [dissertação de Mestrado].

BALHANA, Altiva Pilatti. **Imigração e colonização**. In. História do Paraná. Curitiba: Grafipar, 1976.

_____. **Un Mazzolino de Fiori**. Curitiba. 2003. Imprensa Oficial. 470p.

BERALDO, Lea Silveira. **Imigrantes italianos**. São Paulo, SP: 2000. Disponível em www.imigrantesitalianos.com.br. Acesso em 20/02/08.

Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Gráfica Santa Monica. Curitiba. 1993.

BORUSZENKO, Oksana. **Política Imigratória**. In: **Idéias e Debates 5. História do Paraná**. Curitiba. Biblioteca Publica do Paraná. 1986. p.51-61.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica: Higiene, moral e trabalho no projeto da associação Brasileira de Educação**. Bragança Paulista, SP, EDUSF, 1998. 506 p.

_____. **A escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF. 2003. 355p.

CASTRO, Elisabeth Amorim. **Ensaio sobre a Arquitetura em Curitiba 2 – Colégios e Educandários**. Curitiba. 2006. 208p.

Constituição Política do Império do Brasil. Recife. Tipografia do Brasil. Pelo Dr. B.F.Henrique de Souza. 1854.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A Educação nas Constituições Brasileiras**. In. STEPHANOU, Maria. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil – Vol. III**. Vozes, 2005.

Fundação cultural. **Curitiba cidade luz**. Gráfica Serena. Curitiba, PR. 1993. 80p.
Eduardo Fenianos/Mia Mendonça/Sergio Sade.

IBGE. **Brasil 500 anos de povoamento. 8º capítulo: imigrantes italianos: entre a italianità e a brasilidade**. Disponível em www.ibge.gov.br.

IPPUC. **Curitiba em Dados**. Curitiba, PR. 2004. 292p.

DALLABRIDA, Norberto. **A Fabricação escolar das elites: O Ginásio Catarinense na primeira república**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001. 294 p.

_____. **Mosaico de escolas. A escola alemã em Santa Catarina**. (organizador). Florianópolis. Editora Cidade Futura, 2003. 308p.

DEMOSO, Luis. **Coordenação de Leis de Imigração e Colonização no Brasil**. Rio de Janeiro. Instituto Nacional de Imigração e Colonização, 1962. pg.09.

FERRARINI, Sebastião. **A Escravidão Negra na Província do Paraná**. Curitiba. Litero-técnica. 1971. 240p.

FOUQUET, Carlos. **O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil**. Porto Alegre, RS. 1974. 259p.

GARCEZ, Luiz Armando. **Curitiba – Evolução Urbana**. Imprensa Universitária. Rio de Janeiro. 2006. 168p.

GUINSKI, Otávio Duarte. **Imagens da Evolução de Curitiba**. Fotografias selecionadas. 2002. 228p.

Grafipar. **História do Paraná**. Edição escolar. Curitiba. 1969

Instituto Educacional da Província Imaculada Conceição do Brasil: **Franciscanos na Educação**. 1985. Petrópolis, 186 p.

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – www.ippuc.org.br.
Paraná aspectos Históricos.

KEMP, Tom. **A revolução industrial na Europa do século XIX**. São Paulo, SP: Edições 70, 1985. 251 p.

KLUG, João. **A escola alemã em Santa Catarina**. In: DALLABRIDA, Norberto. (Org.). **Mosaico de Escolas: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República**. Florianópolis: Editora Cidade Futura, 2003. 308p.

KREUTZ, Lúcio. **Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio**. Revista Brasileira de Educação. No15. 2000. Disponível em: www.anped.org.br.

_____. **Escolas étnicas na história da educação brasileira: a contribuição dos imigrantes.** In: STEPHANOU, Maria. BASTOS, Maria Helena Camara. (Org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil. Vol.II.** Petrópolis, RJ. Vozes. 2005.178p.

_____. **Identidade étnica e processo escolar.** In: **XXII Encontro Nacional ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais).** Caxambu, MG. 1998.

_____. **O professor paroquial: Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRS.** Florianópolis: Ed. UFSC, Caxias do Sul: EDUCS, 1991.

_____. **Imigrantes e projeto de escola pública no Brasil: diferenças e tensões culturais.** In: *Educação no Brasil: história e historiografia. Sociedade Brasileira de História da Educação (org.).* Campinas: Autores Associados, 2001, p. 123.

LE GOFF, Jacques – **História e Memória** – 1º volume – Edição Portuguesa, Edições 70 – Portugal. 2000. 158 p.

_____. **História e Memória.** 4ª ed. Tradução Bernardo Leitão. Campinas. Editora da Unicamp. 1996.

MONTENEGRO, João Alfredo – **Evolução do Catolicismo no Brasil. No novo enfoque da história do catolicismo no Brasil.** Petrópolis, Editora Vozes, 1972.188 p.

NADALIN, Sergio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migrações.** Curitiba, SEED, 2001.107p.

OLIVEIRA, C. P. – **Catolicismo popular e romanização do catolicismo brasileiro.** Revista Eclesiástica Brasileira, vol. 36 – 141 – 1976.

PACHECO, Vera Lucia. TERENCE, Ana Maria Pacheco. **Diretrizes básicas para produção de trabalhos monográficos:** Curitiba, PR: Editora ISAL, 2007. 88 p.

POUTIGNAT, Philippe. STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade. Seguimento de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth.** São Paulo, SP: Fundação Editora da UNESP, 1998. 250 p.

RENK, Valquíria Elita. **A educação dos imigrantes alemães católicos de Curitiba: 1896-1938. O estudo de caso do Colégio Bom Jesus.** Curitiba, PUC – PR/Programa de Pós-Graduação em Educação, 2000. [Dissertação de Mestrado].

SEYFERTH, Giralda – **Nacionalismo e identidade étnica. A ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade de Vale do Itajaí.** Florianópolis: 1981. Fundação Catarinense de Cultura. 240 p.

SOUZA, Rogério Luiz. “et AL” – **Mosaico de escolas - As Escolas Paroquias**. Florianópolis: Editora Cidade Futura, 2003. 308p.

SOUZA, Regina Maria Shimmelpfeng de. Tese – **Deutsche schule, a escola alemã de Curitiba: Um olhar histórico (1884-1917)**. Curitiba, UFPR – Programa de Pós-Graduação, 2006 [Tese de doutorado].

STEPHANOU, Maria, II. BASTOS, Maria Helena Camara. (organizadoras). **Histórias e memórias da educação no Brasil, Vol. I: séculos XVI-XVIII**. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2005. 215p.

_____. **Histórias e memórias da educação no Brasil, Vol. II: século XIX**. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2005. 180p.

_____. **Histórias e memórias da educação no Brasil, Vol. III: século XX**. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2005. 435p.

STRAUBE, Ernani Costa. **História do Colégio Bom Jesus. Arquivo Pró-Memória do Colégio Bom Jesus**. Curitiba, PR. 2007. [Texto produzido para divulgação interna no Colégio Bom Jesus]

TRINDADE, Judite. **História Política**. In: Idéias e Debates 5. **História do Paraná**. Curitiba. Biblioteca Publica do Paraná. 1986. P. 110-121.

VECHIA, Ariclê. Tese – **Imigração e educação em Curitiba, 1853-1889**. São Paulo, USP – Programa de Pós-Graduação, 1998. [Tese de doutorado].

WACHOWICZ, Ruy Chistovam. **História do Paraná**. 5ª ed. Curitiba. Gráfica Vicentina. 1982. 185p.

ZIMMERMANN, H. P. et al. **Os Alemães nos Estados do Paraná e Santa Catharina – 1º Centenário de sua entrada nesses Estados do Sul do Brasil**. Impressora Paranaense, Curityba, 1929. 196 p.

FONTES DOCUMENTAIS PRIMÁRIAS:

Álbum de fotografias (vários) – Arquivo Pró-Memória Colégio Bom Jesus.

Boletins de alunos (ano letivo 1919 e 1928) – doações feitas de ex-alunos ao Arquivo Pró-Memória.

Diário escrito pelo Padre Frans Auling – de 23 de novembro de 1895 a 01 de junho de 1901. Curitiba. Arquivo Pró-Memória Colégio Bom Jesus. 204p.

Jornal “A República”, de 1894 a 1922. Órgão do Partido Republicano. Curitiba, PR: Acervo do Museu Paranaense.

Jornal Der Kompass, de 1902 a 1937. Curitiba, PR: Acervo do Arquivo Pró-Memória do Colégio Bom Jesus.

Jornal “Dezenove de dezembro”, de 1854 a 1890. Curitiba, PR: Acervo do Museu Paranaense.

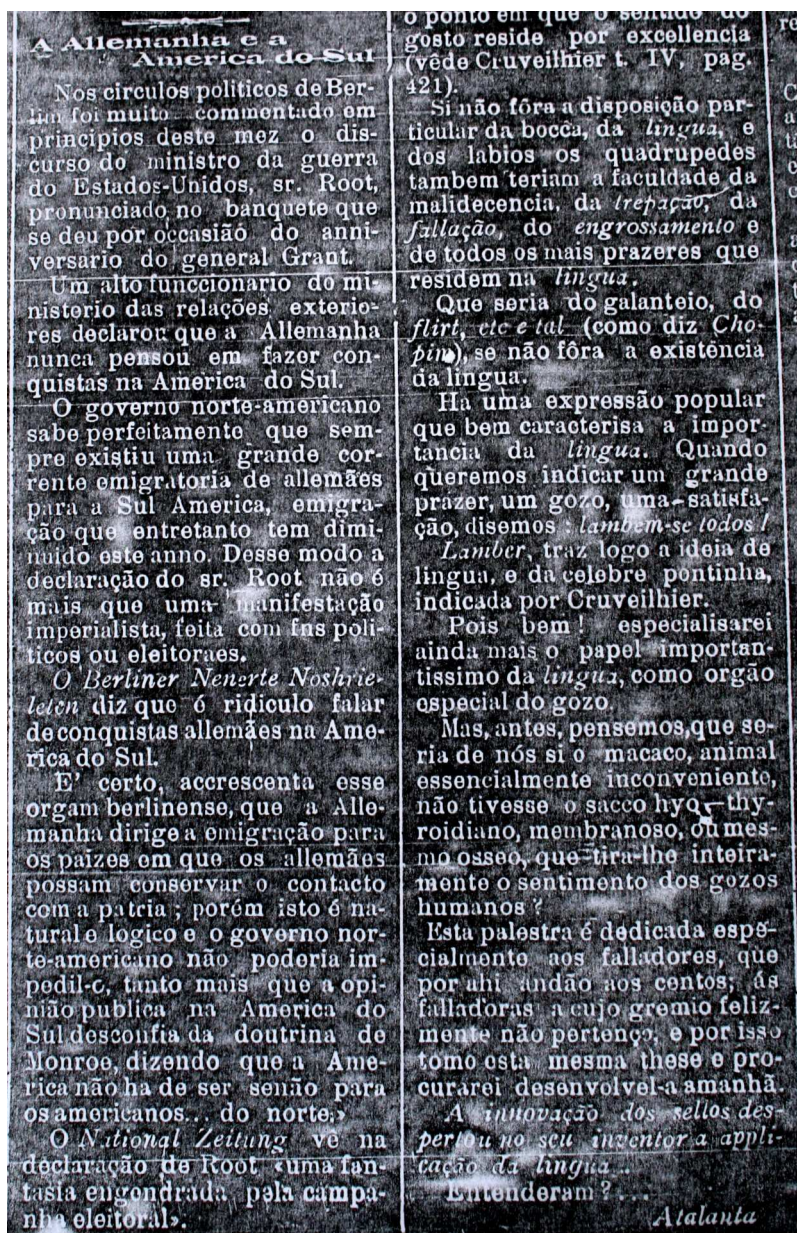
Jornal Diário da Tarde. Curitiba, PR: Acervo da Biblioteca Pública do Paraná.

Jornal “Gazeta do Povo”. Curitiba, PR: Acervo Museu Paranaense.

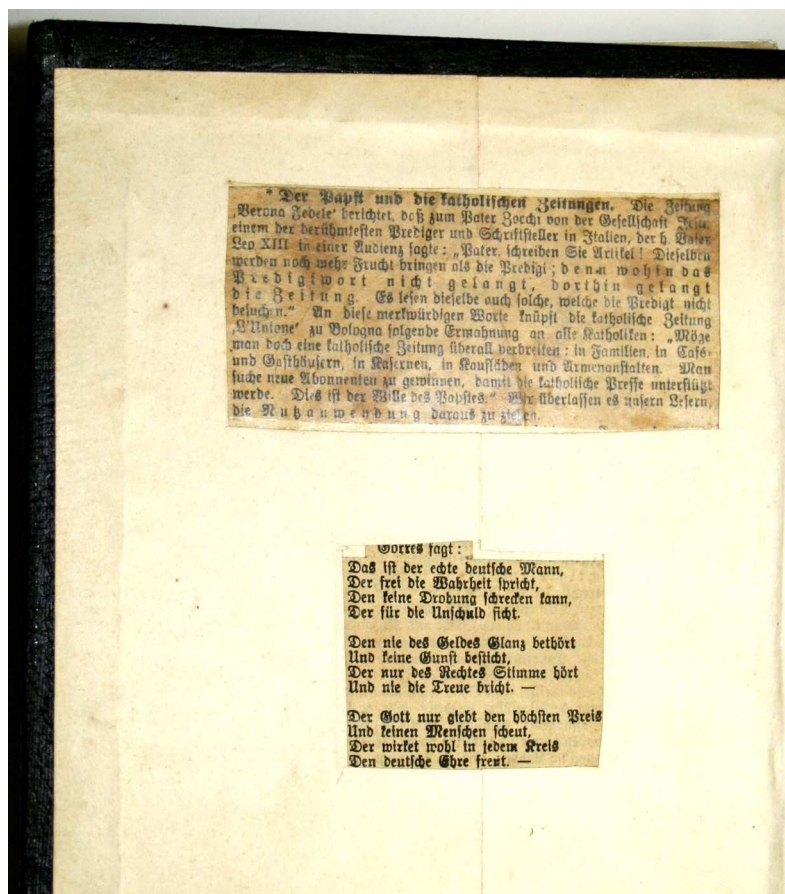
ANEXOS



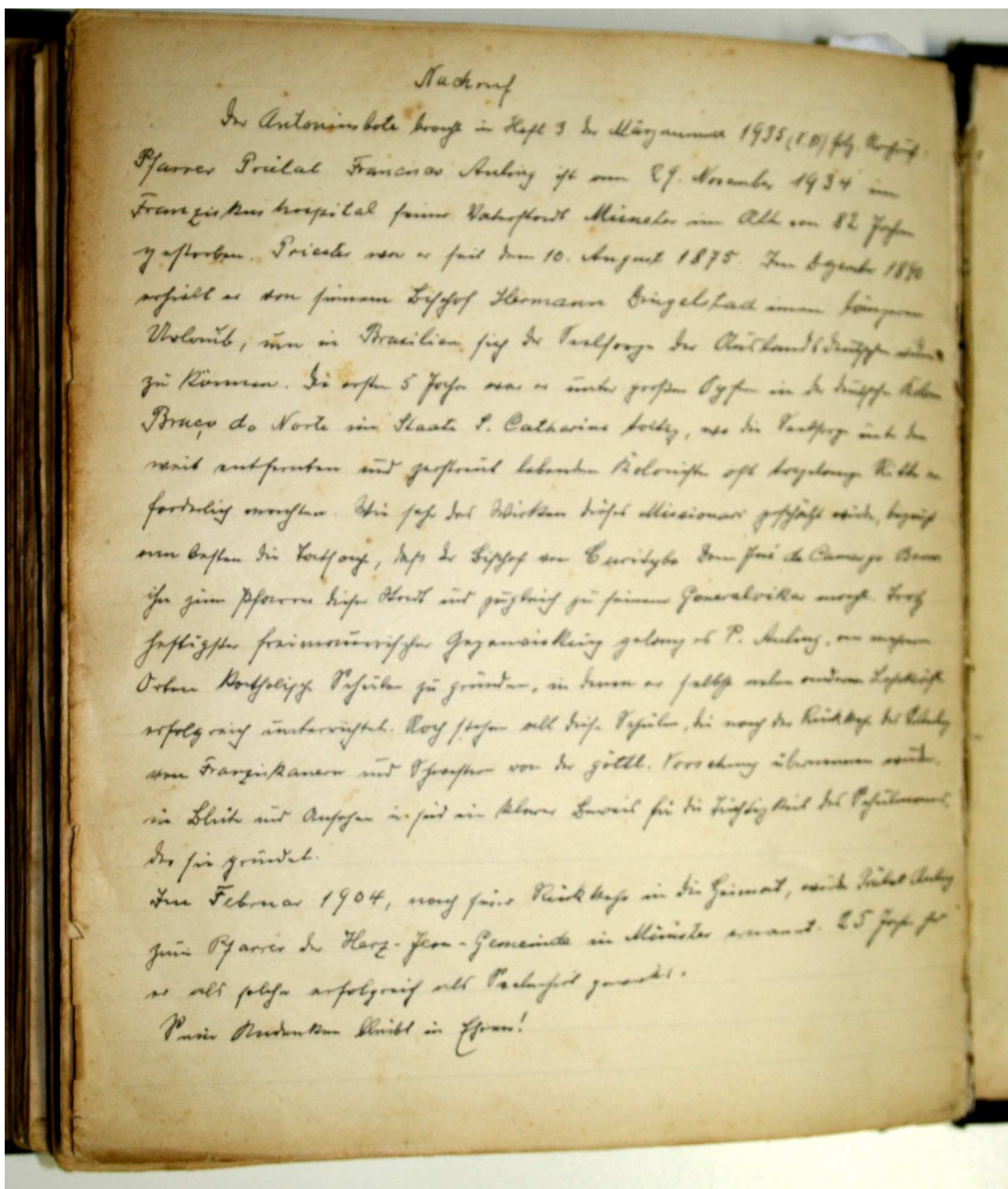
Anexo 1- Típicos carroções alemães introduzidos no Paraná. (Zimmermann, 1929, p.45)



Anexo 2- Jornal o Diário da Tarde – A Allemanha e a América do Sul.
(Microfilme da Biblioteca Pública do Paraná)



Anexo 3 - Recortes de abertura do diário – (Diário contra-capá)



Anexo 4- Texto manuscrito em alemão encontrado como nota de fechamento do Diário – Autor desconhecido. (Diário última pagina)

**Katholische deutsche
VOLKS-SCHULE
zu Curityba.**

Den deutschen Bewohnern Curityba's theile ich hierdurch mit,
daß ich am

11. Mai dieses Jahres

eine katholische deutsche Volksschule eröffnen werde. Der Unterricht in derselben wird außer den, in den Volksschulen Deutschlands üblichen Lehrgegenständen, wie: Religion, Schreiben, Lesen, Rechnen und Raumlehre, Deutscher Sprache, Weltgeschichte, Geographie, Naturkunde, Singen und Zeichnen, auch die brasilianische Sprache, der ein besonderer Fleiß zugewandt werden wird, umfassen. Da es mir gelungen ist, für diese Schule seminaristisch gebildete Lehrer zu gewinnen, die schon drüben in Deutschland und auch in Brasilien mehrere Jahre im Lehrfache thätig waren, so glaube ich hoffen zu dürfen, daß die Schule allen gerechten Anforderungen entsprechen wird. Aufnahme in die Schule können alle deutschsprechenden Kinder finden, die in dem Alter von 6--14 Jahren stehen. Der Preis ist für alle Kinder auf

4 Milreis

festgesetzt; jedoch wird bei ärmeren Kindern und, wenn mehrere Kinder aus einer Familie die Schule besuchen, eine angemessene Preisermäßigung gewährt. Die Unterrichtsstunden werden täglich von 8 Uhr Morgens bis 1 Uhr Mittags gehalten werden. Das Schulhaus befindet sich in der Rua do Rosario, Nr. 2.

Anmeldungen nimmt der Unterzeichnete schon jetzt in seinem Wohnhaus, **Rua do Serrito**, entgegen.



Curityba, 1. Mai 1896.

P. Francisco Auling
Pfarrer der katholischen deutschen Gemeinde in Curityba.

Anexo 5- Folheto de divulgação da Escola Católica Popular Alemã – em alemão. (Diário)

**Escola Católica Popular Alemã
de Curitiba.**

Ao povo residente em Curitiba comunico
que aos

 **11 de Maio deste ano** 

abrirei uma Escola Católica Popular alemã. O ensino, tal como nas escolas populares da Alemanha, abrangerá as disciplinas: Religião, Escrita, Leitura, Aritmética, Geometria, Língua Alemã, História universal, Geografia História natural, Canto e Desenho, dando-se empenho especial ao ensino da Língua Brasileira. Pelo fato de eu ter contratado professores com prática na Alemanha e no Brasil, espero que a escola corresponda a todas as justas exigências. A matrícula na Escola está aberta para as crianças de língua alemã de 6 a 14 anos. O preço fixado para todos é

4 Mil reis

porém para crianças carentes e quando vários irmãos freqüentam a escola, é previsto um abatimento conveniente. As Aulas serão ministradas das 8 à 1 hora da tarde.

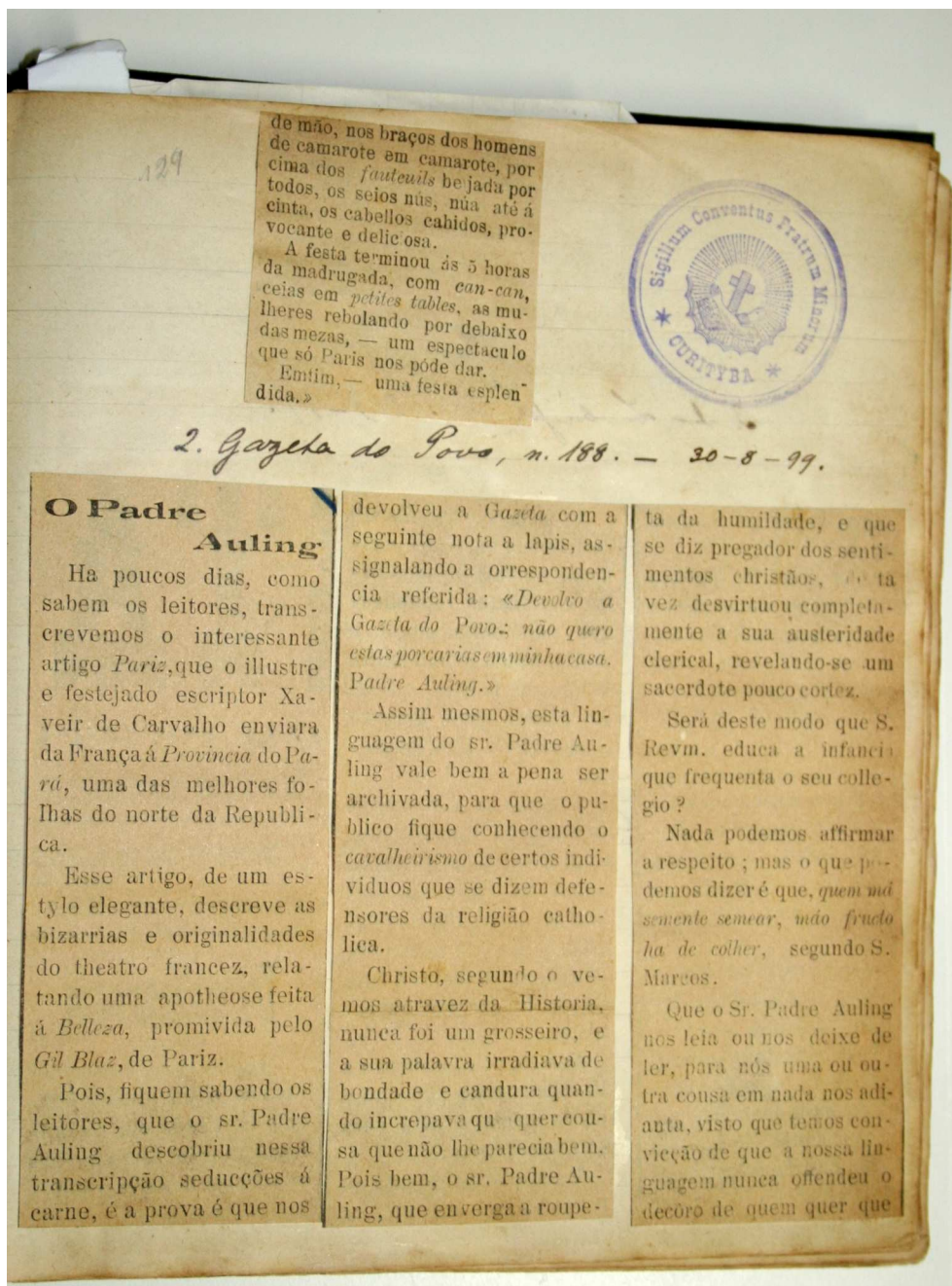
A Escola está situada à rua do Rosário, n.º 2.

O abaixo assinado aceitará desde já matrículas em sua residência, **Rua do Serrito.**

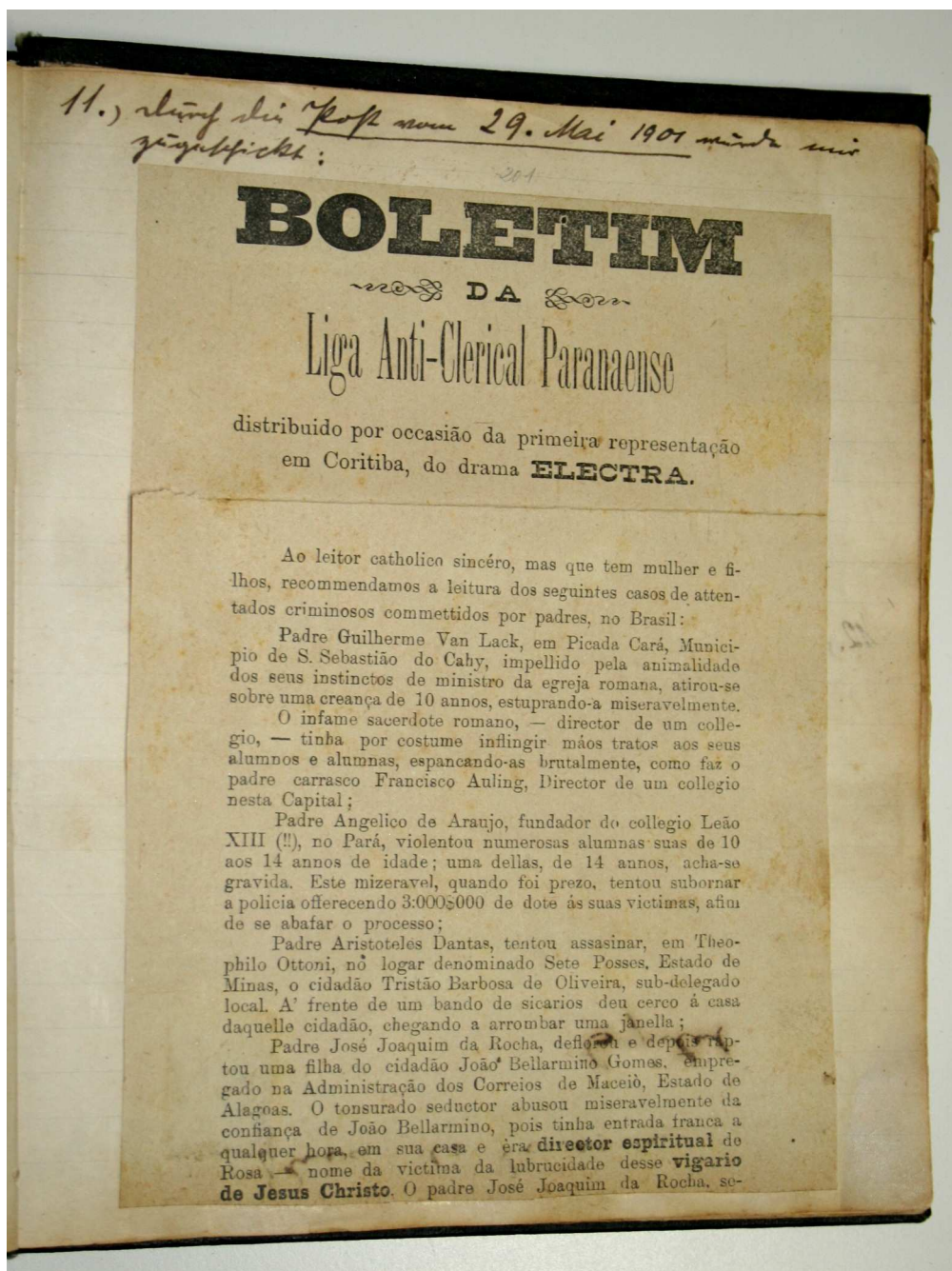
Curitiba, 1º de Maio de 1896

Pe. Francisco Auling
Pároco da Comunidade Católica Alemã de Curitiba.

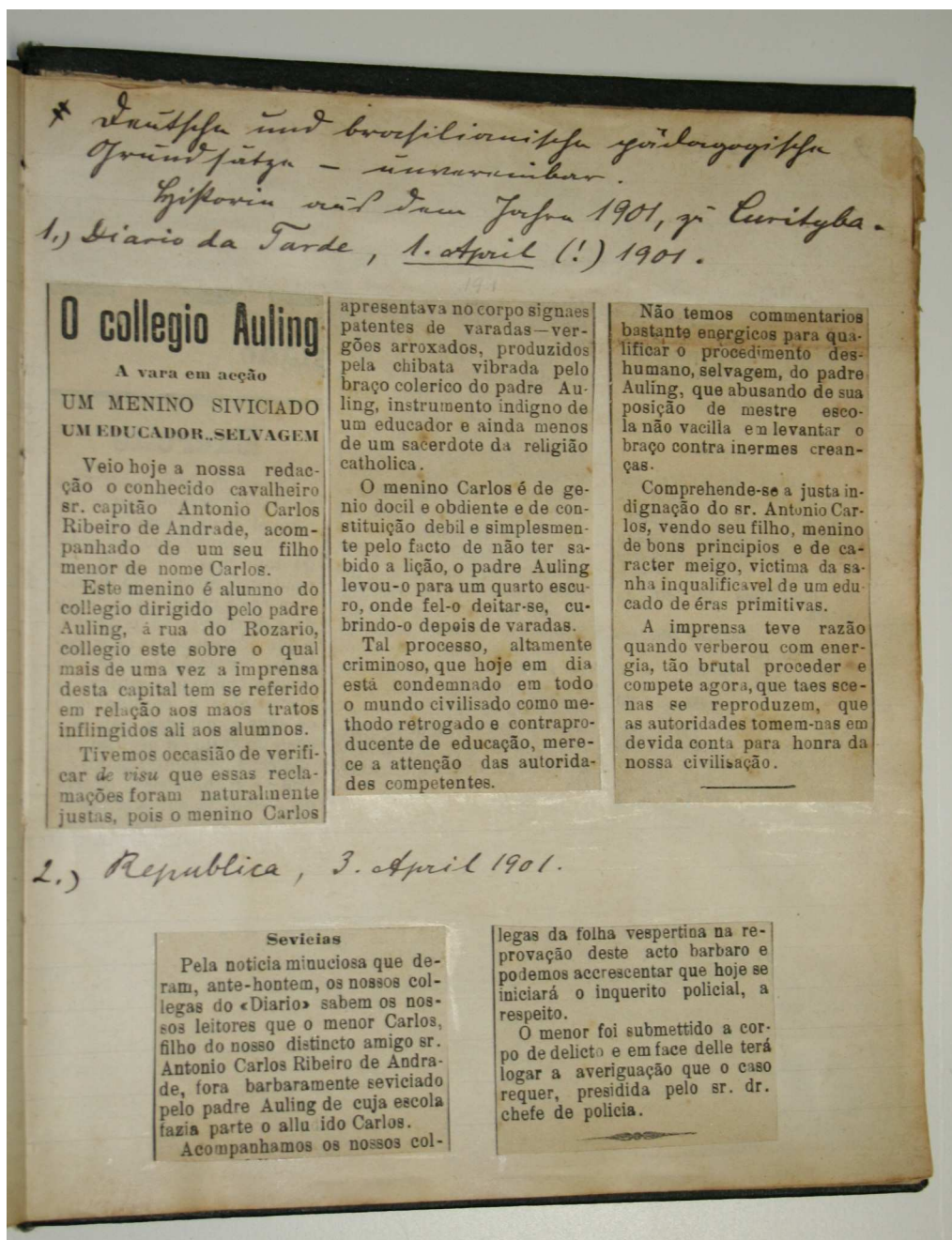
Anexo 6 - Folheto de divulgação da Escola Católica Popular Alemã – em português.



Anexo 7 - Primeiro recorte do jornal *Gazeta do Povo* colado no diário do Pe. Auling relacionado aos conflitos com a imprensa (p. 129).



Anexo 8 – Colagem do diário do Padre Auling (p. 201) – Folheto da Liga Anti-Clerical.



Anexo 9 – Colagem no diário de matéria relatando castigo físico aplicado na Escola.

3.) *Diário da Tarde*, 4. April 1901.

O collegio Auling

MENOR SIVICIADO

Um educador selvagem

INTERROGATORIO

Hontam, ás 3 horas da tarde, teve lugar na repartição central de policia os interrogatorios do menor Carlos, do sr. padre Auling e o do sr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, relativos ao barbaro castigo inflingido com varas de junco, por aquelle sacerdote no mesmo Carlos, no dia 1º do corrente.

Como se vê das respostas do padre Auling, este declara que o regulamento adoptado em seu collegio é forte e que costuma empregar a vara no castigo de seus alumnos.

Declarou mais o sr. padre Auling que ignora a lei que prohibe castigos corporaes nos collegios particulares, e que a directoria d. instrucção publica do Estado nunca effectuou visitas ou inspecções em seu estabelecimento.

Como já dissemos não temos palavras bastante energeticas para verberar essa brutalidade.

E ante as declarações do sr. padre Auling o governo do Estado tem o dever de mandar cumprir a lei, que prohibe os castigos corporaes nas escolas e no caso de rebeldia por parte do referido padre mandar fechar esse collegio.

Causa pasmo a leitura dos interrogatorios que abaixo publicamos :

Autos de pergntas feitas ao menor Carlos de Andrade.

Aos tres dias do mez de Abril de mil nove centos e um, n'esta cidade de Curitiba e na repartição central da policia, onde presente, se achavam o sr. dr. Costa Carvalho, chefe de policia do Estado, commigo abaixo assignado, amanuense de seu cargo, compareceu o menor Carlos de Andrade a quem foram feitas as perguntas seguintes :

Qual o seu nome, idade, filiação, nacionalidade, profissão e residencia, sabe ler e escrever ?

Respondeu ter treze annos de idade, filho do capitão Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, alumno do collegio dirigido pelo padre Francisco Auling, residente á rua Observatorio, sabe ler e escrever.

Perguntado qual a origem das contusões que apresenta no corpo em diversos logares e que consta do auto de corpo de delicto de fs. ?

Respondeu que sendo alumno do collegio do padre Auling, ha já quasi dois annos, no dia 1º do corrente, tendo comparecido á aula como de costume, ás 8 1/2 horas da manhã ali declarou ao padre Auling que não sabia responder as pergntas em allemão. Ao que respondeu o padre nos seguintes termos :

«Pois vou lhe dar o remedio.»

E acto continuo quiz o padre conduzir-o para um quarto e como elle depoente

se oppuzesse gritando, o alludido padre, na propria sala das aulas deitou-o em um banco e armado d'uma vara de junco castigou-o dando diversas varadas que offendeu a elle depoente conforme se vê dos signaes que apresenta no corpo.

Depois o mesmo padre mandou-o sentar o que fez retirando-se da aula ás 9 1/2 horas da manhã para fugir a novo castigo.

Perguntado se o facto em questão foi presenciado por outras pessoas ? Respondeu que por muitos alumnos do collegio, não sabendo se os dois outros professores presenciaram pois não os vio na sala onde esteve.

Perguntado onde se achava a vara de junco com que fôra seviciado ? Respondeu que a vara de junco estava em cima da mesa do padre e que muitas outras para o mesmo fim, o alludido padre tem em outro compartimento da casa.

Perguntado se elle depoente no dia em que se deu o facto ou em outros anteriores por qualquer fórma, não offendera o padre ? Respondeu que não, e que o castigo que lhe fôra inflingido só deve como já disse ao facto de ter dito que não sabia as perguntas de allemão. Perguntado se o referido padre pela forma que o fez, castigou-o outras vezes ? Respondeu que já duas vezes, antes desta outra o padre lhe dera com a vara de junco na cabeça e que o mesmo tem acontecido a outros alumnos.

Nada mais disse nem lhe foi perguntado pelo que as-

Anexo 10 – Colagem no diário (p. 200) de matéria relatando interrogatório policial referente aplicação de castigo físico.

signa este com a autoridade. Eu Miguel Azevedo, amanuense o escrevi. — Costa Carvalho — Carlos de Andrade.

Aulas de perguntas feitas ao professor padre Francisco Auling.

Qual o seu nome, idade, estado, filiação, nacionalidade, residência e se sabe ler e escrever.

Respondeu chamar se Francisco Auling, ter 48 annos de idade, solteiro, ser filho de Henrique Auling, natural da Allemannha, residente n'esta capital á rua do Rozario. sabe ler e escrever. Perguntado se elle depoente realmente castigou ao seu alumno Carlos de Andrade, com uma vara de junco produzindo n'elle os signaes e contusões que consta do corpo de delicto? Respondeu que realmente com o emprego da dicta vara castigou-o, por ter este feito os trabalhos escolares que era obrigado a fazer em casa, com o maior desleixo, do que dava provas continuamente. Que ao ser admittido o menor

Carlos no seu collegio particular, elle depoente scientificou ao pae Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, que o regulamento adoptado em seu collegio era forte, parecendo a elle depoente que o menino não se amoldaria a esse regulamento por ter frequentado outras escolas onde não era adoptado o regulamento seu. Elle depoente já teve occasião alem d'esta de applicar o castigo da vara, embora brandamente, ao menor Carlos; e isto lhe fez crer que o pae do menor se conformava com estes castigos, pois Antonio Carlos soube disto e não lhe fez reclamação de especie alguma. Declara mais elle depoente que não castigou Carlos como dissera o *Diario* n'um quarto escuro, nem o deitou no chão. O castigo deu-se na sala das aulas, na hora dellas e na presença dos demais alumnos.

Perguntado se costuma empregar a vara no castigo de alumnos? Respondeu que só em caso de extrema necessi-

dade emprega esse meio de castigo, quando não produz effeito outros meios suaves. Perguntado se não sabe que a lei prohibe os castigos corporaes nas escolas? Declarou que não sabe de nenhuma lei que prohiba os castigos corporaes nas escolas particulares, como é a delle depoente. Perguntado se algum funcionario de instrucção publica do Estado tem feito visitas ao seu collegio? Respondeu que nenhum funcionario visitou o alludido collegio.

Entretanto quando installou o seu estabelecimento de ensino, deu sciencia disto em um officio ao director geral da instrucção publica, pedindo a sua benevolencia para o referido estabelecimento.

Nada mais disse, nem lhe foi perguntado, pelo que assigna este com a autoridade.

Eu, Miguel Azevedo, amanuense o escrevi. — Costa Carvalho — Padre Francisco Auling.

4.º No dia 27 de Julho de 1874 finda a sessão de perguntas e respostas.

1.º O pai do menino castigado sabia perfeitamente, que no meu collegio se emprega na educação dos alumnos do sexo masculino o methodo de castigar tambem physicamente, como elle se emprega em todas as escolas da Allemannha, quando os outros meios de educação se revelam inuteis. Expliquei tambem ao pai expressamente, quando elle (ha um anno) me pediu para receber seu filho no meu collegio, que neste collegio se mantem um regulamento tão serio, que seu

Anexo 11 – Colagem no diário de matéria (p. 201) relatando interrogatório policial referente aplicação de castigo físico.

Mes de *Abril de 1919*

Comportamento: *10* Asscio: *10*
 Applicaçao: *9-10* Frequencia: *10*
 Attenção: *9-10* chegou tarde: *1* vezes
 faltou: _____ dias

O professor: *P. Floriano Heim O. Fr.*

Assignatura do pae ou responsavel:
Maria Tereza?

Mes de *Maio de 1919*

Comportamento: *10+* Asscio: *10+*
 Applicaçao: *10+* Frequencia: *10*
 Attenção: *10+* chegou tarde: *4* vezes
 faltou: *2* dias

O professor: *P. Floriano Heim O. Fr.*

Assignatura do pae ou responsavel:
Maria Tereza

Mes de *Junho de 1919*

Comportamento: *10+* Asscio: *10+*
 Applicaçao: *10+* Frequencia: *9*
 Attenção: *10+* chegou tarde: *1* vezes
 faltou: *3* dias

Aproveitamento:

1. Hist. Sagrada <i>10</i>	7. Arithmetica <i>10</i>
2. Catecismo <i>9</i>	8. Geometria
3. Portuguez <i>10</i>	9. Algebra
Leitura <i>10</i>	10. Geographia
Grammatica	11. Hist. do Brazil
Orthographia	12. Hist. univ.
Composiçao	13. Hist. natural
4. Allemão	14. Physica
Leitura <i>6-7</i>	15. Calligraphia <i>9</i>
Grammatica	16. Gymnastica <i>9</i>
Orthographia	17. Canto <i>9</i>
Composiçao	18. Escrip. merc. <i>8</i>
5. Francez	19. Desenho
6. Ingtez	20. Musica

Observação: _____

O professor: *P. Floriano Heim O. Fr.*

Assignatura do pae ou responsavel:
Maria Tereza

TABELIONATO FERREIRA
 8º OFICIO DA CAPITAL
 AUTENTICAÇÃO
 CONFERE COM O TEXTO DO ORIGINAL
 A MIM APRESENTADO. POU FE.
 CURTIDA, 06 JUL 1999
 8º TABELIÃO

Anexo 12 - Boletim de aluno do Colégio Bom Jesus em 1919. (Acervo Pró-Memória)

COLLEGIO „BOM JESUS“
dos PP. Franciscanos - Curityba

Notas Escolares
do alumno *Rodolpho Belz*

Comportamento	10	Asseio	10
Appliação	10	Frequencia das aulas	10
Atenção	10	Frequencia da S. Missa	-

APROVEITAMENTO :

1. Catecismo	-	8. Arithmetica	10
2. Historia sagr.	9	9. Geometria	10
3. Liturgia	-	10. Algebra	10
4. Portuguez :	<i>Allemão</i>	11. Geographia	10
Leitura	10 10	12. Historia	10
Grammatica	10 10	patria	10
Orthographia	10 10	universal	10
Composição	10 10	13. Historia natural	10
Lição de cousas	-	14. Physica	10
5. Allemão	<i>X</i>	15. Calligraphia	9
6. Francez	-	16. Desenho	9
7. Inglez	10	17. Gymnastica	8
		18. Canto	10

Notas : 10 e 9 = optimo; 8 e 7 = bom; 6 e 5 = regular; 4 e 3 = frivel; 2 e 1 = máu.

Observações : *Obteve o 1º lugar*

Curityba, a *12* de *Dezembro* de 19 *28*

O professor : *H. Doeker* O director : *J. Henriquez*

Anexo 13 - Boletim de aluno do Colégio Bom Jesus em 1928. (Acervo Pró-Memória)



Anexo 14 – Foto dos alunos da Escola Alemã, em frente a sede na Praça do Rosário, data provável 1908. (Acervo Pró- Memória)



Anexo 15 – Foto dos alunos da Escola Brasileira em frente a sede na Praça Rui Barbosa – data 1907. (Acervo Pró- Memória)